

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANA CÉLIA DE SOUSA SANTOS

**RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DE MULHERES: A
EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO
“MULHERES PERSEVERANTES”**

TERESINA – PIAUÍ
2008

ANA CÉLIA DE SOUSA SANTOS

**RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DE MULHERES: A
EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO
“MULHERES PERSEVERANTES”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria do Carmo Alves do Bomfim.

TERESINA – PIAUÍ

2008

ANA CÉLIA DE SOUSA SANTOS

**RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DE MULHERES: A
EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO
“MULHERES PERSEVERANTES”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Dissertação de Mestrado aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Alves Bomfim – CCE/UFPI
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Eulina Pessoa de Carvalho – UFPB
Examinadora Externa

Prof^ª. Dr^ª. Maria Vilani Cosme de Carvalho - CCE/UFPI
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a contribuição de inúmeras pessoas e instituições, mas, em especial, agradeço a quem esteve presente mais fortemente no desenvolvimento dessa pesquisa. Assim, parafraseando Lulu Santos, agradeço a todos e a todas, pois:

*Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa
Tudo sempre passará
A vida vem em ondas
Como um mar
Num indo e vindo infinito
Tudo que se vê não é
Igual ao que a gente viu a um segundo
Tudo muda o tempo todo
No mundo
Não adianta fugir
Nem mentir pra si mesmo agora
Há tanta vida lá fora
Aqui dentro sempre
Como uma onda no mar¹*

- Ao meu companheiro Elmo Lima, pela oportunidade que tivemos de, durante os sete anos que estamos juntos, colocar em prática várias teorias de gênero, na tentativa de construirmos, a partir das nossas vivências, novas relações entre homens e mulheres, baseadas no companheirismo, na equidade, na solidariedade e, sobretudo, no amor e no respeito pela pessoa humana.
- À minha mãe, Maria dos Santos, e ao meu pai, João Benedito, pelo esforço imensurável para que sejamos pessoas sábias e felizes.
- Às minhas irmãs Eliane, Silvana, Regina, Mônica, Cláudia e o irmão Luciano pela torcida. Ainda, aos cunhados João Florêncio e Edvaldo Moura e à cunhada Maríndia pela amizade; aos sobrinhos/as Jorge Neto, Ana Karine, Ana Clara, João Pedro pelo carinho e abraços. E a Ana Flávia que ainda vai nascer, mas já traz alegria.
- Às/aos amigas/os que, direta ou indiretamente, torceram pela realização de mais essa conquista.

¹ Música “como uma onda” do compositor brasileiro Lulu Santos.

- À Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Alves do Bomfim pela amizade, ensinamentos e companheirismo partilhados, assim como, pelas orientações e pelos aprendizados e saberes construídos durante a feitura desse trabalho de pesquisa;
- À Prof^ª. Dr^ª. Maria Vilani Cosme de Carvalho pelo incentivo, na graduação, à iniciação a pesquisa científica que de muitos trabalhos já resultou e pela sua disposição em contribuir durante a qualificação e defesa desse trabalho;
- Aos meus colegas e às minhas colegas da 14^a turma do Mestrado em Educação da UFPI pelas conversas descontraídas e pelo “pacto da felicidade” para que os estudos e a prática da pesquisa fossem momentos de prazer;
- Aos Professores/as do Mestrado em Educação da UFPI pelas contribuições oferecidas nas discussões teóricas, em especial, ao Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes pela colaboração direta durante a qualificação deste trabalho.
- Ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFPI e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Ensino Superior) pelo apoio dispensado para que, durante um período, pudesse me dedicar integralmente ao Curso de Mestrado em Educação, assim como, ao trabalho de pesquisa.
- À Prof^ª. Dr^ª Maria Eulina Pessoa de Carvalho, da Universidade Federal da Paraíba, que prontamente se dispôs em colaborar participando da banca de defesa deste trabalho;
- Ao Projeto de Intercâmbio Científico Cultural “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Sócioeducativas: auto-ativação de comunidades locais”, desenvolvido entre a UFPI - Universidade Federal do Piauí/Brasil e a UNIVR – Università Degli Studi Di Verona/Itália, em especial, a Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Alves do Bomfim (Coordenadora Geral - UFPI), Prof^ª. Dr^ª Jaíra Alcobaça Gomes (Coordenadora Adjunta - UFPI), Prof^ª. Dr^ª Lídia Noronha (UFPI), Prof^ª. Dr^ª. Anna Maria Piussi (Coordenadora – UNIVR/Itália), Prof^ª. Dr^ª. Antonia de Vita – UNVR/Itália pelas contribuições e oportunidades de aprendizado aqui, no Brasil, e na Itália.
- Á Dinha Rodrigues e Luciano Pacchiani pelas oportunidades do reencontro durante esse período que me realimentaram de velhos ideais;
- Às “Mulheres Perseverantes” D. Amparo, Marta, Edneide, Geane, Gorinete, Valdinéia, Didi, Nilva, Amparo Evangelista, D. Zeca, Luciane, Ivanilde, Albaniza, Regina, Aparecida e seus respectivos maridos/companheiros pelos vários encontros e aprendizagens construídas juntas/os.

SANTOS, Ana Célia de Sousa. **Relações de gênero e empoderamento de mulheres: a experiência da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”**. 2008. 165f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

RESUMO

Este trabalho é resultado de reflexões e experiências desenvolvidas numa prática de educação popular iniciados no final dos anos de 1980, de pesquisas anteriores realizadas na UFPI e da aspiração de elevar a minha contribuição junto aos Movimentos Sociais Populares, no que tange aos estudos que aprofundam o conhecimento das práticas sócio-educativas com mulheres. É parte do Projeto de Intercâmbio Científico-Cultural “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Sócioeducativas: auto-ativação de comunidades locais”, desenvolvido entre a UFPI - Universidade Federal do Piauí/Brasil e a UNIVR – Università Degli Studi Di Verona/Itália, que mantém e acompanha o Centro de Vivência – “Infância/Mulher/Território”, no Parque Eliane, zona sul de Teresina, cujas atrizes sociais participam da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e são sujeitas com seus respectivos maridos/companheiros desta pesquisa. Neste trabalho utilizamos a pesquisa de natureza qualitativa com a especificidade de pesquisa-ação que permitiu contato direto com as integrantes do grupo pesquisado em todo o processo de investigação. Objetivou analisar como as práticas educativas desenvolvidas junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, contribuíram para a construção de um processo emancipatório e de empoderamento desse grupo de mulheres nas dimensões humana, político-organizativa, de incorporação da economia solidária e construção de um novo olhar sobre as relações de gênero, por meio do uso das técnicas observação participante, questionário com perguntas estruturadas e semi-estruturadas e o grupo focal. Na fundamentação teórica recorreremos a referências interdisciplinares destacando Andrade (1994), Barbier (2004), Certeau, Giard, Mayol (1996), Flich (2004), Freire (1996, 2005), Gatti (2005), Gohn (1994), Larrosa (2001), Louro (1997), Maturana (2004), Rodrigues (1991), Saffioti (1979), Singer (2005) e Tiriba (2001), dentre outros/as. Num contexto de precariedade urbana, as mulheres demonstraram que as práticas educativas contribuíram para seu empoderamento, pois evidenciaram melhora da auto-estima, possibilitando-as compreender que a participação organizativa e política é importante para o reconhecimento individual e coletivo, para o crescimento da comunidade e para melhoria da qualidade de vida, através do aumento da renda familiar, do cultivo da amizade, persistência, aprendizado técnico, enfim valores que respeitam os Direitos Humanos. No que se refere às relações de gênero as mulheres e os homens demonstraram que, apesar das dificuldades financeiras e do alcoolismo no meio deles, preservam suas relações familiares, sendo que as mulheres são as que mais se preocupam com as/os filhos/as e os homens mantêm seu papel de provedor, mas já demonstrando traços de inovação na interface com suas companheiras, a exemplo da divisão das tarefas domésticas. Assim, discutir e analisar questões relacionadas ao gênero é imprescindível, primeiro por que é eminentemente necessário que se pense um processo educativo que favoreça a construção de relações mais humanas, justas e respeitadas e, segundo, por que nós mulheres precisamos nos empoderar cada vez mais para juntas contribuirmos na feitura de outro mundo possível, emancipando a nós mesmas e colaborando na emancipação dos homens.

Palavras-chave: Educação Popular, Gênero, Empoderamento, Práticas Educativas.

SANTOS, Ana Célia de Sousa. **Gender Relations and women empowerment: the experience of “Mulheres Perseverantes” Production Association.** 2008. 165f. Dissertation. (Master Degree in Education) – Post Graduate Program in Education of Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

ABSTRACT

This paperwork is result of reflections and experiences developed in popular education practices initiated in the late 1980', from previous research made at UFPI and from the aspiration of elevate my contribution to Popular Social Movements, in relation to studies that make the knowledge of women socio-educative practices deeper. It is part of the Scientific-Cultural Exchange Program “Subjects and Knowledge in Socio-educative Practices: self-activation of local communities”, developed between UFPI – *Universidade Federal do Piauí/Brazil* and UNIVR – *Università Degli Studi Di Verona/Italy*, that supports the *Centro de Vivências – “Infância/Mulher/Território”*, in Parque Eliane, a neighborhood in the south zone of the city of Teresina, in which the social actresses in the Production Association “Mulheres Perseverantes” are the subjects with their respective husbands/partners of this research. In this paperwork we used a research of qualitative nature with the specificity research-action that permitted direct contact with group participants researching in all investigation process. The objective was to analyze how the educative practices develop in the Production Association “Mulheres Perseverantes”, contributed to the construction of an emancipation process and empowerment in this women group in human, politic-organizational, incorporation in solidarity economy and construction of a new look to gender relation dimensions, throughout the use of participant observational techniques, question form with structured and semi-structured questions and the focal group. In the theoretical foundation we employed interdisciplinary references namely Andrade (1994), Barbier (2004), Certeau, Giard, Mayol (1996), Flich (2004), Freire (1996, 2005), Gatti (2005), Gohn (1994), Larrosa (2001), Louro (1997), Maturana (2004), Rodrigues (1991), Saffioti (1979), Singer (2005) and Tiriba (2001), among others. In a context of urban adversity, these women demonstrated that educative practices contributed to their empowerment, once these practices promoted self-esteem improvement, allowing them to understand that political participative organization is important to the individual and collective recognition, to the community growth and to the improvement of life quality, throughout the increase of family income, the cultivation of values like friendship, persistence, technical learning, ultimately all the values that respect Human rights. In relation to the issue of gender relation women and men demonstrate that, even with financial problems, alcoholism among them, they preserve their family relations, being women the most concerned about children and men keep their providing character, but already demonstrate traces of innovation in the interface with their partners, for example dividing domestic tasks. This way, discuss and analyze questions related to gender is urgent and important, first because it is eminently necessary to think an educative process that favors the construction of more just and respectful human relations, and secondly, because we women need empower ourselves more and more and together contribute in the construction of other world possible, emancipating ourselves and collaborating in men's emancipation.

Key-words: Popular Education, Gender, Empowerment, Educational Practices.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Ilustração do HP06	19
Figura 02 – Ilustração da MP05.....	19
Figura 03 - Ilustração sobre o Parque Eliane	37
Figura 04 - Ilustração sobre o Parque Eliane.....	37
Figura 05 – Planta de parcelamento do Parque Eliane.....	37
Figura 06 – Ilustrativa dos passos iniciais do processo educativo na APMP.....	71
Figura 07 – Ilustrativa do processo de envolvimento da pesquisadora.....	72
Figura 08 – Ilustrativa dos passos da continuidade do processo educativo	78
Figura 09 – Organização das categorias e sub-categorias.....	81
Figura 10 – Organização das categorias e sub-categorias.....	82
Figura 11 – Ilustração da MP14.....	126
Figura 12 – Ilustração da MP05.....	126
Foto 01 – Casas antigas do Parque.....	39
Foto 02 – Casas novas do Parque.....	39
Quadro 01 – Demonstrativo de técnicas utilizadas na Educação Popular.....	91
Quadro 02 – Comparativo dos modos de vida patriarcal e matrístico.....	123
Gráfico 01: Onde residem as mulheres.....	56
Gráfico 02: Nível de escolaridade das mulheres	56
Gráfico 03: Faixa etária das mulheres.....	57
Gráfico 04: Identificação étnico/Racial das mulheres.....	58
Gráfico 05: Estado civil das mulheres.....	58
Gráfico 06: Situação de trabalho das mulheres.....	59
Gráfico 07: Renda mensal das mulheres.....	59
Gráfico 08: Faixa etária dos homens.....	60
Gráfico 09: Onde residem os homens.....	61
Gráfico 10: Nível de escolaridade dos homens.....	61
Gráfico 11: Identificação étnico/racial dos homens.....	62
Gráfico 12: Situação de trabalho dos homens	62
Gráfico 13: Renda mensal dos homens.....	62
Tabela 01 - Cidades com maior percentual da população vivendo em favelas.....	22
Tabela 02 - Expansão de vilas e favelas de Teresina.....	24

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APMP – Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”
AMOVPE – Associação dos Moradores do Parque Eliane
ABRRPE – Associação Beneficente e Recreativa dos/as Residentes no Parque Eliane
ADH – Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí
CF – Constituição Federal
CAMP - Centro de Assessoria ao Movimento Popular de Parnaíba
CEF – Caixa Econômica Federal do Piauí
CEPAC - Centro Piauiense de Ação Cultural
CEPES - Centro de Educação Popular Esperantinense
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
EFPT - Escola de Formação Paulo de Tarso
EP – Educação Popular
FAMCC – Federação das Associações de Moradores/as e Conselhos Comunitários do Piauí
FAMEPI - Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí
HP – Homem Perseverante
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MP – Mulher Perseverante
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG – Organização Não Governamental
PEA – População Economicamente Ativa
PMT – Prefeitura Municipal de Teresina
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SASC – Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Cultura
SDU – Superintendência de Desenvolvimento Urbano
UESPI – Universidade Federal do Piauí/Brasil
UFPI – Universidade Federal do Piauí/Brasil
UNVR – Univercità Degli Studi Di Verona - Itália

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - A REALIDADE URBANA: O SENTIDO DO TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	16
1.1 Moradia, lutas urbanas e o direito à cidade	16
1.2 O sentido do território e sua relação com o desenvolvimento local e as relações de gênero	28
1.3 O Parque Eliane no contexto da falta de moradia e sua implicação nas relações de gênero	36
CAPÍTULO II - CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM	41
2.1 A opção pela pesquisa-ação e sua contribuição educativa	41
2.1.1 O papel da/o pesquisadora/o.....	45
2.2 A construção e o levantamento de dados	47
2.2.1 A Observação participante.....	47
2.2.1.1 O Diário de um percurso.....	48
2.2.2 O Grupo Focal como experiência de aprofundamento.....	51
2.2.3 O questionário.....	52
2.3 Os Espaços de construção da pesquisa-ação	53
2.3.1 O espaço de investigação coletiva.....	53
2.3.2 O espaço de produção coletivo do conhecimento.....	54
2.4 As mulheres e os homens participantes da pesquisa	55
2.5 O projeto de intervenção na Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”	63
2.5.1 O projeto “sujeitos e saberes na mediação de práticas sócioeducativa autoativação de comunidades locais”: dimensão intencional.....	63
2.5.1.1 Concepção do projeto.....	64
2.5.1.2 Metodologia do trabalho educativo.....	65
2.5.1.3 Centro “Infância/Mulher/Território”, no Parque Eliane.....	66
2.5.2 Os passos iniciais do processo educativo.....	69
2.5.3 Os passos da continuidade do processo educativo.....	74
2.6 Análise de conteúdo e sistematização dos dados	80

CAPÍTULO III - AS APRENDIZAGENS NA DIMENSÃO DO EMPODERAMENTO DAS “MULHERES PERSEVERANTES”	83
3.1 As práticas educativas não-sexista como instrumento de empoderamento	83
3.1.1 A dimensão político-organizativa da ação das mulheres da APMP	94
3.1.1.1 As aprendizagens relacionadas à atuação político-organizativa e a noção da dimensão coletiva	95
3.1.1.2 As aprendizagens e a importância da participação.....	98
3.1.2 A dimensão da incorporação da economia solidária na experiência das mulheres da APMP	101
3.1.2.1 As aprendizagens relacionadas à atividade profissional e sua dimensão coletiva.....	104
3.1.3 A dimensão humana e as mudanças na prática das mulheres da APMP	108
3.1.3.1 As aprendizagens transformadas em confiança em si mesma, nas outras mulheres e na Associação.....	109
 CAPÍTULO IV – GÊNERO, PRÁTICAS EDUCATIVAS E EMPODERAMENTO DE MULHERES: POSSIBILIDADES DE (RE)CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO	 114
4.1 Gênero: uma construção sócio-cultural	114
4.1.1 A configuração das relações de gênero na família das “Mulheres Perseverantes”	124
4.1.1.1 Relação das mulheres com seus maridos.....	125
4.1.1.2 Relação das mulheres com suas filha/os e netas/os.....	130
4.1.1.3 Relação dos homens com suas esposas.....	133
4.2 As relações de gênero construídas no contexto da APMP	135
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 138
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICES	147
ANEXOS	156

INTRODUÇÃO

Primeiro, nasci.
Depois me disseram que sou uma mulher.
Disseram-me que eu era sexo frágil.
Mas, como mulher, aprendi com minha mãe,
Margarida Alves, Rosa de Luxemburgo,
Olga Prestes e com as mulheres do
Parque Eliane que somos fortes,
Fortes para carregar, no ventre outra vida,
para amar, para brigar, para trabalhar
duramente e defender nossos ideais.
Fortes para construirmos outro mundo
e mudarmos os homens, inclusive!

Ana Célia de Sousa Santos

As inquietações e desejos expressos nesse trabalho são resultados de reflexões e experiências desenvolvidas numa prática de educação popular, como profissional e militante de movimentos sociais populares, iniciados no final dos anos de 1980. Resulta, também, de pesquisas anteriores² realizadas na UFPI e, ainda, da prática do Núcleo de Estudos e Pesquisas “Educação e Relações de Gênero”³, que reúne docentes, discentes da graduação e da Pós-Graduação. É resultado, também, da aspiração de elevar a minha contribuição junto aos Movimentos Sociais Populares, no que tange aos estudos que aprofundam o conhecimento das práticas sócio-educativas com mulheres. É parte do Projeto de Intercâmbio Científico-Cultural “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Sócio-educativas: auto-ativação de comunidades locais”, desenvolvido entre a UFPI - Universidade Federal do Piauí/Brasil e a UNIVR – Università Degli Studi Di Verona/Itália, que mantém e acompanha os Centros de Vivência – “Infância/Mulher/Território”, no Parque Eliane, zona sul de Teresina, cujas atrizes sociais participam da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e são sujeitas participantes desta pesquisa e o centro “Juventude/Escola/Território”, na Escola Profissional Prefeito José Olimpio Mendes de Melo – PREMEN, zona norte de Teresina.

² As Representações Sociais que os homens do CCE/UFPI, curso de Pedagogia têm sobre as mulheres - Trabalho de Iniciação Científica produzido por Ana Célia de Sousa Santos e Benedita Severiana de Sousa;

Pesquisa que resultou na monografia: Da invisibilidade ao tornar-se sujeitas: as práticas de empoderamento das mulheres do Parque Eliane – Teresina/PI; Pesquisa sobre os Movimentos Sociais no Nordeste que resultou no livro: Movimentos Sociais e Educação Popular no Nordeste, editado pela Escola Quilombo dos Palmares/ Recife-PE.

³ Vinculado ao Departamento de Fundamentos da Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação – CCE/UFPI e ao Núcleo “Educação, Gênero e Cidadania” cadastrado no CNPq.

Discutir e analisar questões relacionadas ao gênero é imprescindível, primeiro porque é eminentemente necessário que se pense num processo educativo que favoreça a construção de relações mais humanas, justas e respeitadas. Desse modo, neste trabalho de intervenção, proporcionado pelo Projeto “Sujeitos e Saberes”, fazemos uso de concepções e princípios da Educação Popular, de forma que as práticas educativas desenvolvidas, seja em momentos sistemáticos (oficinas, encontros, debates, estudos, produção) ou em momentos do cotidiano (organização, participação política e convivência familiar) das mulheres, possam oferecer subsídios para uma reflexão da condição e da posição ocupada por cada uma das mulheres.

Tomamos como categoria estritamente necessária o empoderamento, entendendo que é a partir da consciência e do exercício do poder que poderemos deslocar e mudar o domínio que os homens sempre mantiveram sobre as relações econômicas, sociais e políticas, subestimando e invisibilizando as mulheres. E, segundo, porque a atual realidade brasileira favorece os estudos sobre a condição das mulheres, instigando-nos a discutir a situação econômica, profissional, relacional e o contexto onde estamos inseridas, possibilitando a definição de políticas públicas, que colaborem para a transformação da realidade de empobrecimento enfrentada pela maioria das mulheres e pelas suas famílias. Assim, pensamos contribuir na feitura de outro mundo possível, emancipando a nós mesmas e colaborando na emancipação dos homens.

Foi, então, com base nessas questões que resolvemos desenvolver esta pesquisa. O ponto de partida desses estudos são os espaços educativos da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, localizada no Parque Eliane, em Teresina, tendo como período de realização os anos de 2007 e 2008. Neste texto, refiro-me aos participantes da pesquisa como mulheres perseverantes (MP) e homens perseverantes (HP). Assim, das observações lá realizadas chegamos ao seguinte problema: como as práticas educativas desenvolvidas, a partir do Projeto “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Sócioeducativas: auto-ativação de comunidades locais” vem contribuindo para o processo de empoderamento e emancipação das mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”?

O objetivo geral deste trabalho é, por conseguinte, analisar de que modo as práticas educativas desenvolvidas junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” vêm contribuindo para a construção de um processo de emancipação e empoderamento de mulheres nas dimensões humana, político-organizativa, de incorporação da economia solidária e construção de um novo olhar sobre as relações de gênero.

Para alcançarmos o objetivo geral, delineamos alguns objetivos específicos:

♀ Identificar mudanças de comportamentos e atitudes (individuais e coletivas) das mulheres, no que tange às práticas produtivas, político-organizativas e de economia solidária;

♂ Caracterizar a qualidade da participação das mulheres na Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” em atividades de produção;

♀ Definir a configuração das relações de gênero (mulheres e homens) no espaço da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e destas/es com os seus/uas maridos/mulheres, filhos/filhas;

♂ Identificar o impacto das ações da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” na formação de novos grupos na comunidade Parque Eliane, visando a construção de um novo olhar sobre as relações de gênero;

Como fundamentação teórica, utilizamos referências interdisciplinares, de forma que destacamos Barbier (2004), Flich (2004) e Gatti (2005) com seus estudos sobre a pesquisa qualitativa, pesquisa-ação e sobre o processo educativo implícito nesse modo de pesquisa; Andrade (1994), Certeau, Giard e Mayol (1996), Haesbaert (2006) e Rodrigues (1991) discutindo a importância do território como espaço de construção das identidades de homens e mulheres; Freire (2005, 1996) chamando a atenção para que os processos educativos sejam libertadores e não reforçadores da opressão; Larrosa (2001) discutindo a possibilidade de os espaços educativos se tornarem *locus* do exercício da linguagem; Louro (1997), Maturana (2004), Saffioti (1979), apresentando as vertentes sobre a discussão de gênero, assim, como as possibilidades de desconstrução de estereótipos construídos, durante séculos, nos diferentes modos de viver em sociedade; Gonh (1994) quando aprofunda a discussão sobre a ação educativa dos movimentos sociais; Singer (2005) e Tiriba (2001) trazendo argumentos para o fortalecimento da economia solidária como uma alternativa para a construção de novas relações econômicas, dentre outras.

Desse modo, utilizamos a pesquisa de natureza qualitativa, considerando que ela nos ajudaria a responder questões relativas, não só ao conhecimento ou à dimensão cognitiva, mas também, à dimensão afetivo-volitivo que se refere à essência destas relações - os sentimentos os desejos, as motivações, as atitudes, os hábitos - o que falam e sentem os/as participantes/atores e atrizes desse processo. Essa escolha é também uma opção política, haja vista que ela possibilitou uma convivência e uma militância no cotidiano do Parque Eliane de forma a perceber a concretude das diferenças sociais e culturais.

Em particular utilizamos a pesquisa-ação como estratégia de aproximação, de vivência e convivência com a Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, permitindo com isso a participação de todos/as os/as envolvidos/as no processo. A pesquisa-ação é, portanto, uma ação pedagógica e política que pressupõe mudança, transformação de si, a partir da consciência da existência do/a outro/a e do mundo a sua volta, permitindo com isso a construção de outro ser humano, de outro mundo com possibilidades criadoras, autônomas e, tendo como princípio a liberdade.

Dessa forma, os estudos empíricos e as contribuições dos teóricos nos deram embasamento para estruturar este trabalho em quatro capítulos. O primeiro deles apresenta o contexto e sua importância para a formação da identidade das atrizes e atores envolvidos nesse processo, no território Parque Eliane.

No segundo capítulo traçamos os caminhos percorridos, demonstrando como eles se entrecruzaram permitindo um vai e vem, em forma de teia, em todo o percurso do desenvolvimento da pesquisa. Elencamos como técnicas e instrumentos de coleta de dados a observação participante, o diário de um percurso, o questionário sócio-econômico e o grupo focal.

No terceiro capítulo procuramos identificar as aprendizagens na dimensão do empoderamento das “mulheres perseverantes” e quais suas contribuições para as mudanças de comportamentos e atitudes (individuais e coletivas) e a incorporação de novas práticas político-organizativas e econômicas no cotidiano dessas mulheres.

E por fim, no último capítulo, definimos a configuração das relações de gênero (mulheres e homens) no espaço da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e destas/es com os seus/suas maridos/mulheres e filhos/filhas. Neste capítulo também trazemos as análises realizadas a partir da dimensão das mudanças nas relações de gênero dentro do espaço de atuação das mulheres e sua relação com os homens (maridos) e com as crianças (filhos/as).

Entendemos que este é um trabalho de pesquisa-ação de muitos que virão e com certeza contribuirá para que homens e mulheres possam usufruir de um mundo melhor. Sua relevância se dá, também, porque é um tema em ascensão dentro dos espaços acadêmicos, além de forte argumento para a organização de diversos movimentos sociais que defendem uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Vamos à frente, pois temos muito que construir e “nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia”!

CAPÍTULO I

A REALIDADE URBANA: O SENTIDO DO TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

[...] a gente não quer só comida
a gente quer comida, diversão e arte.
a gente não quer só comida,
a gente quer saída para qualquer parte.
a gente não quer só comida,
a gente quer bebida, diversão, balé.
a gente não quer só comida,
a gente quer a vida como a vida quer.
[...] a gente não quer só comer,
a gente quer comer e quer fazer amor.
a gente não quer só comer,
a gente quer prazer pra aliviar a dor.
a gente não quer só dinheiro,
a gente quer dinheiro e felicidade.
a gente não quer só dinheiro,
a gente quer inteiro e não pela metade.

Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Brito⁴

Neste capítulo, apresentamos uma breve contextualização do espaço onde se desenvolveu esta pesquisa, destacando o território como o *locus* de constituição de identidades, tanto individuais, como coletivas. Abordamos ainda aspectos das lutas urbanas para implementação da Reforma Urbana como estratégia de construção de cidades mais justas e ecologicamente sustentáveis.

Além disso, destacamos a necessidade de inclusão da temática de gênero nas discussões sobre o desenvolvimento local, ressaltando a importância da participação das mulheres na construção de novas relações de gênero.

1.1 Moradia, lutas urbanas e o direito à cidade

Ao nascerem, os indivíduos machos e fêmeas mantêm relações que os definem primeiramente como homens e mulheres. Depois os/as classificam como pertencentes a uma classe social, a um grupo étnico/racial, a uma sociedade que possui história e cultura.

⁴ Compositores da Música Popular Brasileira

Nessa inter-relação social, histórica e cultural o homem e a mulher constroem sua subjetividade, mediados pela linguagem, pelas ações que desenvolvem através da atividade, das emoções e nas relações com os/as outros/as e com o mundo. Portanto, todos esses processos se dão individual e coletivamente. Nesse sentido, Silva (2002, p. 147) afirma que:

Homem-mulher-natureza são sujeitos de um universo cultural em que as relações que estabelecem uns-com-os-outros compõem um universo semântico no qual a leitura e a problematização do mundo são específicas da vida comum, tornam-se questões comunitárias nas quais a cultura local é a maior, senão única, referência de amparo para a sustentabilidade na vida no espaço em que estes estão inscritos.

Com base nesse pensamento entendemos, também, que a nossa cultura⁵ introjeta modos de vida que conservam e preservam a espécie humana, seja através dos hábitos, comportamentos, seja pela manutenção das formas de moradia. Nesse sentido, os indivíduos necessitam de um lar, de uma casa, de uma habitação que lhe dê segurança, aconchego, comodidade para se deslocar para o trabalho e para a escola. De alguma forma é preciso morar. O espaço da moradia – a casa – é para Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 203-204) o território,

[...] onde se desdobram e se repetem dia a dia os gestos elementares das “artes de fazer” é antes de tudo o espaço doméstico, a casa da gente. [...] Neste lugar próprio flutua como que um perfume secreto, que fala do tempo perdido, do tempo que jamais voltará, que fala também de um outro tempo que ainda virá, um dia, quem sabe.

No campo e na cidade morar é uma necessidade assim, como vestir, se alimentar. Não é possível viver sem ocupar um espaço. É no espaço da casa que nos abrigamos e, às vezes, produzimos nosso próprio trabalho para a subsistência. A casa na perspectiva de Da Mata (1991) diz respeito a uma área especial que abriga iguais, na qual existem pessoas que se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo, vínculo de hospitalidade e simpatia, que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira. Segundo este ponto de vista da palavra *casa* vem as palavras *casamento*, *casadouro* e *casal* denotando atos e situações relacionais, plenamente coerente com a idéia de morada e residência. Nas palavras de Da Mata (1991, p. 60),

⁵ Entendida como aquilo que diz respeito ao domínio material dos povos e grupos sociais e ao domínio simbólico, produtora de sentidos e de saberes como práticas cotidianas, organizadas e vividas e que agem sobre a vida e sobre os modos de viver, de se tornar o que se é (BERNARDO; GUARESCHI, 2004).

[...] ser posto para fora de casa ou sair de casa pode especificar rupturas violentas, pois se somos expulsos de nossas casas, ficamos privados de um tipo de espaço que nos concede intimidade e hospitalidade perpétuas. Esses “direitos” que marcam o que chamamos de “amor”, “carinho” e “consideração”. Do mesmo modo, estar em casa ou sentir-se em casa fala de situações que indicam relações harmoniosas, em que as disputas devem ser evitadas [...].

No entanto, a casa não se refere somente a espaços geográficos ou coisas físicas, mas designa entidades morais, esferas de ação social, dotadas de ética e de domínios culturais institucionalizados, capazes de despertar emoções, ações e reações (DA MATA, 1991). É nesse espaço, também, que as relações entre homens e mulheres se constroem. Meninas e meninos vão se tornando adultos e definindo seus modos de ser (pensar, sentir, agir). Nesse lugar são manifestadas as várias formas de violência que fazem das mulheres, em alguns casos, vítimas de seus maridos/companheiros.

Desse modo, as sociedades vão incorporando normas jurídicas que obrigam as instituições a pensarem seus modos de vida. De acordo com estudos de Morais, Da Guia e Paula (2006, p. 203),

O Direito à Moradia foi citado inicialmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, pela Assembleia Geral da ONU, tendo o Brasil como um dos seus signatários. A declaração estabelece que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis.

Ao realizarmos o grupo focal com as mulheres e com os homens, maridos das mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, sobre como retratavam suas famílias e a relação entre eles e elas observamos que a casa aparecia na maioria dos seus desenhos⁶.

⁶ Técnica utilizada no grupo focal para exprimir dos atores e atrizes desta pesquisa a visão a respeito da relação entre homens e mulheres e destes com seus filhas/os no contexto da família.



Figura 01: Ilustração do HP06
Fonte: Grupo focal realizado com os homens



Figura 02: Ilustração da MP05
Fonte: Grupo focal realizado com as mulheres

Estas representações (Figura 01 e 02) expressam o espaço da casa como o lugar de encontro da família, de enfrentamento conjunto dos problemas, das angústias, do aconchego com os filhos e filhas. Nesta perspectiva, Oliveira (2007, p. 70) afirma que:

A casa é um elemento constituinte da identidade e referência para a cidadania. Também pode significar: refúgio, conforto, acolhimento, muito trabalho, prazer e desprazer, insegurança, aprendizagens, silêncio e construção de sonhos e de mudanças. Todavia, o espaço da casa, tradicionalmente configurado por uma família patriarcal, é onde se perpetuam também as relações de subordinação e poder, através da reprodução dos papéis de gênero fundamentada numa educação sexista, onde as meninas normalmente seguem o modelo da mãe e os meninos o modelo do pai.

Assim, a casa passa a ter um importante sentido no estabelecimento das relações de encontro e resguardo da família possibilitando às mulheres e homens uma apropriação de diferentes modos de organização social. Ao se referir ao sentido que damos às coisas, Kosik (1976, p. 23) reflete que:

[...] o conhecimento representa um modo de apropriação do mundo pelo homem; além disso, os dois elementos constitutivos de cada modo humano de apropriação do mundo são o sentido subjetivo e o sentido objetivo. [...] O processo de captação e descobrimento do sentido da coisa é ao mesmo tempo criação, [...] do correspondente sentido, graças ao qual ele pode compreender o sentido da coisa. É possível, portanto, compreender o sentido objetivo da coisa se o homem cria para si mesmo um sentido correspondente. Estes mesmos sentidos, por meio dos quais o homem descobre a realidade e o sentido dela, coisa, são um produto histórico-social.

A casa, além ter um valor simbólico e econômico, passa a ter um significado subjetivo a partir do momento que aglutina as pessoas em torno de uma família, de um grupo de amigos, do trabalho, do estudo, do lazer, enfim, do encontro, onde de acordo com Kosik (1976, p 24),

[...] A casa diante da qual me encontro, não a percebo como um conjunto de formas geométricas, de qualidades físicas do material de construção, de meras relações quantitativas; dela tomo consciência antes de tudo como habitação humana e como harmonia.

Todavia, a casa é também onde construímos as raízes das nossas auto defesas e nos preparamos para a vida em comunidade, como afirma Silva (2002, p. 98),

A vida doméstica constitui a microfísica afetual da vida comunitária. Suas arquiteturas misturam-se com a ecologia local, seus costumes tecem vínculos entre os sujeitos e o ambiente, suas rotinas constituem as teias do social, seus rituais promovem a fluidez dos sujeitos impregnando com suas presenças os seus entornos. Os subterrâneos da vida doméstica são atravessados pelas paixões do viver-com, que envolve e resolve conflitos quando um-e-outro na familiaridade e no convívio constituem a organicidade do social.

No entanto, possuir uma casa em perfeitas condições é privilégios de alguns. Em nossa sociedade a maioria da população – os/as das classes populares, os/as assalariados/as, os/as sem empregos – vive em péssimas condições de moradia. Mesmo nessas circunstâncias os/as moradores/as se orgulham do espaço que tem, haja visto, que participaram de sua construção e ali estabeleceram relações e instituem grupos que legitimam suas lutas. A MP11 afirma que se orgulha de morar no Parque Elaine:

E nós do Parque Eliane nós tamos sendo vista longe. Sabe porquer? Porque aí tem Vila que tá com dez anos, com doze e não tem nada. Eu me sinto orgulhosa, sou cheia de orgulho por morar no Parque Eliane. Pra mim é o lugar que eu amo (Diário de um percurso - 09/01/2008).

No Brasil, como na maioria dos países capitalistas, a terra urbana e as edificações integram as mercadorias do modo de produção capitalista. Nesse caso, tanto a terra como a casa passam a ter um valor estipulado pelo mercado, pelo estatuto jurídico da propriedade da terra e pela capacidade de pagar dos seus compradores/as. Há, também, uma produção da casa e da cidade que não está vinculada ao circuito imobiliário oficial: são as favelas, vilas e as

ocupações de terras produzidas pela incapacidade de pagamento que a população assalariada e sem emprego possui (RODRIGUES, 1991).

A realidade brasileira demonstra ainda, um alto déficit de moradia, em Teresina são cerca de 47.311 moradias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005). A ausência de uma Política Nacional de Habitação agrava, ainda mais, essa situação. Em 2000, de acordo com Da Mata, Lall e Wang (2007, p. 48),

[...] cerca de seis milhões de habitantes das aglomerações urbanas do Brasil viviam em favelas, o equivalente a 6% da população total das cidades. [...] A população urbana e o número de residências localizadas nas aglomerações urbanas aumentaram entre 1980 e 2000. A população nas cidades aumentou de 52,4% para 57,1%, enquanto que o número de residências passou de 55,4% para 59,6%.

Os dados, acima, demonstram um aumento no processo de urbanização do Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1960 a população urbana brasileira era de 45,10%, este percentual chega a 55,92% em 1970, e, amplia-se para 67,59 em 1980. Em 2000, essa população atinge um número de 137.755.550 brasileiros vivendo em área urbanas, o que corresponde a 81% das populações habitando as cidades (IBGE, 2000).

O crescimento das cidades indica, também, mais pessoas vivendo em péssimas condições. Assim, as cidades maiores (em termos de tamanho populacional) possuem mais favelas, assim como cidades mais ricas (em termos de nível de renda per capita). A desigualdade de renda tem um papel importante: quanto mais desigual for a cidade, mais favelas possui. A região Nordeste, a mais pobre do país, apresentou a segunda maior taxa de crescimento de favelas.

O número de cidades com mais de 10% da população em favelas aumentou de dois para seis entre 1980 e 2000. A cidade com o maior percentual dos habitantes em favelas, em 1980, era Fortaleza (10,2%). Em 2000, Teresópolis ocupou a posição, com 24,1% da sua população habitando aglomeradas subnormais. Verifica-se que cidades de maior porte populacional são exatamente aquelas que possuem o maior percentual de habitantes em favelas. Comparando as posições nos *rankings* de 1980 e 2000, as cidades de Fortaleza, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Manaus e São Paulo são as seis cidades que permaneceram entre as dez com maior percentual. (DA MATA; LALL; WANG, 2007). Assim, demonstram a Tabela 01:

TABELA 01

Cidades com maior percentual da população
vivendo em favelas

1980			
Cidade	Região	Valor absoluto	Percentual
Fortaleza	Nordeste	174.885	10,23
Santos	Sudeste	96.229	10,01
Vitória	Sudeste	70.158	9,93
Rio de Janeiro	Sudeste	724.779	8,26
Belo Horizonte	Sudeste	201.471	7,69
Manaus	Norte	62.384	7,07
Recife	Nordeste	101.315	4,18
Campo Grande	Centro-Oeste	11.969	4,10
Salvador	Nordeste	68.574	3,75
São Paulo	Sudeste	466.486	3,71
2000			
Cidade	Região	Valor absoluto	Percentual
Teresópolis	Sudeste	33.291	24,11
Macaé	Sudeste	21.237	13,72
Santos	Sudeste	19.035	12,89
Fortaleza	Nordeste	61.101	11,77
Rio de Janeiro	Sudeste	1.246.430	11,44
Belo Horizonte	Sudeste	430.404	10,08
Teresina	Nordeste	95.437	9,92
São Paulo	Sudeste	1.666.033	9,32
Manaus	Norte	170.851	9,16
Ilhéus	Nordeste	8.067	8,93

Fonte: Lall, Wang e Da Mata (2007).

Nesse sentido, as ocupações de terra aparecem a partir das sucessivas expulsões das pessoas do campo para a cidade, das atrações oferecidas nos centros urbano, da incapacidade de pagamento de aluguéis pela maioria da população que vive desempregada ou com baixos salários. As favelas, vilas e as ocupações urbanas são definidas por Rodrigues (1991, p.36) como:

[...] um aglomerado de pelo menos cinquenta domicílios – na sua maioria carentes de infra-estrutura – e localizado em terrenos não pertencentes aos/às moradores/as. [...] Tornam-se mais legitimadas a partir da atuação do poder público, pois, sem poder resolver o problema da moradia e

pressionados pelos/as moradores/as mantém programas de regularização fundiária e de urbanização.

De acordo com Façanha e Pintaudi (2003), o processo de favelização, em Teresina, ganhou expressão nos anos 1980. O autor e a autora afirmam que:

A redemocratização do país foi um dos fatores que contribuiu para que os grupos sociais excluídos contribuíssem para uma maior intervenção no tecido urbano. Em meados da década, resultado das inundações ocorridas na cidade, em especial na zona Norte, surgiram as ocupações de terras, realizadas de forma organizada por grupos sociais excluídos, atuando de forma articulada com os movimentos sociais urbanos (Organizações não governamentais, associações de moradores, lideranças políticas etc.), principalmente com a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e a Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI). Esse contexto cristalizou os movimentos de luta em defesa da moradia (p. 06).

O processo de crescimento das cidades não parou na década de 1980. Acelerou-se, contribuindo para o empobrecimento e desestruturação das condições de habitabilidade de diversas famílias, como afirmam as “mulheres perseverantes” MP04 e MP11, respectivamente:

Em 2001 foi um ano de muitas dificuldades. No Parque Eliane não tinha água e nem luz. Alguns dias depois foi puxado luz de gambiarra e a água era de poço cacimbão e muitas mulheres iam buscar água no rio (Diário de um percurso – 26/11/2007).

O nosso Parque Eliane precisa em primeiro lugar de um colégio, porque tem muitas crianças sem estudar. São crianças de 2 a 5 anos, são pequenas e os colégios são longe. Precisamos muito de ônibus. É muito triste ficar 2 horas esperando o ônibus da Cerâmica Cil. Pra quem trabalha na CEAPI tem que ir de bicicleta, porque não tem ônibus. Precisamos de tudo, saneamento básico, etc (Diário de um percurso - 26/11/2007).

Consideramos, de acordo com Rodrigues (1991, p. 37), que “as primeiras favelas surgiram no Rio de Janeiro logo após a Guerra de Canudos e em São Paulo por volta da segunda Guerra Mundial. Tornaram-se mais “visíveis” no período da industrialização. No entanto, é por volta dos anos 70, por falta de alternativas de onde morar, que surgem as ocupações de terras nas cidades”.

As ocupações, diferentes do processo de favelização, são caracterizadas por uma mobilização social anterior, ocorrem em bloco de famílias que em conjunto se apropriam de uma área e em um único dia, escolhido por todos/as, realizam a ocupação, sendo as construções realizadas em mutirões. Para formar os grupos de ocupantes são reunidos/as

peças e famílias de bairros, municípios e cidades vizinhas que se aglomeram para resolver o mesmo problema: falta de moradia. A MP11 relata sua experiência:

Em janeiro de 2001 começou a ocupação no Parque Eliane, o terreno já era loteado mais não tinha registro na prefeitura. Então foi reunido um grupo de pessoas que não tinham onde morar e resolveram ocupar os lotes. Esse grupo tinha um líder [...] e junto com ele foi formada uma comissão [...] e outros mais (Diário de um percurso - 26/11/2007).

Em Teresina, o surgimento de novos aglomerados vem evoluindo de forma acelerada, principalmente, por ocupações em terrenos públicos e privados, cujas moradias, de acordo com a Prefeitura Municipal, são classificadas em três categorias: vilas, parque/residenciais e favelas (TERESINA, 1997b).

O Parque Eliane se autodenominou de Parque. No entanto, de acordo com classificação oficial é enquadrada na categoria de Vila. Na categoria de Vila a Prefeitura considera as “áreas de ocupação irregular do solo, caracterizadas inicialmente pela ausência de infra-estrutura e precariedade da construção dos domicílios, mas que apresentam condições para regularização fundiária e urbanização” (TERESINA, 1997b).

O período de maior expansão de vilas e favelas de Teresina foi entre os anos de 1991 e 1993 (TABELA 02), quando a taxa de crescimento foi de 151,79% tendo como maiores responsáveis a zona Sudeste e a Leste, com percentuais de crescimento de 366,67% e 264,29% respectivamente. O menor crescimento deu-se entre 1996 e 1999, cuja taxa de crescimento foi de 0,67%.

TABELA 02

Expansão de Vilas e Favelas de Teresina

Zonas	Quantidade				% de Crescimento por zona		
	1991	1993	1996	1999	1993	1996	1999
Leste	14	51	48	45	264,29	-5,88	-6,25
Sudeste	6	28	28	31	366,67	0,00	10,71
Sul	18	39	48	45	116,67	23,08	-6,25
Norte	15	17	20	22	13,33	17,65	10,00
Centro	3	6	5	7	100,00	-16,67	40,00
Total	56	141	149	150	151,79	5,67	0,67

Fonte: Teresina (1997b)

São nos vazios urbanos, gerados pela especulação imobiliária, que as ocupações têm lugar. Estas alternativas de ocupação do espaço nas cidades produzem processos que fazem nascer a solidariedade como instrumento para resolução das situações problemas, na área ocupada. Refletindo sobre isso, Rodrigues (1991, p. 45) afirma que são:

[...] nesses vazios urbanos que as ocupações produzem uma cidade, inclusive obedecendo até o que se chama de padrões urbanístico: largura de ruas [...], lotes [...] e muita solidariedade. Solidariedade na procura de uma solução de moradia, solidariedade na construção, processo calcado na cooperação entre pessoas, na troca de favores, em compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho.

É ainda a partir da necessidade de luta pela terra, pela casa onde morar que as pessoas e os grupos se articulam e criam novas formas de gestão do espaço urbano e dos problemas sociais. O discurso da MP10 reflete sobre isto:

[...] de tá construindo esse grupo, de nosso grupo ser reconhecido, mais longe como grupo de mulheres, de uma coisa que o pessoal joga pra baixo – favela! Favela, mais que daqui tá nascendo uma coisa muito importante que é um Grupo de “Mulheres Perseverantes”.
(Diário de um percurso - 09/01/2008).

As ocupações de terras urbanas demonstram a busca de moradia e, mais ainda, a preocupação do como morar implica na luta pela sobrevivência, pela cidadania. A capacidade de resistência que temos em não perder a esperança de um dia encontrar a estabilidade também nos leva a acreditar que coletivamente podemos muito mais, inclusive contribuir para uma cidade mais justa e solidária. Ao se referir a este assunto, Haesbaert (2006, p. 67) reforça que:

Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. [...] Num mundo globalizado como o nosso, o acesso pleno a um território como “experiência integrada do espaço” só se dará quando todos, de alguma forma, puderem vivenciar o mundo em suas múltiplas escalas, pois o território é, hoje, multiescalar e um território-rede.

No entanto, desde a Constituição de 1988 que a sociedade brasileira vem avançando nessas questões relativas aos problemas urbanos. Nesse sentido, a Constituição Federal garante, no seu Art. 29, que o “município reger-se-á pelo princípio da cooperação das

associações representativas no planejamento municipal”. Estabelecem, ainda, nos Art. 182 e 183 as diretrizes gerais da Política Urbana e a participação social no controle público (BRASIL, 1988).

O Estado, a partir da Constituição Federal (1988) fica responsável de, nas suas três esferas, promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (artigo 23, inciso IX). O direito à moradia também faz parte das necessidades básicas dos direitos dos trabalhadores/as urbanos e rurais, que devem ser atendidas pelo salário mínimo (artigo 7º, seção IV).

Para concretizar de fato o envolvimento da sociedade civil no destino da cidade e dos recursos público, o Art. 165 da Carta Magna criou, como garantia de uma maior transparência na sistemática de elaboração dos orçamentos, instrumentos importantíssimo para a Reforma Urbana e o Desenvolvimento Local. São eles:

- Plano Plurianual – Define as metas gerais da administração; é a lei que dará continuidade à ação pública, a fim de evitar a paralisação de obras e serviços que tenham sido iniciados na gestão anterior. Deve ser enviado até o dia 31 de agosto do ano do primeiro mandato;
- Lei de Diretrizes Orçamentária – Lei que define as prioridades para o ano seguinte e orienta o Orçamento Geral;
- Lei Orçamentária Anual – Lei que apresenta a discriminação exata da Receita e Despesa e evidencia a política econômica-financeira local, bem como o programa concreto de trabalho, transformando as metas e prioridades em dotações orçamentárias efetivas.

Com a pressão da sociedade civil organizada, vários instrumentos já foram e são criados para possibilitar a promoção do planejamento municipal. Recentemente, foi criada a Lei nº 10.257/07/2001 que regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal. Ela estabelece a diretriz para a Política Urbana e é denominada Estatuto da Cidade, que institui as normas públicas e o interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos e cidadãs, bem como do equilíbrio ambiental. A política urbana deverá, segundo essa Lei, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis;
- Gestão democrática por meio da participação no desenvolvimento urbano;

- Cooperação entre governos, iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
- Planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município, de modo a corrigir as distorções;
- Oferta de equipamentos comunitários urbanos, transporte e serviços públicos, adequados aos interesses necessidades da população;
- Ordenamento e controle do uso do solo;
- Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;
- Regularização fundiária e urbanização nas áreas ocupadas por população de baixa renda.

Quanto ao planejamento e a participação, a supracitada Lei, no seu Art. 4, coloca o Plano Diretor como um instrumento de relevância para o desenvolvimento das cidades. O Plano Diretor é a lei que discute como a cidade vai crescer e como cada cidadão e cidadã participam do seu crescimento. Deve ser elaborado nas cidades com mais de 20 mil habitantes e aprovado na Câmara Municipal. Prevê, ainda, a implantação do IPTU – Imposto Predial e territorial Urbana – progressivo, a desapropriação, o usucapião especial de imóveis urbanos para o homem ou a mulher, independente do estado civil. Vale ressaltar que, em 2007, foi aprovada no congresso Nacional, a Lei de Iniciativa Popular que cria Fundo de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular. Esta Lei permitirá a construção de moradias populares para a população de baixa renda.

A moradia sempre funcionou como a referência central da família e está provada a influência das condições de moradia nas condições de saúde física e mental, ao proporcionar privacidade para o cumprimento das funções biológicas, oferecer infra-estrutura e recursos para a higiene pessoal, doméstica e saneamento e favorecer a convalescença de enfermos. Além disso, cada vez mais, a moradia tem funcionado também como ponto central de desenvolvimento econômico, agregando novos processos ou resgatando práticas antigas de gestão da e na moradia, com iniciativas peculiares ao trabalho formal e informal.

Atualmente, observamos com frequência crescente a “moradia/oficina”, “moradia/comércio”, “moradia/serviço de saúde”, “moradia/creche” e “moradia/confecção”, entre outros modelos de produção no âmbito doméstico, transformando a residência em ambiente de trabalho com a finalidade de atender, tanto aos programas sociais de geração de renda e de atenção básica à saúde, quanto às iniciativas de pequenas empresas e aos processos

de terceirização industrial. Às funções gerenciais da moradia tradicionalmente exercidas pela mulher, somam-se às do mundo do trabalho. Neste contexto, as relações de gênero têm um elo cada vez mais forte com as questões de cidadania, trabalho e com as políticas urbanas, no sentido de promover a inclusão social, a redução das desigualdades entre mulheres e homens no território e contribuir para o processo de organização e emancipação das mulheres (BRASIL, 2008a).

1.2 O sentido do território e sua relação com o desenvolvimento local e as relações de gênero

Historicamente, a idéia de desenvolvimento está vinculada à satisfação das necessidades fundamentais do(s) grupo(s) hegemônico na sociedade, visto sempre na perspectiva econômica. Assim, só haveria desenvolvimento se fossem produzidos benefícios para atender aos interesses do grupo social detentor do controle do processo econômico.

Ao longo dos anos, a reprodução deste esquema gerou uma grande massa de excluídos, gerando, também grandes demandas nas áreas de habitação, saúde, educação, meio ambiente e na garantia dos mínimos direitos sociais.

A partir de 1992, com realização da ECO/92⁷, introduz-se um novo conceito nas discussões sobre desenvolvimento: o ambiental. O desenvolvimento, nesta nova perspectiva, significa planejar definindo *o que, como e para quem* produzir, satisfazendo as necessidades, hoje, sem comprometer as gerações futuras. Este planejamento deve ter como ponto de partida uma visão mais global das relações, incluído as dimensões político-institucional, histórico-cultural, econômico-social, geo-ambiental. Dos documentos elaborados na conferência sobre o Meio Ambiente, realizados no Rio de Janeiro, a Agenda 21⁸ foi um que destacou, em seu capítulo 7, a importância da moradia adequada para o bem-estar das pessoas.

⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92, foi realizada de 3 a 14 de junho de 1992. A convite do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi a sede do encontro que reuniu representantes de 175 países e de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Considerado o evento ambiental mais importante do século XX, a ECO-92 foi a primeira grande reunião internacional realizada após o fim da Guerra Fria. Os compromissos específicos adotados pela ECO-92 incluem três convenções: uma sobre *Mudança do Clima*, sobre *Biodiversidade* e uma *Declaração sobre Florestas*. A Conferência também aprovou documentos com objetivos mais abrangentes e de natureza mais política: a *Declaração do Rio* e a *Agenda 21*. Ambos endossam o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, que combina o progresso econômico e material com a necessidade de uma consciência ecológica. (UNB, 2009).

⁸ Principal documento produzido na ECO-92, o "Agenda 21" é um programa de ação que viabiliza o novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional. Ele concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Este documento está estruturado em quatro seções subdivididas num total de 40 capítulos temáticos. Eles tratam dos temas dimensões Econômicas e Sociais, conservação e questão dos recursos para o desenvolvimento, medidas requeridas para a proteção e promoção de alguns dos segmentos sociais mais relevantes, revisão dos instrumentos necessários para a execução das ações propostas e a aceitação do formato e conteúdo da Agenda. Com a adoção da *Agenda 21*, a Conferência estabeleceu objetivos concretos de sustentabilidade em diversas áreas, explicitando a necessidade de se buscarem novos recursos financeiros para a complementação em nível global do desenvolvimento sustentável. (UNB, 2009).

Em 1996, realizou-se em Istambul, a segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (2ª Habitat), que aprovou a Agenda Habitat, adotada pelo Brasil. O documento tem como principais objetivos a moradia adequada para todos/as e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos num mundo em urbanização. A Declaração de Istambul reafirmou o direito à moradia e reitera o comprometimento da comunidade internacional com a realização completa e progressiva do direito à moradia adequada. Para esse fim, os Estados que fazem parte desse acordo deveriam tomar providências para garantir a segurança legal da posse, a proteção contra a discriminação e a igualdade no acesso à moradia adequada e financeiramente acessível para todos/as. (MORAIS; DA GUIA; PAULA, 2006).

Pensar o Desenvolvimento Local na ótica do planejamento é pensar Reforma Urbana, que possibilita a participação no planejamento, execução, fiscalização, a promoção humana. Reforma Urbana é, portanto, o planejamento da cidade, do município com participação e transparência administrativa. É, sobretudo, a inversão de prioridades; é reverter o investimento em políticas públicas para atender as demandas das classes excluídas. A reforma urbana põe em pauta esses temas partindo dos movimentos sociais urbanos e da necessidade do enfrentamento em relação ao poder público municipal.

Para além dessa idéia, existe hoje quase um consenso em torno da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento dotado de sustentabilidade. Ocorrem avanços na recuperação de uma visão holística sobre a relação entre o meio ambiente natural e os seus habitantes, superando a visão antropocêntrica que justifica a exploração ilimitada e a depredação do meio ambiente, e avança na construção de postulados de sustentabilidade.

A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reconheceu, como um dos eixos prioritários de intervenção pública na área de promoção da igualdade de gênero, a questão do desenvolvimento sustentável na perspectiva de gênero e a conseqüente ampliação da justiça ambiental. Foram aprovadas algumas prioridades relacionadas à necessidade da universalização do direito à terra e à água, da garantia da segurança alimentar e de uma educação ambiental que inclua ações de capacitação para o controle social, sempre na perspectiva de garantir visibilidade e reconhecimento à contribuição das mulheres em todos estes espaços, bem como, o respeito às diversidades étnico-raciais, de orientação sexual, geracionais, entre outras (BRASIL 2008a).

Trata-se, então, da emergência de um novo paradigma. Novos conceitos, idéias e percepções que tendem a orientar os processos de desenvolvimento que, na visão de Capra

(1999, p. 29), necessitam de “uma mudança profunda no pensamento, percepções e valores que formam uma determinada visão da realidade”. Essas mudanças na visão de mundo expressam o surgimento de uma visão holística e ecológica. Rompem com a visão antropocêntrica, proporcionando a reconciliação das pessoas com o espaço onde habitam.

Diante desse pensamento, uma nova ótica marca a contemporaneidade, a busca de um modelo de desenvolvimento implicada na relação direta com a realidade local. A economia local ganha importância como alternativa diante da crise do trabalho nos centros urbanos industrializados.

Na perspectiva cultural, o retorno ao “local” representa a valorização da diversidade cultural, da recomposição e afirmação de identidades e territórios, como propõe Zaoual (2003, p. 95):

[...] com o conceito de *sítio simbólico de pertencimento*: um espaço de crenças e práticas ajustado às circunstâncias locais. Sua transversalidade articula a cultura dos atores da situação, com a sociedade e o meio ambiente. Contrariamente à exclusiva visão de mercado que subtrai o homem do seu ambiente social, o sítio o inclui e o vincula a suas raízes, dando sentido aos seus comportamentos.

Considerando esse debate, o desenvolvimento local é uma forma de valorizar as potencialidades locais (econômicas, humanas, ambientais), proporcionando o crescimento da renda, a melhoria das condições de vida da população e o fortalecimento da cidadania. Conforme Buarque (1997), o desenvolvimento local é um processo endógeno de mobilização das energias sociais na implementação de transformações que possibilitam o aparecimento de oportunidades sociais e de condições de vida no espaço local, com base nas potencialidades e no envolvimento da sociedade nos processos decisórios. Reforçando essa idéia Silva (2004, p. 3) afirma que:

A lógica da solidariedade e da sustentabilidade do desenvolvimento implica na humanização de todas as relações sociais e uma integração orgânica do ser humano com a natureza. Passa pela formação de laços sociais de solidariedade, nos quais o significado da cidadania vai do grau mínimo de satisfação das necessidades básicas - condição para a participação cidadã – até a realização completa dos humanos-seres-solidários. Acreditamos ser esse o caminho para chegarmos à verdadeira democracia que exige a superação de todas as formas de discriminação e dominação: de classe, de raça e de gênero.

De acordo com esses aspectos, podemos afirmar que as mulheres, em suas variadas formas de organização, vêm demonstrando que possuem grande poder de mobilização e articulação que concretizam novas formas de relações, partindo do espaço local, o que contraria aquilo que a história da humanidade e das mulheres sempre demonstrou.

As mulheres representam 51,2% da população brasileira, sendo 46% pretas e pardas. São aproximadamente 89 milhões, das quais, 85,4% vivem em áreas urbanas (IBGE, 2004). No que se refere à chefia da família, os dados demonstram que houve grandes mudanças nos últimos 10 anos. A chefia feminina no período aumentou cerca de 35%, passando de 22,9% em 1995 para 30,6% em 2005. Por outro lado, o número de mulheres chefe de família aumentou de 2,1 pontos percentuais na faixa etária de 40 a 49 anos enquanto houve uma redução de 2,3 pontos percentuais entre as mulheres idosas. No entanto, cabe ressaltar que a chefia feminina é mais expressiva entre as mulheres idosas (27,5%). Este resultado é reflexo da maior expectativa de vida das mulheres. (IBGE/2006).

Dentre as conquistas alcançadas pelas mulheres nos últimos anos, destacam-se o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. De acordo com os dados do IBGE (2005), entre os anos de 1995 e 2005, a população economicamente ativa (PEA) somava 96 milhões de pessoas na condição de ocupada e desocupada. Deste contingente de pessoas de 10 anos ou mais de idade no mercado de trabalho, 56,4% eram homens e 43,6% eram mulheres, enquanto, em 1995, a distribuição da População Economicamente Ativa - PEA era de 59,6% para os homens contra 40,4% para as mulheres. Desse modo, observou-se que nos últimos dez anos a distribuição da PEA por sexo sofreu uma acentuada mudança com a redução da participação masculina e aumento da feminina em 3,2 pontos percentuais (IBGE, 2006).

Desse modo, o processo de industrialização e a necessidade do aumento da renda familiar levaram a mulher ao mercado de trabalho, no entanto, as brasileiras não têm muito que comemorar quando o assunto é emprego, uma vez que continuam ganhando cerca de 35% menos que os homens no país, revelou uma pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 2008).

Esta realidade, entretanto, vem sofrendo modificações. Durante séculos as mulheres foram consideradas como inferiores, sexo frágil e submissa a diversas condições e situações, principalmente, aos homens.. A conquista do direito de voto para as mulheres (de votar e ser votada) significou a incorporação de metade da população à dinâmica da democracia representativa. Inicia-se, assim, a aproximação das mulheres com os poderes do Estado,

abrindo-se a possibilidade de responderem pelo destino das nações e mudarem a lógica do desenvolvimento.

A promulgação da Constituição Federal (CF) do Brasil, em 1988, foi um marco para o início destas transformações. Nela, os movimentos sociais tiveram grandes conquistas colocadas em Lei. Algumas reivindicações como: garantia da participação no planejamento das cidades, direito à liberdade de expressão e de organização, à moradia, educação de qualidade, saúde, condições dignas para se viver melhor, foram acrescentadas no texto da nova Carta Magna.

Essas várias alterações na CF foram marcantes para o atual enfoque da família brasileira, concedendo direitos e deveres iguais a mulheres e homens na sociedade conjugal e com relação aos filhos/as, além de considerar a união estável como entidade familiar, que pode ser formada apenas pela mãe ou pelo pai e suas/seus descendentes.

No início do século XXI, o Brasil dá um salto no reconhecimento de que a relação com as mulheres é injusta e causa desigualdade. Com um número, ainda não significativo de mulheres no Congresso Nacional, aprovam-se modificações no Código Civil e as responsabilidades, antes somente das mulheres, “passam a ser”, também, dos homens.

O Governo Federal, administrado pelo presidente Lula, criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e, ainda, a realizou conferências estaduais, regionais e duas nacionais para discutir a realidade das mulheres no Brasil. Dessas conferências resultou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2ª edição. Nele estão contidos os pressupostos, princípios e diretrizes gerais que definem ações e linhas que discutem a autonomia e igualdade no mundo do trabalho e cidadania, a educação inclusiva e não sexista, a saúde das mulheres, os direitos sexuais e reprodutivos e o enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2004).

É, então, com um olhar nessa realidade histórica que as mulheres passam a compreender que a luta por direitos e pela visibilidade de suas ações não deve ser encampada somente por elas. Faz-se necessário envolver a sociedade e, principalmente, os homens.

É, portanto, nesta perspectiva, que as mulheres estabelecem outra lógica para a discussão do território, do local como espaço de transformação das relações de gênero, entendendo, aqui território como o espaço simbólico e cultural de redes de relações, onde se reivindica o acesso, o controle e o uso desse espaço. Nesta perspectiva afirmam Bonnemaïson e Cambrèzy (apud HAESBAERT, 1994, p. 49):

[...] o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono: Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteira, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaços homogêneo e contínuo da “ideologia geográfica”.

Nesse sentido, é no espaço do bairro que, de acordo com Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 56), “circulam e, por conseguinte, se encontram e se reconhecem meninos e meninas, rapazes e moças, homens e mulheres”. Para os autores, este reconhecimento ocorre de acordo com um contrato estabelecido a partir das conveniências sociais que regulam comportamentos de mulheres e homens. Reafirmando este pensamento, Certeau, Giard e Mayol (1996, p. 55) reforçam que a conveniência é:

[...] a via régia para esse benefício simbólico, para a aquisição desse excedente cujo domínio manifesta a plena inserção no ambiente social. Ela fornece o léxico do consentimento, e organiza a partir de dentro a vida política da rua. O sistema da comunicação no bairro é fortemente controlado pelas conveniências. O usuário, ser imediatamente social apanhado pela rede relacional pública, que ele não controla totalmente, é intimado por sinais que lhe intimam a ordem secreta de comportar-se conforme as exigências da conveniência. Esta ocupa o lugar da lei, lei enunciada diretamente pelo coletivo social que é o bairro, do qual nenhum dos usuários é depositário absoluto, mas aos quais todos os usuários são convidados a submeter-se para possibilitar, simplesmente, a vida cotidiana.

Nesse caso, o bairro torna-se um elemento importante para a configuração das identidades de gênero, tendo em vista que é no bairro onde os sujeitos mantêm relações com os/as outros/as como ser social. Sair de casa, andar pela rua, é efetuar um ato cultural, sendo sempre uma relação entre uma pessoa e o mundo físico e social. O bairro se inscreve na história do/a sujeito como a marca de uma pertença indelével, na medida em que é a configuração primeira do arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996).

Pensando assim, é no espaço local, nesse território que as mulheres passam a construir novas relações com os homens, com o espaço físico e consigo mesmas, pois, passam a estabelecer redes de relações que possibilitam a (re)construção e a desconstrução das relações de gênero instituídas. E nesse emaranhado de relações novas/os sujeitas/os vão surgindo no processo de dialogicidade que permite o questionamento da atual situação de empobrecimento e exclusão social, propondo alternativas de sobrevivência. Sobre isto Haesbaert (2006, p. 65-66) afirma que:

[...] a precarização (“para alguns “exclusão”) social que lança de forma crescente milhões de pessoas na miséria faz com que eles revalorizem seus vínculos básicos como o “território”, mesmo no sentido mais elementar – como “terra”, “terreno”, como base primeira de reprodução social, como abrigo fonte de sobrevivência. Mas do mesmo modo como o ser humano, mesmo na condição econômica mais precária, não se reduz a um indivíduo biológico, podendo se tornar alvo fácil dos identitarismos mais radicais, o território também envolve sempre, em diferentes níveis, uma dimensão simbólica identitária.

Nesse sentido, o reconhecimento de si mesma/o, da/o outra/o e da realidade na qual se está inserida/o provoca a necessidade da criação de grupos e/ou movimentos que reforcem de alguma forma esse desejo de mudança, de transformação, provocando um novo sentido do “estar no mundo”. No entanto, os processos desenvolvidos, a partir dos ambientes locais, por si só, de acordo com a concepção de Castells (1997, p. 73):

[...] não induzem a um padrão específico de comportamento ou, ainda, justamente por isso, a uma identidade distintiva. [...] as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural comunitária. [...] para que isso aconteça se torna necessário um processo de mobilização social, [...] as pessoas precisam participar de movimentos urbanos pelos quais são definidos e defendidos interesses comuns, a vida é, de algum modo, compartilhada e um novo significado pode ser produzido.

De acordo, ainda, com Andrade (1994, p. 214) “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”.

A experiência da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” demonstrou nitidamente, no processo de acompanhamento e envolvimento proporcionados por esta pesquisa, a complexidade desse processo. A Associação surge, inicialmente, com um grupo de 12 mulheres em busca de uma renda, produzindo “panos de prato”, com apoio da Fundação “Viver com Dignidade”. Posteriormente, organizam-se em uma Associação de Produção, agora, com cerca de 20 mulheres e, como para realizarem seus trabalhos não tinham onde deixar as crianças organizaram a Casa de “Artes e Culturas”⁹ – espaço de oficinas para as crianças. Logo depois, preocupadas em crescerem juntas de seus maridos/companheiros, que são na maioria desempregados, sugerem que seja realizado com

⁹ Espaço destinado às crianças, criado porque as mães não tinham onde deixá-las quando se dirigem a Casa das Mulheres para produzir e encaminhando suas demandas.

eles atividades outras na perspectiva de geração de renda, assim como na tentativa da inclusão deles na discussão de gênero. Percebemos assim uma rede de relações sendo estabelecida a partir do espaço privado – a família. Compartilhando com esse pensamento, Silva (2002, p. 98) coloca que:

A família, nas suas pequenas diversidades, nas diferenças e nas complementaridades entre os seus membros, produz o sêmen da vida em comunidade. É nesse lugar que o valor de vínculo constitui o ethos da vida comum, é também nesse lugar que as experiências do viver o mundo criam múltiplas possibilidades de ensino-aprendizagem, no encontro e na troca que se fazem no estar junto. O indivíduo, no interior das relações familiares constitui-se como uma unidade ecológica fundamental que amplia, na reiteração dos laços de uns com os outros, a multiplicação de ecossistemas sócio-educativos.

Indo além do espaço da família, estas relações envolvem os/as vizinhos/as, as/as amigas/os, os/as parentes residentes no bairro, envolvendo ainda, relações extra-bairro. A senhora MP04 afirma essa constatação,

Eu entrei no grupo através da minha amiga [...]. Ela já tava no grupo a uns dois meses. Ai sempre ela me convidava [...] vamos, e eu [...] não vou agora não. [...] vamos aí eu comecei a ir, é eu tava passando por um momento muito difícil na minha vida e aí a [...] vamos, ao invés de tu ficar em casa pensando besteira, triste tu pode até ficar assim.... vamos lá pro grupo, lá tu vai fazer crochê, porque eu não sabia. Aí eu dizia: Ah! [...], deixa desse negócio, fica só me chamando (rs,rs,rs). Aí eu terminei indo para o grupo e até hoje eu estou nele [...].
(Diário de um percurso - 29/10/2007).

As relações extra-bairro são estabelecidas a partir do contato com a Fundação “Viver com Dignidade”, com a Universidade Federal e Estadual do Piauí, com órgãos do governo municipal, como a Superintendência de Desenvolvimento Urbano da Zona Sul (SDU/Sul) e Estadual, com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) e com a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC). Sobre isto a senhora MP10 afirma:

Só os conhecimentos que a gente já tem que o nosso grupo já tem lá fora, através da Fundação Viver com Dignidade, que foi como a gente chegou até a universidade vocês sabem disso, [...] E também, é claro que eu não estou deixando de lado a nossa universidade que é quem tá presente com a gente. Também através da SIFE/Ceut nosso nome já tá longe não como mulheres perseverantes, com um nome que eles mesmos escolheram, mas nossas carinhas tão lá e também o nosso trabalho. E pra resumir a história, diante de uma pessoa que representa a UFPI, a gente sabe que o nosso grupo é apoiado pela ação social da SASC. Nós somos apoiados por muita gente e através dessas criaturas a gente, tá sendo, o nosso grupo está sendo conhecido, tá indo longe e tudo isso são razões pra gente (pausa) pra contar vitória cada vez mais. E pra nós termos a nossa história e pra nós mesmas fazermos a nossa história, uma

história que vai ficar, que vai ficar pra todo mundo ver, pra todo mundo saber a história desse grupo de mulheres perseverantes (Diário de um percurso - 29/10/2007).

Essas novas experiências representam iniciativas emancipatórias que vão desde as mais simples às mais complexas formas de organização do trabalho e da produção, protagonizadas por atores e atrizes sociais. Essas experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores/as e empresas de autogestão. Partem de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e têm como princípios e valores a solidariedade e a democracia. Para Bertucci e Silva (2003, p. 19) essas formas de organização são:

[...] uma nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos, o que significa redesenhar e exercitar, na prática das experiências alternativas, um outro projeto de sociedade que rompa com a lógica da competição monopolizadora excludente.

Neste contexto se insere a experiência desenvolvida no Parque Eliane, através da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”.

1.3 O Parque Eliane no contexto da falta de moradia e sua implicação nas relações de gênero

Os conflitos gerados em torno do acesso à moradia e os problemas decorrentes das ocupações de terrenos vazios são conseqüências intrínsecas ao crescimento das grandes cidades. O Parque Eliane enquadra-se nesse contexto. A Comunidade é localizada na zona sul de Teresina (Anexo 01), capital do Piauí, à esquerda da rodovia PI – 130, que liga Teresina ao município de Palmeirais. A sua origem é resultado de uma ocupação. Os ocupantes são provenientes de outros bairros como Angelim, Promorar, Comunidade Salobro, Nazária, Cerâmica Cil e de cidades do interior do Piauí e Maranhão. O imóvel era de propriedade do senhor Júlio Soares do Nascimento, que repassou os direitos de propriedade para Ciro Nogueira Lima Filho, sem nunca ter feito isso de modo legal, pois o mesmo não possuía nenhuma documentação de posse. A ilustração abaixo retrata os níveis de conflitos apresentados nessa realidade:



Figura 03: Ilustração sobre o Parque Eliane
Fonte: Produzido pela MP01 para ilustrar o livro sobre a História das “Mulheres Perseverantes”.



Figura 04: Ilustração sobre o Parque Eliane
Fonte: Produzido pela MP01 para ilustrar o livro sobre a História das “Mulheres Perseverantes”.

De acordo com o parcelamento do terreno, realizado pela Prefeitura Municipal de Teresina, a proposta de loteamento do Parque Eliane totalizava 52 (cinquenta e duas) quadras, 08(oito) áreas verdes e 03 (três) para uso institucional, ou seja, para construção de escolas, postos de saúde, etc. Possui ainda 30 vias de circulação e 03 (três) avenidas (TERESINA, 1997a), conforme planta abaixo:

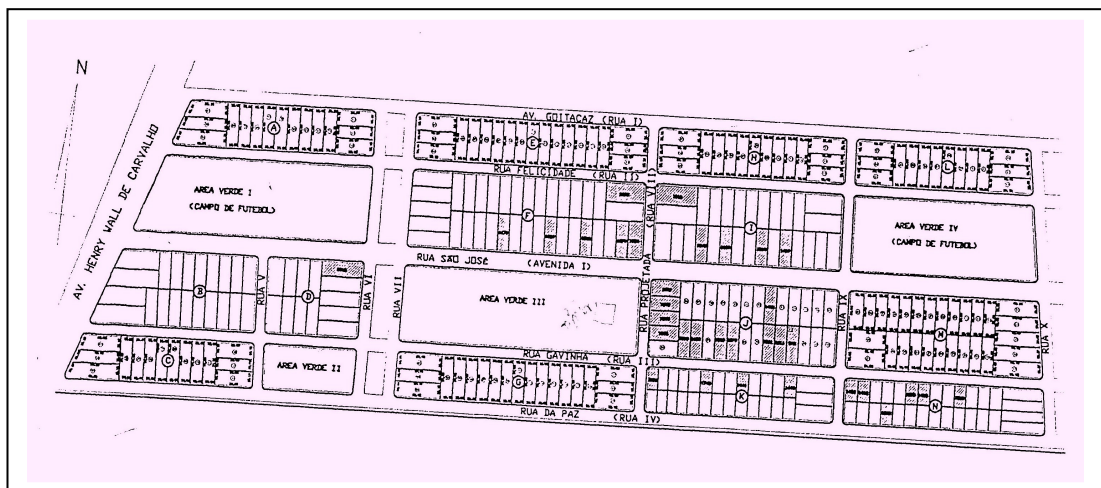


Figura 05 – Planta de parcelamento do Parque Eliane
Fonte: Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo - PMT

O processo de ocupação ocorreu no ano de 2001 e, segundo relato da senhora MP11, foram momentos de muitos conflitos que envolviam ocupantes, policiais e o proprietário.

Eu sou [...], cheguei no Parque Eliane no mês de Janeiro de 2001. Nós juntamos muitas pessoas, brocamos e limpamos o terreno. Fizemos casa e antes de morar veio a derrubada. Tinha mais de 100 homens derrubando tudo. Eu e minha mãe e mais pessoas passamos a noite

tirando madeiras e pedaços de pau da terra. No outro dia fomos fazer novas casas e passamos logo pra debaixo. Cinco famílias ficaram logo morando de verdade até hoje. Depois foram chegando mais. Hoje é o nosso Parque Eliane. Em janeiro de 2001 começou a ocupação no Parque Eliane. O terreno já era loteado mas não tinha registro na prefeitura. Então foi reunido um grupo de pessoas que não tinham onde morar e resolveram ocupar os lotes. [...] Foram levantados os primeiros barracos, em fevereiro de 2001 e logo veio uma ordem para desocupar o terreno. Os soldados vieram armados e derrubaram os barracos. E destruíram muitas madeiras e levaram as ferramentas de quem morava no local. Tivemos apoio dos padres, seminaristas, [...]. Nesse dia foi feito um protesto na PI 130 foi colocado galhos de árvores, troncos de palmeiras, tocaram fogo e chamaram a imprensa foi feita a reportagem; mas os moradores não desistiram e foi levantados os barracos novamente na época foi feito um barracão para abrigar os moradores (Diário de um percurso - 26/11/2007).

O conflito eminente da ocupação se estende para o processo organizativo. Logo após a tentativa de desapropriação do terreno, forma-se uma comissão, composta por Antônio Francisco da Cruz Dias (Caxibinha), Edílson dos Santos, Maria das Graças Araújo Rodrigues, D. Zeca, Marcos Paulo, dentre outros. Esse grupo tinha um líder que era seu Geraldo. Algumas divergências apareceram e da comissão surgiu duas Associações de Moradores/as: a Associação dos/as Moradores/as do Parque Eliane (AMOVPE), presidida por Caxibinha e a Associação Beneficente e Recreativa dos/as Residentes no Parque Eliane (ABRRPE), presidida por D. Graça que, posteriormente, vem a ser dirigida por Neide de Jesus Carvalho e, atualmente, filiada à Federação de Associações de Moradores/as e Conselhos Comunitários do Piauí (FAMCC).

A comunidade é composta atualmente por 500 famílias com uma média de cinco pessoas por casa, em uma área que corresponde a 72 hectares com 720 lotes. As famílias que moram na ocupação não possuem o título de propriedade da terra.

A ocupação já existe há seis anos e não possui infra-estrutura básica como saneamento básico, escola, posto de saúde, local para lazer, posto policial. A maioria das famílias (91,2%) utilizava energia elétrica através de “gambiarra” (FEITOSA, 2006). A sede da igreja católica era inicialmente o único espaço de reunião que a comunidade utilizava.

Algumas políticas públicas, após pressão das Associações de Moradores/as, estão sendo desenvolvidas no Parque. A Caixa Econômica Federal (CEF), em parceria com o Governo do Estado desenvolve, através da Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH), o Programa de Construção de 103 unidades habitacionais no sistema de autogestão. Nesse programa são envolvidas a Associação Recreativa e Beneficente dos Residentes no Parque Eliane, os moradores através da Comissão de Fiscalização e de contratação de mão de obra para execução do programa. O mesmo programa aprovou, via Prefeitura Municipal de Teresina, a construção de mais 28 moradias (FEITOSA, 2006).

No início da ocupação, as casas eram predominantemente de taipa-telha (83,3%), com piso de chão batido (Foto 01). Com a implantação dos programas habitacionais, as casas são construídas de tijolos e telhas, permitindo uma qualidade melhor de vida às famílias (Foto 02). As fotos retratam os modelos das casas existentes na comunidade. Esses formatos compõem o cenário e representam a passagem entre o modo de vida do início da ocupação e o que hoje se configura no Parque Eliane, com o desenvolvimento promovido a partir da organização dos membros desse território.



Foto 01 – Casas antigas do Parque
Fonte: Arquivo da Pesquisadora



Foto 02 – Casas novas do Parque
Fonte: Arquivo da Pesquisadora

As famílias que residem no Parque Eliane não possuem renda fixa e 77,4% são chefiadas por mulheres. Algumas desenvolvem atividades no setor de prestação de serviço, como lavadeiras, empregadas domésticas, mas, em geral, são desempregadas, dedicando-se aos cuidados de casa, dos filhos e das filhas (FEITOSA, 2006).

Diante desta realidade, algumas mulheres organizaram um grupo de geração de renda, chamado Grupo de “Mulheres Perseverante”, que desde fevereiro de 2008, autodenominam-se Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, com o desejo de mudar a situação de miséria e baixa estima da maior parte das mulheres desta comunidade. O grupo existe desde 2004 e, hoje, é composto por 20 pessoas, sendo 15 aquelas que mais freqüentam. O grupo tem como objetivo organizar mulheres em torno de projetos de geração de renda para que possam, juntas, desenvolverem-se, fazendo crescer a comunidade e a si mesmas.

O conflito inicial, gerado pela ocupação, a necessidade de geração de renda e o alto grau de solidariedade por parte das pessoas desse território está fazendo brotar novas perspectivas de relações entre mulheres e mulheres, mulheres e homens, mulheres e crianças

e, ainda, entre elas e o espaço onde vivem. Foi através do Grupo de “Mulheres Perseverantes”, que nasceu, com o apoio da ONG Fundação “Viver com Dignidade” e dos Padres Italianos que residiam no Parque Piauí, o Projeto Doação a Distância¹⁰ que oferecia cestas básicas para as famílias carentes da comunidade. Com a saída dos Padres Italianos, as mulheres decidiram que deveriam organizar uma forma de continuidade desse trabalho para gerar renda a fim de libertar-se do Projeto Doação a Distância, dando essa oportunidade a outras famílias.

Foi aí, então, que surgiu o grupo de produção artesanal de panos de prato, bolsas, bordados e crochê. Por ausência de um espaço físico adequado, as mulheres se reuniam na Igreja, único espaço disponível na comunidade e com estrutura e cadeiras. Atualmente, as mulheres se organizam na Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e freqüentam a Casa das “Mulheres Perseverantes”, cedida por intermédio da parceria com o Seminário Maior, através do Instituto Superior de Ensino Católico (ISESC), ligada à Arquidiocese de Teresina. Existe, ainda, naquela comunidade a Casa de “Artes e Culturas”, espaço de realização de oficinas para as crianças filhas dessas mulheres.

As aprendizagens construídas ao longo dessas trajetórias demonstram que, diante dos conflitos, das contradições e das possibilidades que se apresentam em cada situação e momento, as mulheres envolvidas nesse processo fortalecem-se na esperança de um dia mudar de vida, pois, as condições de habitabilidade, de segurança alimentar, de saúde, de lazer, de transporte não são favoráveis, uma vez que a ausência de políticas públicas é muito restrita. No entanto, o desejo de ver seus filhos/as estudando na própria comunidade, o grupo crescendo, seus maridos/companheiros trabalhando e o Parque melhorando é o que faz as mulheres se envolverem e continuarem na luta.

¹⁰ Este projeto se refere a doação de cestas básicas oferecida por famílias italianas à comunidade carentes do Piauí. As famílias recebiam as cestas por um ano, podendo ser estendida por mais seis meses. Em contrapartida a família deveria desenvolver um trabalho comunitário. Depois do período estipulado pelo projeto, a cesta básica era repassada a outra família necessitada, supondo que esta primeira já teria tido tempo suficiente para conseguir um trabalho.

CAPÍTULO II

CAMINHOS QUE SE ENTRECruzAM

Se não amo o mundo,
se não amo a vida,
se não amo os homens (as pessoas),
não me é possível o diálogo.
Paulo Freire

Neste capítulo, discutimos sobre os caminhos percorridos durante a realização da pesquisa-ação, destacando a contribuição educativa desse modo de pesquisa e o papel da pesquisadora/o. Abordamos ainda as técnicas e instrumentos da construção e levantamento dos dados com destaque para a observação participante, o diário de um percurso, o grupo focal e o questionário.

Destacamos, também, os espaços de desenvolvimento da pesquisa, de investigação e produção coletiva como um lugar privilegiado para a construção de “sujeitos e saberes” e o perfil dos participantes, reforçando suas falas e conversas. E, por último, apresentamos o mapeamento categorial que nos ajudou a fazer as análises e reflexões apresentadas no terceiro e quarto capítulo.

2.1 A opção pela pesquisa-ação e sua contribuição educativa

Compreendendo a complexidade dos fenômenos sociais e a dialogicidade que permeiam as interações entre as pessoas e os grupos, optamos pela pesquisa de natureza qualitativa, considerando que ela nos ajudaria a responder questões relativas, não só ao conhecimento ou à dimensão cognitiva, mas também, à dimensão afetivo-volitiva que se refere, também, à essência destas relações - o sentimento, o desejo, as motivações, as atitudes, os hábitos - o que falam e sentem os sujeitos/atores e atrizes desse processo. Essa escolha é também uma opção política, haja vista que ela possibilitou uma convivência e uma militância no cotidiano do Parque Eliane de forma a perceber a concretude das diferenças sociais e culturais. Para Flich (2004, p.17-18), essa forma de pesquisa é relevante porque traz à tona:

[...] a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Essa pluralidade exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico [...] quase sempre carece de familiaridade com o que de fato ocorre na esfera da vida que ele/a se propõe estudar. [...] as narrativas agora devem ser limitadas em termos locais, temporais e situacionais.

Assim, consideramos que as pessoas são munidas de recursos que as permitem agirem como sujeitos/as autônomos/as em suas ações. Desse modo, as experiências individuais e coletivas, no contexto da vida cotidiana, passam a ter importância significativa para a pesquisa qualitativa. Na perspectiva de Melucci (2005, p. 29) uma dimensão crucial da sociedade contemporânea é:

[...] a importância da vida cotidiana como espaço nos quais os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação. Esta atenção para a vida cotidiana estende o foco sobre [...] os detalhes e a unidade dos acontecimentos que dificilmente servem para ser observados, contidos e organizados dentro dos modelos de análises unicamente quantitativos. Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem constituída. O sentido é [...] produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa. Isto muda a atenção para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse e a importância da pesquisa de tipo qualitativa.

Essa forma de pesquisa responderá, também, segundo Minayo (1994, p. 21):

[...] a questões que se preocupam com um nível de realidade que não pode ser quantificada, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A complexidade a que nos referimos corresponde na visão de Morin, Ciurana e Motta (2003, p. 43-45) “à rede de eventos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem nosso mundo fenomênico”, determinando o nosso jeito de agir diante dos fatos. Complementando essa idéia, Melucci (2001, p. 136) afirma que:

As sociedades complexas são movidas pela necessidade de mobilizar os recursos individuais para funcionar pequenas redes organizativas, informativas, decisórias, para uma alta densidade e uma alta diferenciação. Ao mesmo tempo, a ação individual assume uma dimensão eletiva porque aos indivíduos é atribuída uma possibilidade crescente de controlar e definir

as condições da própria existência. O processo de individuação, isto é, de atribuição individual de sentido ao agir social, tem uma dupla face: de uma extensão do controle através do aumento das pressões socializantes sobre o indivíduo e uma demanda de apropriação do espaço-tempo-sentido de vida por parte dos indivíduos.

Para compreender tais processos complexos, utilizamos o princípio da dialogicidade com o intuito de manter um diálogo permanente entre o saber existente na Associação pesquisada, assim como para construir novos conhecimentos e possibilitar novas falas. Estes processos devem estar vinculados à existência humana, como afirma Freire (2005, p. 90):

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens e mulheres transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

No que se refere ao ato de falar, Larrosa (2001, p. 291) afirma que através da educação deveremos introduzir os “novos” na linguagem e dar a palavra, fazer falar, deixar falar, transmitir a língua comum para que nela cada um e cada uma pronuncie sua própria palavra.

Nessa processo de construção de novas falas, de novos/as sujeitos/as, de novos atores e atrizes sociais estamos construindo outro mundo, no qual o diálogo se impõe como uma via para consolidar essas novas relações. Reforçando essa idéia, Freire (2005, p. 91) assegura que, “Se é dizendo a palavra com que, ‘pronunciando’ o mundo, os homens [e as mulheres] o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo quais os homens [e as mulheres] ganham significação enquanto homens e mulheres¹¹”.

Então, partindo da idéia de que o diálogo é consubstanciado pela palavra, criando novas significações com a participação dos/as sujeitos/as do processo, entendemos que a escolha pelo uso da metodologia qualitativa numa perspectiva dialética permitiu a construção de novos conhecimentos, novos comportamentos, desfazendo o atual *status quo*, que permite a submissão, a baixa auto-estima e o sentido de impotência vivenciado pelas mulheres da associação pesquisada.

Essa metodologia permitiu a crítica e a autocrítica, de forma que todos/as os/as envolvidos/as na pesquisa puderam ser partícipes nas tomadas de decisão e na construção coletiva do conhecimento, vislumbrando o crescimento coletivo. Nesse sentido, o conhecimento como uma construção que se fez com base em outros conhecimentos, sobre os

¹¹ Acrescentei a palavra “mulheres” nas citações de Freire para alterar a linguagem de gênero, incluindo a mulher como ser presente e participante.

quais se exercitou a crítica, a dúvida e a criatividade, facilitou a verificação do problema proposto, proporcionando a construção de um diálogo participativo com os/as participantes nas práticas educativas. Desta forma, Minayo (2002) considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelas/os sujeitas/os. A autora compreende ainda que:

[...] uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e/ou “objetos sociais” apresentam (p. 25).

Com essa metodologia, foi possível analisar como as práticas educativas desenvolvidas junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” contribuíram para a construção de um processo de emancipação e empoderamento de suas integrantes, nas dimensões humana, político-organizativa, de incorporação da economia solidária e construção de um novo olhar sobre as relações de gênero. Dessa forma, de acordo com Flich (2004, p. 28), “a pesquisa qualitativa é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”.

Essa análise particularizada a que se refere Flich (2004, p. 30) não pretende ser a imposição de uma nova cultura, mas a possibilidade de outra relação com o espaço onde se inserem essas pessoas. Pensando assim, como uma forma de melhor adentrar no espaço pesquisado, utilizamos a **pesquisa-ação** como estratégia de aproximação, de vivência e convivência com a Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, permitindo com isso a participação de todos/as os/as envolvidos/as no processo. A pesquisa-ação, para Thiollent (2007, p.16):

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os/as pesquisadores/as e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Sendo a pesquisa-ação uma ação pedagógica e política que pressupõe uma mudança, Barbier (2004, p. 19) afirma que:

[...] Ela serve à educação do homem cidadão e da mulher cidadã preocupado em organizar a existência coletiva da cidade. Ela pertence por excelência à categoria da formação, quer dizer, a um processo de criação de formas simbólicas interiorizadas, estimulado pelo sentido do desenvolvimento do potencial humano.

A mudança a que se propõe a pesquisa-ação pressupõe uma transformação de si, a partir da consciência da existência do/a outro/a e do mundo a sua volta, permitindo com isso a construção de outro ser humano, de outro mundo com possibilidades criadoras, autônomas e, tendo como princípio a liberdade, como registra Freire (2005, p. 103):

Os homens, pelo contrário, ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica.

Nesse caso, a ação desenvolvida como estratégia na pesquisa-ação faz-se imprescindível para marcar a diferenciação de práticas, tornando-se uma construção histórica porque os atores e atrizes sociais passam a ter consciência de sua própria prática. Para Morin (2004, p. 57), “a pesquisa-ação designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requer a participação dos atores e atrizes. É identificada como uma nova forma de criação do saber onde as relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são constantes”.

2.1.1 O papel da/o pesquisadora/o

Na pesquisa-ação as/os pesquisadoras/es – estudante e atores e atrizes sociais - desempenham um papel que exige o diálogo e a participação permanente, tendo em vista que as ações desenvolvidas deverão estar embuídas na prática cotidiana do grupo pesquisado. Barbier (2004, p. 71) aprofunda essa idéia afirmando que não há pesquisa-ação sem participação coletiva e que é preciso entender o termo “participação” epistemologicamente em seu mais amplo sentido, ou seja:

[...] nada se pode conhecer do que nos interessa (o mundo afetivo) sem que sejamos parte integrante, actantes na pesquisa, sem que estejamos

verdadeiramente envolvidos pessoalmente pela experiência, na integralidade de nossa vida emocional, sensorial, imaginativa, racional. É o reconhecimento de outrem como sujeito de desejo, de estratégias, de intencionalidade, de possibilidade solidária.

Nesse caso, os/as pesquisadores/as devem organizar a investigação em torno da concepção, do desenrolar e da avaliação de uma ação. Assim, exige um papel ativo na resolução dos problemas encontrados, no acompanhamento e avaliação das ações em função dos problemas. Deve estar imbuído/a de capacidade reflexiva para aceitar as sugestões e críticas, possibilitando uma interação entre pesquisadores/as e pessoas implicadas na situação investigada (THIOLLENTE, 2007). Ainda de acordo com Barbier (2004, p.18), o/a pesquisador/a:

[...] desempenha, então, seu papel profissional numa dialética que articula constantemente a implicação e o distanciamento, a afetividade e a racionalidade, o simbólico e o imaginário, a mediação e o desafio, a autoformação e heteroformação, a ciência e a arte. [...] Ele/a é antes de tudo um sujeito autônomo e, mais ainda, um autor/a de sua prática e de seu discurso.

É importante, ainda, destacar como primordial, nessa relação entre os/as pesquisadores/as, a atitude da escuta, que deve ser uma “escuta sensível”. Esse ato subtende-se à atenção que devemos dar ao que ouvimos, ou seja, ver o interior do que se ouve. Na perspectiva de Barbier (2004, p. 94) a escuta sensível:

[...] trata-se de um “escutar/ver”[...] A escuta sensível apóia-se na empatia. O pesquisador deve saber sentir o universo, o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para “compreender do interior” as atitudes e os comportamentos, o sistema de idéias, de valores, de símbolos e de mitos. [...] A escuta sensível reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. A escuta sensível afirma a coerência do pesquisador/a. Este comunica suas emoções, seu imaginário, suas perguntas, seus sentimentos.

O comportamento exigido do/a pesquisador/a para se realizar a escuta sensível deve ser de abertura para o novo, uma atitude holística (BARBIER, 2004). Essa atitude possibilita identificar o “lugar” que cada sujeito criativo ocupa nesse processo de interação social, supõe uma inversão da atenção para poder escutar a palavra, as falas do cotidiano no espaço investigado. Supõe que os/as pesquisadores/as se abram para o desconhecido, respeitando a realidade a ser pesquisada e reforcem sua intuição para lidar sem violência com essas novas práticas.

2.2 A construção e o levantamento de dados

Como técnica de construção e levantamento de dados da pesquisa, utilizamos a observação participante. Desse modo, o diário de um percurso foi instrumento primordial para anotação dos fatos, impressões, sentimentos e conversas e falas do cotidiano das mulheres e homens participantes desta pesquisa. Por outro lado, o grupo focal foi empregado para aprofundamento de reflexão das vivências e das opiniões das/os mulheres e homens sobre experiências na família e relação com os/as filhos/as. Empregamos ainda o questionário com perguntas estruturadas e semi-estruturadas para levantamento de dados sócio-econômico e percepção da importância e do impacto da Associação na vida das mulheres.

2.2.1 A Observação Participante

Esta etapa possibilitou maior aproximação com o objeto pesquisado, trazendo à tona o significado do trabalho ali desenvolvido. Como sabemos, a observação participante consiste no contato direto da/o pesquisadora/o com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores e atrizes sociais em seus próprios contextos. De acordo com Moreira e Caleffe (2006, p. 201), a observação participante:

[...] é uma técnica que possibilita ao pesquisador entrar no mundo social dos participantes do estudo com o objetivo de observar e tentar descobrir como é ser um membro desse mundo. São feitas anotações detalhadas em relação aos eventos testemunhados. [...] A observação participante proporciona a melhor maneira de obter uma imagem válida da realidade social.

Essa técnica proporciona um contato direto permitindo que a/o pesquisadora/o perceba a diversidade de elementos passíveis de análise, de investigação e as possibilidades de intervenções num dado contexto. Minayo (2002, p. 59-60) destaca que “a observação facilita a captação de uma variedade de situações ou fenômenos, que não são obtidos apenas por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”.

Nesta perspectiva, o diário de um percurso serviu para registrar as observações, a partir do contato direto com os sujeitos envolvidos na pesquisa, além de possibilitar a anotação das conversas e falas do cotidiano das mulheres e homens enredados nesse trabalho.

2.2.1.1 O Diário de um percurso

O diário foi uma ferramenta que, além de permitir uma visão do todo da pesquisa, serviu para descrever as ações desenvolvidas cronologicamente, anotar as observações e análises feitas e registrar as falas do cotidiano das mulheres e homens da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, durante o período de realização da pesquisa.

Barbier (2004, p. 133-134) refere-se a esse exercício de diário de itinerância, dizendo que “serve como instrumento metodológico específico, porque fala da itinerância de um sujeito (indivíduo, grupo ou comunidade) mais do que de uma trajetória banalizada”. Nele podemos registrar os sentimentos, pensamentos, desejos, sonhos, não só do grupo pesquisado, mas também do/a pesquisador/a.

As anotações feitas no diário de campo desta pesquisa foram utilizadas para, de forma aleatória, condensar as informações; depois organizá-las e reforçar o estudo das categorias de análise. Para enriquecer a escrita do diário foram utilizadas fotografias, desenhos, além de textos gravados e escritos pelos/as sujeitos/as, registrando suas falas e conversas cotidianas.

Registramos no diário de um percurso momentos importantes das práticas educativas das mulheres que gostaríamos de destacar. O primeiro diz respeito à realização das oficinas de confecção de redes, bijuterias e material de limpeza, realizadas no ano de 2006, nas quais a maioria das mulheres demonstrava ter vontade de mudar de vida a partir da geração de renda. O texto de uma integrante da Associação, no estágio inicial, demonstra claramente esse sentimento:

Eu gostei do curso porque estou apresentando várias peças que eu estou fazendo com minha própria imaginação e por estar fazendo com minhas próprias mãos, estou muito orgulhosa, isso pra mim é um orgulho estar com amigos e professores que tem imenso prazer de ensinar com amor e carinho. Antes de fazer o Curso era muito ruim, porque tinha um tempo pra ser ocupado, eu estou gastando esse tempo ocupada, estou adorando conviver com todas vocês. Agradeço muito por estar aqui junta com vocês e fazendo novas amizade, com isso temos muito o que aproveitar (MP07. Diário de um percurso - 15/07/2006).

O segundo momento, depois de um processo de longas caminhadas, concretizou-se no dia 20 de outubro de 2007, com a inauguração da Casa das “Mulheres Perseverantes” simbolizando para elas o início da concretização de um sonho, da consolidação de um projeto que é bem maior – empoderar as mulheres, através da geração de renda, para construir outra realidade possível para as próprias mulheres, para seus maridos/companheiros, filhos/as e para a própria comunidade.

Já o terceiro, diz respeito à Assembléia realizada em 23/02/2008 que tratou sobre a criação da associação e aprovação do seu primeiro estatuto, quando o grupo passou a ser denominado de “Associação de Produção Mulheres Perseverantes”. Essa nova fase, para as integrantes do grupo, representa um passo que possibilitará mudança de vida e a realização de um sonho. Significa, também, o reconhecimento de si, da organização e do trabalho do grupo. Os sentimentos descritos a seguir expressam o que pensam as mulheres sobre a aprovação do estatuto e a criação da associação:

[...] Pra mim significa muito coisa. Sabe por quê? Porque nós já batalhamos muito. Então agora, é a primeira coisa que tá representando o nosso esforço. É isso que tá acontecendo com a gente. No dia que nós pegamos o estatuto e dizer, está aprovado, hoje nós somos uma Associação, nós somos uma Associação de Produção do Parque Eliane, a gente já vai trabalhar com mais força, com mais garra pra mostrar o trabalho e o que a gente sabe e aprender mais. Nós estamos querendo aprender mais, estamos precisando, tá entendendo? Então isso nós vamos sorrir de alegre. Eu sei que não só eu que está gostando. Todas nós estamos gostando e vamos sorrir maravilhadas porque é um esforço que tá levantando (MP11. Diário de um percurso 09/01/2008).

[...] É um passo muito importante na nossa caminhada. Isso prova que nós evoluímos bastante e que nós estamos mais confiantes no nosso trabalho. Pra mim, é uma forma de se sentir mais digna, de agente poder ir reivindicar e ser reconhecida em qualquer lugar ou aqui no Estado ou fora do Brasil, como diz aí no estatuto – internacional. Então, pra nós isso é muito gratificante, nós daqui do Parque Eliane tá sendo reconhecida com o nosso trabalho, nosso esforço e que isso não acabe. É claro que não vai acabar nunca vai se perseverar por quanto existir gerações e gerações esse grupo vai existir e é isso. Que ele se fortaleça a cada dia (MP04. Diário de um percurso 09/01/2008).

A aprovação do estatuto pra mim é muito importante porque é mais segurança pro nosso grupo, é mais compromisso e responsabilidade pra cada membro que nele existe. É uma maneira de fortalecimento pra nós, pra nós termos cartão aberto pra entrada e saída em qualquer lugar e também a gente não vai mais se sentir insegura, a gente vai ter mais confiança no nosso trabalho, a gente vai ter mais responsabilidade nesse grupo pequeno que está sendo construído aqui. Se nosso estatuto for valer durante dois ou três anos, durante esses dois ou três anos nós vamos cumprir com as nossos obrigações como membro desse grupo. Com a mesma responsabilidade que nós tivemos na hora de criar esse grupo e também que nós tivemos quando tomamos a atitude de registrar o nosso grupo de mulheres perseverantes (MP10. Diário de um percurso 09/01/2008).

Desse modo, consideramos o diário imprescindível para o levantamento de dados, informações e, principalmente, para descrição do que se passava por trás do olhar, das falas, das expressões e das manifestações individuais, às vezes, aguerridas das diversas mulheres e homens que estiveram presentes nesse caminhar.

Como a pesquisa-ação permite a utilização de diferentes técnicas e valoriza os sentimentos, os comportamentos, os hábitos que, por sua vez, são expressos através das várias formas de linguagem, reportamo-nos à importância que as conversas e falas do cotidiano,

registradas no diário, textos escritos e gravados, das mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e de seus respectivos maridos tiveram nesse processo de pesquisa.

Entendemos aqui linguagem como o lugar da pluralidade, do espaço da descontinuidade, do múltiplo e do diferente (LARROSA, 2001). Nesse caso, podemos dizer que a língua oral tem autores e autoras e que eles/as estão num espaço geográfico e representam uma cultura e um jeito de viver que não está isolado das experiências de vida da humanidade. Entretanto, suas falas e conversas estão embuídas pelas mais diferentes formas de ver o mundo e as pessoas. Nesse trabalho privilegio as vozes de quem sempre foi excluído do processo de democratização da linguagem, impedindo-as/os de registrarem suas ações e pensamentos, daí a idéia de produzir um livro com a história da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, escrito por elas próprias. A oralidade desse grupo foi o que deu mais sentido a este trabalho, tanto para percebermos suas idéias, como para desconstruir o imaginário, que autoriza somente alguns a registrarem sua história – os escolarizados, os acadêmicos, dentre outros. Para Romão e Pacífico (2005, p.130), o conhecimento, os dizeres e os sentidos:

[...] não são distribuídos de maneira homogênea nas sociedades capitalistas (a invenção da democracia serviu mais para maquiagem o processo de dominação política e econômica do que para repartir espaços legítimos de igualdade e de representação política); pelo contrário, o que movimenta a dinâmica das classes sociais, assimetricamente dispostas, é a tensa luta pelos espaços de dizer além do jogo político, que destina alguns ao lugar do silenciamento e dá a poucos largos megafones de expressão.

Entendendo as/os autoras/es como sujeito do discurso, foram desenvolvidas práticas educativas que permitissem uma reflexão sobre o sentido possível de suas falas, pois, como assegura Spink e Medrado (2004, p. 41-42), o sentido:

[...] é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas [...] constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. [...] a produção de sentido é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso. [...] é um fenômeno sociolingüístico – uma vez que sustenta as práticas sociais geradoras de sentido – e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas) como os repertórios utilizados nessas produções discursivas.

As práticas educativas desenvolvidas junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” permitiram-nos perceber as práticas discursivas como linguagem em ação, a partir das quais os homens e mulheres foram produzindo sentidos, ressignificações e rupturas,

posicionando-se em relações sociais cotidianas. Ao comentar sobre esta idéia, Spink e Medrado (2004, p. 41-42) ressaltam que, “ao produzir um enunciado o/a falante utiliza um sistema de linguagem e de enunciações preexistente e que, no cotidiano, o sentido decorre do uso que fazemos dos repertórios interpretativos de que dispomos”.

Nesse sentido, em cada momento de encontro, as falas e conversas do cotidiano foram sendo estimuladas para que expressassem o que pensam as mulheres e os homens sobre as relações de gênero na família, na Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e dessas mulheres e homens na comunidade. O significado dessas falas foi abordado, também, na elaboração coletiva da história do grupo, narrativa em que, através da construção da linha do tempo, cada mulher sistematizou sua própria história e da Associação, possibilitando a identificação de sua participação e de seu pertencimento, inclusive, na comunidade Parque Eliane. Este reconhecimento supõe uma ação que, na visão de Freire (2005), é uma ação refletida, se não assim, torna-se uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação.

2.2.3 O grupo focal como experiência de aprofundamento

O grupo focal é uma técnica de pesquisa em que os dados são coletados por meio das interações grupais que ocorrem entre os sujeitos pesquisados e a/o pesquisadora/o. Nesse processo de interação, a/o pesquisadora/o irá mediar as discussões a partir de tópicos específicos e diretivos que levem cada participante a descrever e explicitar sua compreensão e interpretação sobre os fatos e/ou questões colocados em debate acerca das experiências vivenciadas pelo grupo (MORGAN apud GONDIM, 2007).

No caso pesquisado, realizamos dois encontros com as mulheres (29/10/2007 e 05/03/2008) e dois com os homens (04/11/2007 e 24/02/2008) com o objetivo de identificar como são caracterizadas as relações de gênero na família das mulheres e homens, discutindo sobre a igualdade de gênero de forma a construir um novo olhar sobre as relações de gênero. As compreensões e interpretações sobre as relações de gênero, vivenciadas pelos sujeitos/as, foram descritas através de desenhos e, posteriormente, narradas por cada autor e autora de forma que, ao final, havia se montado um painel com os desenhos produzidos. Nele pudemos perceber qual a visão que cada pessoa tinha de sua relação familiar, contribuindo para a identificação da configuração do modo de família vivenciado neste contexto de estudo.

Assim, o grupo focal é uma técnica analítica que utiliza bases teóricas provenientes da lingüística, psicanálise e sociologia para interpretar os conteúdos que aparecem nas opiniões sociais. A premissa é a de que os pequenos grupos tendem a reproduzir nos jogos de conversação, o discurso ideológico das relações macrossociais. Eles seriam, pois, uma forma de desvelar este processo de alienação e torná-lo consciente para os participantes desencadearem uma ação de mudança.

Desse modo, a experiência de trabalhar com grupo focal foi importante porque nos permitiu perceber, através das diferentes linguagem, o que pensam homens e mulheres sobre suas relações. Para Gatti (2005, p. 10) o trabalho com grupo focal:

[...] permite compreender processos de construção da realidade por determinado grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços comuns, relevantes para o estudo do problema visado.

Dessa forma, o grupo focal pode facilitar a avaliação do confronto de opiniões, já que se tem maior clareza do que as pessoas isoladamente pensam sobre um tema específico. Segundo Gondim (2007), a associação dos grupos focais com a observação participante possibilita que a/o pesquisadora/o compare o conteúdo produzido na Associação com o cotidiano dos participantes em seu ambiente natural.

Neste sentido, o grupo focal propiciou a criação de um espaço de discussão e aprofundamento de reflexão coletiva sobre as vivências, as crenças e as opiniões das/os mulheres e homens participantes desse processo, sobre experiências vivenciadas no grupo, na família e na relação com os/as filhos/as.

2.2.4 O Questionário

O questionário com perguntas estruturadas e semi-estruturadas foi utilizado, no decorrer da pesquisa, para realizarmos o levantamento de dados sócio-econômico e, ainda, para percebermos a importância e o impacto da Associação na vida das mulheres. Assim, construímos um mapeamento do perfil sócio-econômico das/os participantes da pesquisa-ção.

Dentre os vários tipos de questionário, optamos por trabalhar com um que permitiu conhecer as atrizes e atores sociais envolvidos, pois, obtivemos dados sobre: escolaridade,

identificação étnico/racial, sexo, idade, situação de trabalho, renda, estado civil, data de nascimento, identificação de onde residiam (zona urbana ou rural), além das contribuições que o grupo trouxe para a vida e para as relações familiares. Enfim, essa ferramenta possibilitou o levantamento de informações sobre a realidade concreta vivenciada pelas mulheres participantes da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e de seus filhos/as e maridos/companheiros.

2.3 Espaços de construção da pesquisa-ação

Esta pesquisa foi realizada em dois momentos que consideramos importantíssimos para o processo da pesquisa-ação. Primeiro aquele realizado durante os anos de 2005 e 2006, por ocasião da implantação do Projeto “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Sócioeducativas” no Parque Eliane por meio do intercâmbio desenvolvido entre a UFPI e UNIVR/Itália, resultando no trabalho monográfico denominado “Da invisibilidade ao Protagonismo: a experiência de empoderamento do grupo de mulheres do Parque Eliane – Teresina/PI” produzido durante o Curso de Especialização “Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável”. O segundo, realizado no mesmo bairro, nos anos de 2007 e 2008 durante o Curso de Mestrado em Educação da UFPI, momento em que demos continuidade, aprofundando os estudos e análises que resultaram na produção do presente texto.

2.3.1 O espaço de investigação coletiva

O Parque Eliane é uma comunidade localizada na zona sul de Teresina, possui 500 famílias com uma média de cinco pessoas por casa, numa área que corresponde 72 hectares, 720 lotes. A área foi conquistada através de uma ocupação, porém as famílias não possuem o título da terra. A ocupação já existe há sete anos, no entanto, não possui infra-estrutura básica que propicie as condições mínimas de habitabilidade às pessoas que ali residem. A comunidade é formada por famílias que não possuem renda fixa e a maioria tem as mulheres como chefe da família, que não possuem nenhuma renda. Os homens trabalham como autônomos na construção civil, desenvolvendo as funções de pedreiros ou serventes de pedreiros.

O Parque Eliane possui várias potencialidades. Apresenta uma área significativa para plantações, tem água enganada, energia, etc. Além disso, as mulheres envolvidas no processo organizativo revelam disposição e coragem para vencer obstáculos tais como o analfabetismo, fenômeno que a comunidade tenta amenizar organizando uma turma de alfabetização para jovens e para as pessoas adultas. A ausência de políticas públicas que possibilitem às mulheres outras condições de manterem-se e criarem suas/seus filhas/os é outro grande obstáculo enfrentado por aquelas mulheres e suas famílias.

No tocante às políticas públicas, várias alternativas foram criadas para que as ações do poder público chegassem ao Parque Eliane. Através da Associação de Moradores, que é dirigida por uma mulher, as famílias envolveram-se no processo de construção de casas populares em regime de mutirão. Na área da geração de renda, grupos foram formados para desenvolver atividades na produção de bijuterias, confecção de redes, panos de prato e material de limpeza.

Esta experiência partiu dos princípios da Economia Solidária que se propõe reforçar os laços de solidariedade, companheirismo, partilha e introduzir a autonomia e a autogestão como novas práticas nesse campo da geração de renda. Nesse sentido, este projeto foi uma oportunidade de fortalecer a organização das mulheres, iniciada antes do projeto de Intercâmbio, visando oferecer oportunidades de qualificação, além de viabilizar a geração de renda para as componentes da Associação.

2.3.2 O espaço de produção coletiva do conhecimento

A pesquisa-ação é identificada como uma nova forma de criação do saber em que, nesse exercício, as relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são constantes. Nessa perspectiva, tal modalidade de pesquisa permite aos/às sujeitos/as a construção de teorias e estratégias que emergem do campo e que, em seguida, são validadas, confrontadas, desafiadas, acarretando mudanças desejáveis para resolver ou questionar uma problemática.

A idéia de trabalhar com uma metodologia alternativa foi essencial porque supera a fadiga das metodologias tradicionais, mas, sobretudo corresponde à busca persistente de caminhos novos diante de uma realidade que é sempre nova. Assim, é nessa perspectiva que trabalhamos com uma ação conscientemente política, no sentido de aliar conhecimento e mudança.

É preciso reconhecer os saberes produzidos em pequenos grupos ou comunidades e, ao mesmo tempo, confrontar o saber popular com o saber científico, construindo um diálogo constante através de práticas educativas em que todas/os somos sujeitas/os na produção de um novo saber.

Nesse sentido, as práticas educativas desenvolvidas durante a primeira etapa desse processo contribuíram para mudanças significativas na vida organizativa das mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”. Essas ações fazem parte de um processo educativo que une teoria e prática. Desse modo, o trabalho de pesquisa-ação desenvolvido com a Associação de mulheres da comunidade Parque Eliane nos revelou que o poder pode construir/reconstruir relações de gênero igualitárias. Por essa razão, as mulheres, sujeitos desta pesquisa, são também protagonistas de novas relações sociais, que estabelecem com os/as outros/as e com elas mesmas e vêm ocupando espaços que as reconhecem como pessoas capazes e portadoras de iguais direitos entre mulheres e homens.

Teoricamente, a esfera privada ou doméstica, que é socialmente destinada às mulheres vem sofrendo alterações significativas, desconstruindo o paradigma da impossibilidade de conciliar trabalho doméstico com trabalho externo. Sem nenhum preconceito ou desprazer, as mulheres do Parque Eliane colocam como prioridade o cuidar da família. E propõem como alternativa a organização de grupos de produção na própria comunidade, facilitando o acompanhamento do trabalho doméstico. Esse pensamento está presente nas falas e conversas dessas mulheres que serão objeto de análise nos capítulos seguintes.

2.4 As mulheres e os homens participantes da pesquisa

Como já dissemos, este trabalho de pesquisa-ação foi desenvolvido com 15 mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e seus respectivos maridos/companheiros, totalizando 30 participantes. Os dados que apresentamos abaixo é resultado do preenchimento de um questionário no qual solicitamos às/aos participantes a identificação da escolaridade, identificação étnico/racial, do sexo, da idade, da situação de trabalho, renda, estado civil, data de nascimento e residência (zona urbana ou rural). Partindo desses dados, foi possível conhecer como cada pessoa se ver em relação consigo mesma/o, com o espaço onde vive e com o outro/a e, assim, podemos relacionar os dados e comparar as respostas das mulheres com as dos homens, de forma que pudéssemos perceber como se diferenciam mulheres e homens em suas respostas.

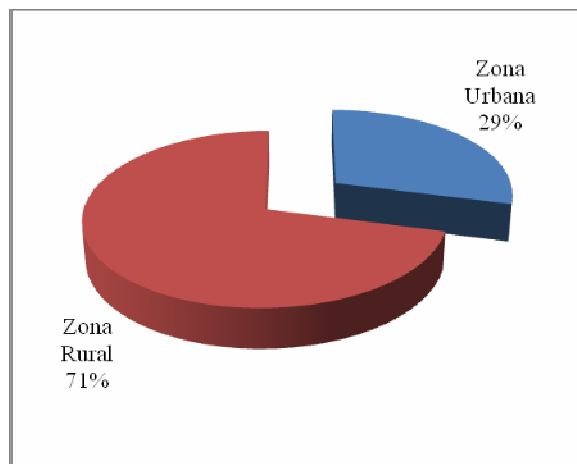


Gráfico 01: Onde residem as mulheres
Fonte: Questionário da Pesquisa

Desse modo, das 15 mulheres que participaram dessa pesquisa, a maioria delas (71%) afirma que reside na zona rural (Gráfico 01), apesar do Parque Eliane está localizado na zona urbana. Nesse caso, podemos inferir que a falta de infra-estrutura como calçamento, posto de saúde, casas mal estruturadas, ausência de escolas e de transporte urbanos, contribuem para que as mulheres pensem dessa forma, além da forte ligação delas com suas origens rurais, pois, a maioria das pessoas que residem no Parque Eliane, é oriunda de pequenas cidades do interior do Piauí e do Maranhão, cidades essas com características eminentemente rurais.

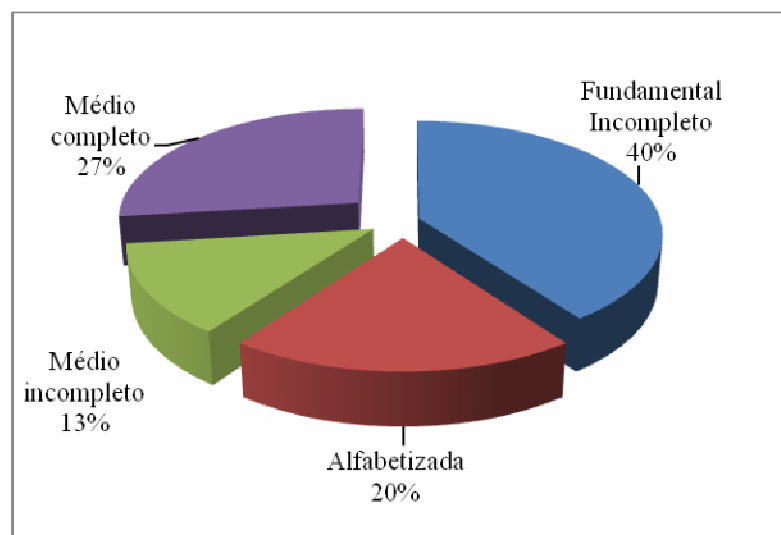


Gráfico 02: Nível de escolaridade das mulheres
Fonte: Questionário da Pesquisa

Outro fator que pode estar contribuindo para a afirmação de que moram na zona rural seja, talvez, o nível de escolaridade, pois, apesar dos índices de escolarização dos brasileiros

terem aumentado gradativamente, de maneira contínua na última década, sendo maior o ritmo de melhora das mulheres, em comparação aos homens, o nível de escolaridade das “Mulheres Perseverantes” continua baixo. Em 2006, a média de anos de estudo das mulheres, no Brasil, era de 7 (sete) anos enquanto entre os homens esse valor foi de 6,6 anos. Em relação ao analfabetismo, a taxa entre os homens com mais de 10 anos de idade foi de 9,9%, no mesmo ano, enquanto entre as mulheres foi de 9,3%. De 2005 para 2006, a taxa geral de analfabetismo diminuiu 0,6%, sendo que uma das quedas mais significativas ocorreu entre as mulheres nordestinas de 25 anos ou mais, com redução de 1,6 ponto percentual (IBGE, 2006).

No entanto, as mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” apresentam um nível baixo de escolaridade (Gráfico 03). Apenas 27% concluíram o ensino médio, 13% possuem o ensino médio incompleto, 20% são apenas alfabetizadas e 40%, portanto, a maioria possui apenas o ensino fundamental incompleto. Estes dados nos levam a constatar que a falta de acesso à informação e aos bens e serviços urbanos, que possam caracterizar o que é zona urbana e zona rural tem dificultado, junto a essas sujeitas, o entendimento do lugar onde estão inseridas.

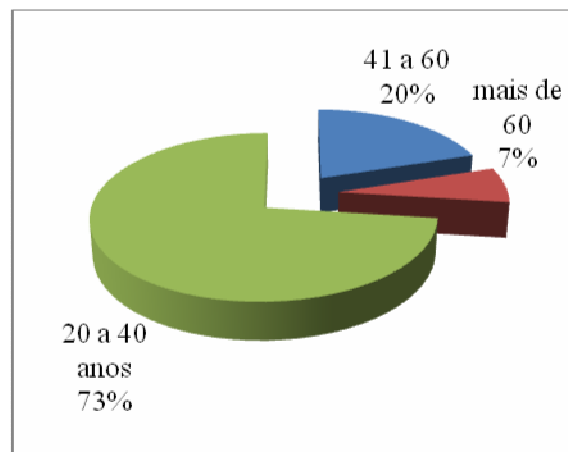


Gráfico 03: Faixa Etária das mulheres
Fonte: Questionário da Pesquisa

Os dados demonstram, também, que, a maioria das mulheres é jovem, pois, 60% delas estão entre faixa etária de 20 a 40 anos. Apenas 20% estão na faixa etária que vai de 41 anos a 60 e 7% tem mais de 60 anos de idade.

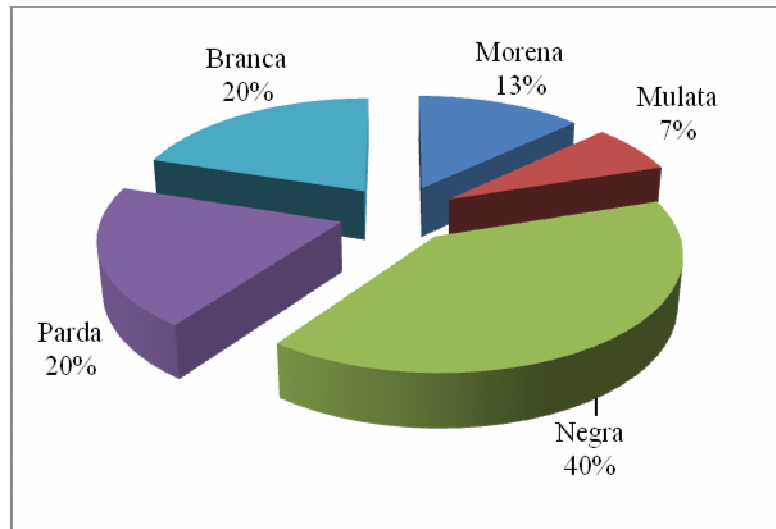


Gráfico 04: Identificação étnico/Racial das mulheres
Fonte: Questionário da Pesquisa

No que se refere à identidade étnico/racial, a maioria (40%) das mulheres afirma ser negra e 20% branca (Gráfico 04). No entanto, 40% delas dizem ser morena, mulata e/ou parda ao invés de se assumirem como negra ou branca como a maioria. Isto nos leva a constatar que é necessária uma conscientização maior da identidade étnico/racial para que elas possam perceber que a sociedade é constituída de grupos integrados por brancos, negros e índios e não por grupos de cor.

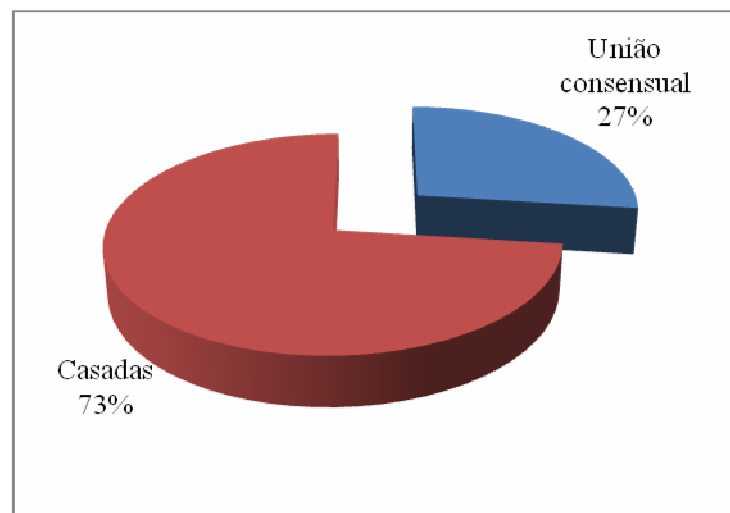


Gráfico 05: Estado civil das mulheres
Fonte: Questionário da Pesquisa

No caso do estado civil (Gráfico 05), 73% das mulheres são casadas oficialmente¹² e somente 27% vivem em regime de união consensual. Possuem em média 8 (oito) anos de casadas ou que vivem juntas e a maioria desses casais tem, em média, 3 (três) filhos (Anexo 02). O casal que tem mais anos de casado ou que vive juntos somam 22 anos e o mais jovem 7 anos. A partir destes dados e da convivência com aquelas mulheres, proporcionada pela pesquisa-ação, foi possível inferir que elas, mesmo aquelas que estão no segundo casamento, preservam a relação com o marido/companheiro e com as filhas e filhos e sempre que pensam em mudar de vida e desenvolverem atividades na área da geração de renda, demonstram preocupação com a inclusão de seus maridos/companheiros nas mesmas atividades ou na possibilidade de criação de um grupo para os homens.

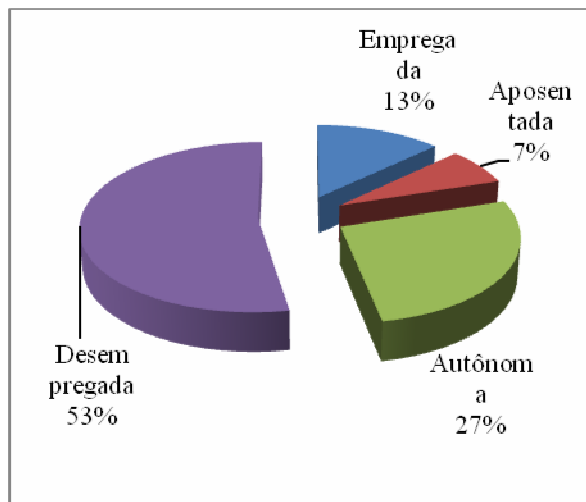


Gráfico 06: Situação de trabalho das mulheres
Fonte: Questionário da Pesquisa

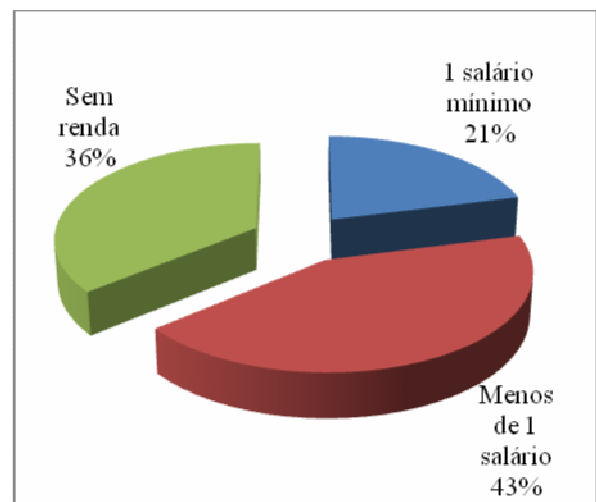


Gráfico 07: Renda mensal das mulheres
Fonte: Questionário da Pesquisa

No que se refere à situação de trabalho (Gráfico 06), apesar de desenvolverem atividades como artesãs na Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, a maioria das mulheres (53%) afirma ser desempregada. Somente 27% dessas mulheres assumem que são autônomas e desenvolvem atividades como artesãs. Do total de mulheres, 13% diz ser empregada mesmo não ganhando 1(um) salário mínimo (Gráfico 07) e não tendo carteira assinada, apenas 21% afirmam ganhar este valor como renda mensal.

Esses dados (Gráfico 06) mostram-nos que a maioria das mulheres envolvidas com a Associação de Produção e que desenvolve atividades de confecção de rede, bijuterias, panos de prato não considera esta prática como o exercício do trabalho. Elas demonstram com isso

¹² São casadas ou só no civil, ou só no religioso, ou nos dois ao mesmo tempo.

grande contradição entre o desejo de mudar de vida, o exercício do trabalho autônomo e a consciência e aceitação do trabalho coletivo como prática que poderá contribuir para a mudança da sua realidade e de sua família. Constatamos, ainda, que o trabalho “formal” com carteira assinada, direitos trabalhistas ou mesmo o trabalho doméstico exerce uma grande influência na opção das mulheres, pois, mesmo sendo exploradas, com baixa remuneração preferem estar exercendo este tipo de atividade.

Desse grupo, 43% das mulheres ganham menos de um salário mínimo e 36% não têm renda nenhuma (Gráfico 07), o que demonstra que a Associação de Produção tem um grande desafio pela frente, preparar as mulheres para produzir, comercializar e fazê-las ultrapassar esse patamar, atingindo uma renda igual ou superior a 1 (um) salário mínimo. Esse é o desejo das cooperativas e associações de produção existentes pelo país a fora.

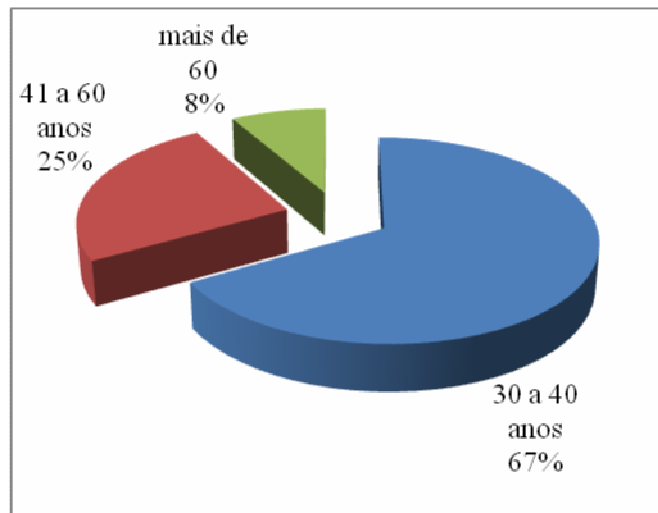


Gráfico 08: Faixa etária dos homens
Fonte: Questionário da Pesquisa

Ao contrário das mulheres, os homens estão numa faixa etária mais avançada. Dos homens pesquisados, 67% estão entre 30 e 40 anos de idade, 25% entre 41 e 60 anos e apenas 8% estão com mais de 60 anos (Gráfico 08).

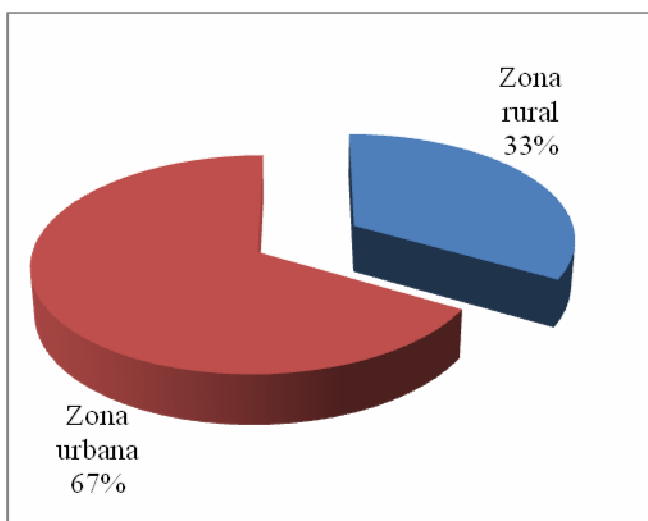


Gráfico 09: Onde residem os homens
Fonte: Questionário da Pesquisa

No que se refere ao local onde residem, os homens apresentam maior compreensão sobre o que vem a ser zona rural e zona urbana. 67% deles afirmam residir na zona urbana e apenas 33% na zona rural (Gráfico 09).

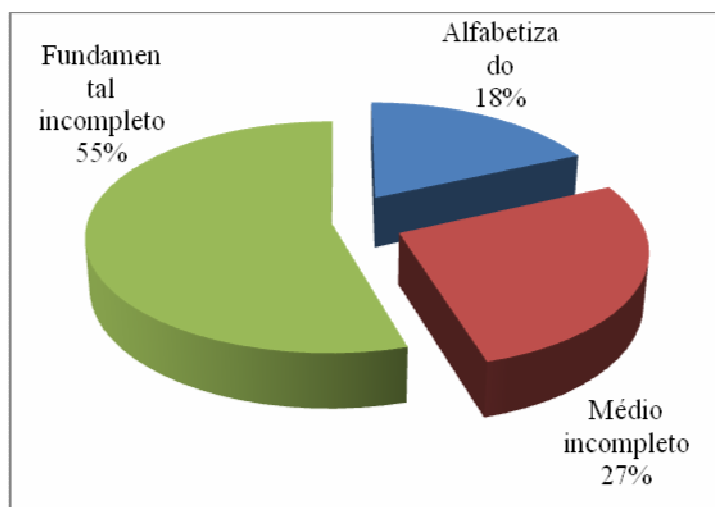


Gráfico 10: Nível de escolaridade dos homens
Fonte: Questionário da Pesquisa

No tocante à escolaridade (Gráfico 10), a maioria (55%) dos homens possui o ensino fundamental incompleto. Do total de 15 homens, apenas 27% possui o ensino médio incompleto, sendo 18% aqueles que são somente alfabetizados.

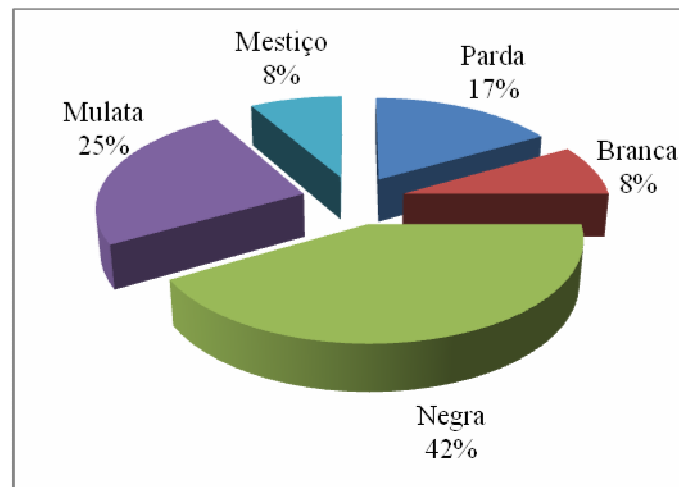


Gráfico 11: Identificação étnico/racial dos homens
Fonte: Questionário da Pesquisa

Observamos o gráfico 11, podemos perceber que a maioria dos homens (42%) identifica-se com o grupo étnico/racial negro, sendo que 25% dizem ser mulatos, 8% mestiço, 17% pardos e apenas 8% brancos. Em relação às mulheres, somando-se negros e brancos, os homens negros constituem a minoria.

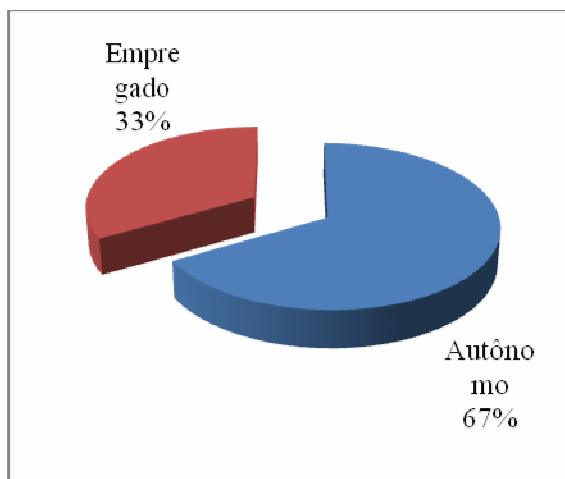


Gráfico 12: Situação de trabalho dos homens
Fonte: Questionário da Pesquisa

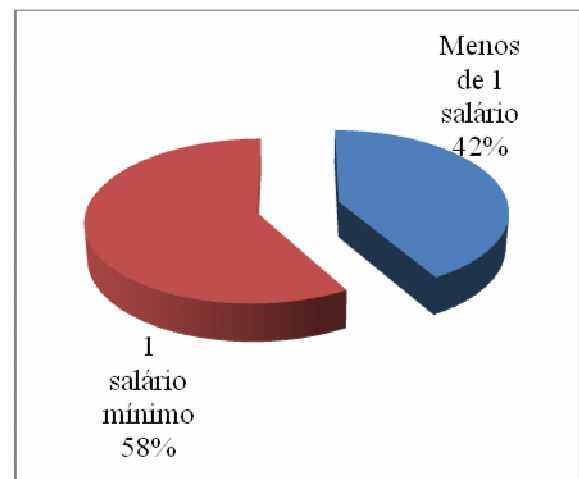


Gráfico 13: Renda mensal dos homens
Fonte: Questionário da Pesquisa

Quando se trata da situação de trabalho, diferentemente das mulheres, os homens não se declaram desempregados. 33% deles afirmaram ser empregado, ganhando 1(um) salário mínimo como renda mensal e a maioria (67%) declarou ser autônomo, ganhando mensalmente uma renda inferior a um salário mínimo.

Isto nos leva a constatar que a maior parte dos homens, maridos/companheiros das “mulheres perseverantes”, vive de biscates, de serviços temporários, com baixa remuneração e com péssimas condições de trabalho, vivendo do subemprego. Podemos, com isso, inferir que a situação de baixa qualidade de vida – acesso à alimentação, moradia, saúde e trabalho de qualidade – é consequência da situação sócio-econômica a que estas famílias estão submetidas, pois, além de possuírem baixo nível de escolaridade, ainda é negado-lhes, tanto para homens quanto para as mulheres, o direito a um trabalho digno. Essa realidade faz com que estas famílias submetam-se ao subemprego como única alternativa de sobrevivência, tornando difícil, mas não impossível, a implantação de novas práticas, tanto econômica quanto educativas.

2.5 O projeto de intervenção na Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”

O projeto de intervenção “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Socioeducativas: autoativação de comunidades locais” tinha como estratégia a ação social, dialógica, pedagógica e militante. Assim entendida, a ação passa a ser um princípio primordial e a ter um caráter de intervenção que, nos estudos de Legendre (1993, p. 756), significa:

[...] ação de agir conscientemente e voluntariamente dentro de um contexto preciso com o objetivo de influenciar ou provocar mudanças. [...] visa melhorar hábitos ou performances, onde existem dificuldades para evitar o agravamento dessas dificuldades no futuro.

Na pesquisa-ação o processo de feitura do projeto de intervenção deve levar em conta as demandas apresentadas pelo grupo e pela comunidade. Nesse sentido, a realidade sócio-econômica é um aspecto importante nessa definição.

2.5.1 O projeto “sujeitos e saberes na mediação sócioeducativa: autoativação de comunidades locais”: dimensão intencional

Para entendimento do Projeto apresentamos a seguir sua concepção, explicitando a metodologia, sua forma de organização, destacando o Centro de Vivência “Infância/Mulher/Território como lócus de realização desta pesquisa-ação.

2.5.1.1 Concepção do projeto

O Projeto “Sujeitos e Saberes na Mediação Sócioeducativa: Autoativação de Comunidades Locais” é uma ação resultante de uma Cooperação descentralizada na perspectiva do desenvolvimento sustentável, gestado pelo diálogo entre atrizes e atores da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Università Degli Studi Di Verona (UNIVR/Itália). Mantém e acompanha os Centros de Vivência – “Infância/Mulher/Território”, no Parque Eliane, zona sul de Teresina e “Juventude/Escola/Território”, no Centro de Educação Profissional Prefeito José Olímpio Mendes de Melo (PREMEN), zona norte de Teresina. Foi estabelecido entre as duas universidades, em agosto de 2003, um *Acordo de Cooperação Internacional*, no qual prevê a realização de atividades educativas e de profissionalização nos dois centros, além da missão de intercâmbio entre docentes das duas instituições.

O Projeto, considerado de intercâmbio científico-cultural, tem como objetivo geral “capacitar atores sociais, mulheres jovens e profissionais das entidades parceiras com o objetivo de promover práticas associativas de autogestão, autodesenvolvimento e práticas de produção de saberes, por meio de processos formativo e científico interdisciplinares, para empoderamento e desenvolvimento sustentável”. Como meta específica propõe-se a criar uma oficina, em Teresina/PI, de experiência e elaboração de saberes teórico-práticos para possibilitar aos atores e atrizes sociais e profissionais a construção de pesquisa e práticas sócio-educativas, além de mapeamento, monitoramento e desenvolvimento de projetos e ações de empoderamento e empreendedorismo social (UFPI; UNIVR, 2003).

As atividades da oficina prevêem o envolvimento, prioritariamente, dos segmentos geracionais infância, juventude e adultos (mulheres), no âmbito das características culturais, sociais, econômicas (potencialidades do território), e, ainda, a promoção do trabalho feminino, com a criação e o desenvolvimento de empresas autogeridas, garantindo uma visão que não se inspira somente na solidariedade, mas na capacitação dos e entre os sujeitos (UFPI; UNIVR, 2003). As atividades previstas nas oficinas são desenvolvidas através de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais.

A intervenção, no contexto do Parque Eliane, vem acontecendo por meio da manutenção de práticas e saberes, somados às experiências significativas realizadas naquela comunidade. O que se busca é colocar os sujeitos (mulheres, jovens e crianças) em condições de autosustentação de forma a gerar competências autônomas, podendo ser estas a base de produção de renda e, ao mesmo tempo, funcionarem como multiplicadores no âmbito do território (escola, bairro). Nesse sentido, essa ação estabeleceu uma relação dialógica com as

peças envolvidas, procurando respeitar a cultura do território, como assevera Freire (2005, p. 99):

Por isto é que não podemos, a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo num sentido mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão do mundo que tenha ou esteja tendo o povo, se constitui numa espécie de “invasão cultural”, ainda que feita com a melhor das intenções. Mas “invasão cultural” sempre.

Com esse cuidado, o Projeto “Sujeitos e Saberes” vem sendo desenvolvido evidenciando conflitos e contradições que favorecem a reflexão sobre a prática e sobre os saberes construídos naquele contexto.

2.5.1.2 Metodologia do Projeto “Sujeitos e Saberes”

A proposta do Projeto concretiza-se na efetivação de duas oficinas: uma em Verona/Itália e outra em Teresina/Piauí/Brasil, além de representar o núcleo de trabalho e troca de saberes entre as duas universidades. Assim, é objetivo do projeto analisar, de forma interdisciplinar, experiências originadas do território, demandadas pelos atores e atrizes sociais às entidades que se agregam como parceiras do citado projeto, conjugando reflexão teórica à prática e à produção de saberes, além do trabalho interno da Oficina, realizado através de atividades de formação pós-universitária – Curso de Especialização - e ações formativas destinadas aos sujeitos envolvidos. A oficina, com duração de 03 anos, está sendo realizada de forma transversal em todo o projeto e tem o papel de proporcionar a qualificação dos/as operadores/as das entidades envolvidas (UFPI/UNIVR, 2003).

A opção político-metodológica do trabalho de pesquisa desenvolveu-se através da pesquisa-ação. Nesta opção, todas as pessoas (estudantes, professores, mulheres, jovens, crianças e homens) incorporaram-se de forma participativa. Desse modo, destacamos que o:

[...] nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto (FREIRE, 2005, p. 100).

Dessa forma, as oficinas, como estratégia de envolvimento de todas/os, têm como função:

- a) realização de atividades de estudos de pós-graduação (especialização e mestrado);
- b) articulação das iniciativas de qualificação profissional das instituições e dos grupos parceiros;
- c) articulação entre os Centros “Infância/Mulher/Território e “Juventude/Escola/Território.

E como linhas-guias, de acordo com o projeto, as oficinas previam:

» a criação de um laboratório, uma oficina para identificar, experimentar, elaborar teoricamente, práticas inovativas de mediação educativa e social capazes de enfrentar situações críticas e complexas nos vários âmbitos do viver individual e social;

» Garantir a participação de mulheres e homens com diversos papéis e competências pertencentes às instituições e associações da sociedade;

» Entrelaçar de modo novo necessidades e recursos, necessidades e desejos recolocando ao centro a inteligência política que vem das relações e da capacidade de mediar, de criar ligações e conexões entre as partes diversas ou diferentes da sociedade e entre âmbitos diversos da vida individual;

» Garantir o planejamento participativo criando contextos geradores de sujeitos (espaços, instituições, bairros) capazes de contribuir a aprender e multiplicar os efeitos do desenvolvimento local.

2.5.1.3 Centro “Infância/Mulher/Território” no Parque Eliane.

A inserção nesse espaço se deu com o intermédio da Fundação “Viver com Dignidade” que, após contato com a UFPI, abriu um canal de ligação com o Parque Eliane. Neste Centro, inicialmente, realizamos um diagnóstico junto à comunidade para obtermos dados acerca da situação sócio-econômica dos/as moradores e, posteriormente, o levantamento das potencialidades e demandas para, assim, iniciarmos o projeto de intervenção.

Após estes levantamentos, tomamos como grupo de referência “Mulheres Perseverantes”, que decidiu pela realização de oficinas de geração de renda. Nesse processo foram realizadas 03 oficinas (fabricação de bijuterias, redes de brim e material de limpeza)

para incentivar a geração de renda, exatamente porque o desemprego é um dos maiores problemas das periferias urbanas de Teresina.

Desse trabalho inicial nasceu a Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e, para aperfeiçoar e qualificar o trabalho dessas mulheres, foram realizados cinco outros cursos (pintura, corte e costura, aperfeiçoamento em rede, comercialização e motivação); para fortalecer e dar suporte às mulheres que não tinham onde deixar suas filhas e filhos, foi criada a Casa de “Artes e Culturas; e em parceria com a Arquidiocese de Teresina, a Casa das Mulheres. Ainda com o incentivo das mulheres, foram organizados 04 encontros com os homens – maridos das mulheres perseverantes – e realizadas discussões sobre economia solidária, gênero, violência contra a mulher, gravidez na adolescência, dentre outros assuntos.

As mulheres, nesse processo de articulação com outros movimentos e instituições, já participaram de várias feiras, dentre elas a IV Feira da Economia Solidária, realizada em Teresina e a Feira da Rua Climatizada.¹³ Elas também já possuem o cadastro como artesãs, podendo utilizá-lo como identificação profissional.

Em consequência do conjunto de atividades no Centro “Infância/Mulher/Território, está sendo desenvolvida uma turma de pré-vestibular popular e há a previsão de uma turma de alfabetização para jovens, mulheres e homens, tanto da Associação de Produção quanto na comunidade, principalmente, para atender as/os filhas das mulheres perseverantes. Essa iniciativa é uma parceria entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEDUC).

O Parque Eliane tem servido como um espaço de troca de saberes que vão além da proposta do Projeto “Sujeitos e Saberes”. Esse intercâmbio é fruto e razão do desenvolvimento vivenciado por aquela comunidade. Nesse processo já se envolveram alunos/as dos cursos da UFPI de Serviço Social, Odontologia, Economia, Mestrado em Educação e Mestrado em Meio Ambiente e dos Cursos de Pedagogia, Letras, Matemática e História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Todas as práticas realizadas naquela região somente foram possíveis porque teve a parceria de diversas instituições. Neste caso, destacamos a UFPI, UESPI, Fundação Viver com Dignidade, Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (SASC), SEDUC, Coordenadoria Estadual para a Inclusão da Pessoa com Deficiência (CEID), Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí (PRODART) e Fórum Estadual de Economia Solidária, dentre outras.

¹³ Espaço no centro de Teresina, destinado à comercialização de produtos.

Durante o processo de desenvolvimento das práticas educativas foram surgindo conflitos relacionados às diferentes concepções e metodologias de trabalho com grupos populares. Esses conflitos emergentes fizeram com que as mulheres tivessem que optar entre uma proposta e outra. Uma delas se refere ao aparecimento de outra instituição que se utilizava da organização das “Mulheres Perseverantes” de forma autoritária sem respeitar a autonomia delas. Elas eram contratadas para fazer acabamento de confecção produzida por outras pessoas e participavam de eventos, desfilando para pessoas de classe média. Tudo isso foi percebido, e a partir de momentos de reflexão, o grupo da oficina “Teresina” optou por fortalecer o grupo “Mulheres Perseverantes” ao verificar o caráter de exploração desses sujeitos. Nesse sentido, as falas das mulheres expressam essas reflexões sobre a continuidade do projeto “Sujeitos e Saberes” na comunidade Parque Eliane:

Eu fico muito confusa, porque o [...] não está presente junto com o grupo. É muito diferente. Vocês se preocupam com as crianças, com a gente. Ele só quer que a gente produza. Vocês se preocupam com a gente. Não podemos ter duas histórias, não podemos ser o projeto Sujeitos e Saberes e Dona Filó. Quando você chegou à universidade já estava. No projeto D.Filó a criação não é nossa, é da [...]. Não deram importância ao grupo Mulheres Perseverantes. Estão sendo implantados outros espaços para juntar as mulheres e as crianças – uma casa é cedida pelo Seminário Maior, para o funcionamento do grupo de produção, o outro é comprada pelo projeto onde funcionará como a oficina Arte e Cultura para as crianças (MP05. Diário de Campo - 23/08/2007).

Vocês estão preocupadas com as crianças, com o crescimento do grupo. Penso que devemos ver sobre a parceria (MP12. Diário de Campo - 23/08/2007).

Pergunto: Qual dos dois projetos tem condições de se tornar empresa? Este grupo tem futuro, já é minha família. [...] O que vocês estão fazendo... Vocês vivem em função de nós. Vocês não estão dando dinheiro, vocês estão dando oportunidade. Vocês perguntam o que nós queremos, não trazem nada pronto. O outro projeto traz o material e quer a produção. Vamos engatinhando até caminhar com nossos próprios pés (MP10. Diário de Campo - 23/08/2007)

Outra dimensão do conflito aflorou quando da definição da instituição que deveria ser credenciada para firmar convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF) visando à construção do Centro de Vivências do Parque Eliane. Nesse momento, apareceram as duas Associações de Moradores. Como já havia, desde o início da ocupação, vários outros problemas entre esses grupos, numa reunião em que estavam presentes as duas associações, as mulheres, os docentes e discentes da UFPI e ainda representante da CEF, ficou decidido que as mulheres criariam a sua própria instituição. Esta instituição seria responsável pelo convênio. Foi, então, que as mulheres perceberam que precisariam ser reconhecidas

legalmente e começaram o processo de discussão, que culminou com a criação da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”.

O posicionamento das mulheres frente a essas duas formas de trabalho comunitário demonstrou o empoderamento delas, pois diante do conflito, optaram pela forma de trabalho que lhes dava mais liberdade, autonomia; valorizava suas potencialidades e desenvolvia a criatividade de cada mulher daquela comunidade.

Várias dificuldades ainda se apresentam e precisavam ser superadas, tanto no que se refere às mulheres e ao trabalho com os homens, quanto na Casa de “Artes e Culturas”. Um dos limites, que consideramos relevante, era a dificuldade das mulheres em fazer avançar o próprio negócio. As dificuldades eram freqüentes e muitas. O pouco retorno financeiro nas vendas e na produção fazia com que as mulheres não encarassem esse ofício como um trabalho, apesar de considerá-lo prazeroso e ainda saber que no futuro teriam um empreendimento organizado, capaz de propiciar no futuro mais renda para sua família. Outra dificuldade era manter a continuidade das mulheres na Associação após os processos de qualificação profissional, pois, algumas se envolviam em outros afazeres e não priorizavam o trabalho de produção.

No entanto, essa caminhada ainda tem muito que produzir para o crescimento da Associação, das mulheres e da comunidade Parque Eliane. É imprescindível ainda o acompanhamento sistemático, qualificação e formação do grupo para a consolidação do processo iniciado com energia e desejo de mudança.

2.5.2 Os passos iniciais do processo educativo

A situação econômica, sobretudo no que se refere ao emprego e à renda, tem sido frustrante para a maioria da população brasileira. Apesar das iniciativas governamentais, da implantação de programas como o Fome Zero e o Bolsa Família para minimizar a fome e a miséria do povo brasileiro, o investimento em projetos de geração de emprego e renda no país não tem dado conta do grande número de famílias que passam fome e não possuem expectativas de conseguir um emprego.

Para enfrentar esta realidade vários grupos, cooperativas e organizações estão surgindo e inovando as alternativas de sobrevivência. Sendo assim, a discussão em torno da Economia Solidária ganha campo e espaço cada vez mais promissor em nosso meio. Esta experiência surgiu como uma proposta de produção que tornasse possível a divisão da sociedade em

classes iguais e não em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade, subalterna. Segundo Paul Singer (2005, p.19) a “Economia Solidária pautou-se pela prática da democracia na tomada de decisão, em que todos possuem os mesmos direitos de decisão, exige uma reeducação para a solidariedade e o companheirismo”.

Esta experiência tem como metodologia, na visão de Kruppa (2005), a vinculação entre o pensar e o fazer. Para que isto ocorra, é necessário o assumir-se como sujeito, recuperando a fala e produzindo novos conhecimentos. Assim, dar a palavra às mulheres tem sido um desafio na atual realidade, pois, a maioria ficou à mercê dos avanços e nem mesmo teve a oportunidade de estudar e qualificar-se para o mercado de trabalho, tendo sido obrigadas a viverem desde cedo na dependência dos pais ou maridos.

Para contrapor essa realidade, a Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” tem demonstrado interesse em reverter esse modo de viver, através da organização e do desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento e confecção de bijuterias, redes e panos de prato. Essa produção é, nos dias atuais, uma atividade bastante lucrativa. Desde que a moda assumiu uma aparência artesanal, esses produtos têm se tornado um acessório indispensável para as mulheres. A história conta a evolução das civilizações e não esquecemos aí que, paralelamente a ela, as técnicas, as formas e os materiais utilizados para confeccionar tais acessórios também foram mudando. Hoje temos bijuterias, redes e panos de pratos bem mais trabalhados, elaborados e confeccionados com diversos materiais. Até chegar ao que temos disponível no mercado, devemos muito às influências indígenas e africanas, esta última vinda para o Brasil com os escravos negros, que utilizavam variados tipos de ornamentos como forma de dar mais criatividade às suas confecções. Por estar presente ao longo da história, a bijuteria, a rede e o pano de prato são mais que acessórios, são artefatos que reflete a cultura do povo.

Essa intervenção nasceu vinculada ao Projeto “Sujeitos e Saberes na Mediação Sócio Educativa: Autoativação de Comunidades Locais”, desenvolvido pela Universidade Federal do Piauí e a Universidade de Verona, na Itália. O projeto foi articulado e planejado em momentos de encontro com o grupo estratégico, no qual foram definidos, depois de vários encontros, a realização de oficinas de fabricação de redes de brim, confecção de bijuterias e produção de material de limpeza. O grupo estratégico das “Mulheres Perseverantes” ficou com a tarefa de divulgar as oficinas, articulando, junto à comunidade, a participação de outros/as integrantes.

Todo esse processo foi registrado em um cronograma de atividades. O grupo da UFPI, formado pelas professoras, alunas do Curso de Especialização e mulheres do grupo “Mulheres Perseverantes”, ficou encarregado da elaboração do projeto. Foi este grupo também que articulou uma reunião na comunidade com as/os instrutoras/es das oficinas. Esta atividade teve como objetivo sensibilizar as/os participantes da relevância deste trabalho e identificar as pessoas que realmente tinham interesse e afinidade com as tarefas, relacionadas a cada atividade de produção.

Partindo do diagnóstico da comunidade e do contato com o grupo “Mulheres Perseverantes”, elaboramos um projeto de intervenção para esse território. As mulheres optaram pela realização das oficinas de produção de material de limpeza, confecção de redes e panos de pratos e, ainda, a de produção de bijuterias, intitulada “Uma semente, uma esperança!”. Para que as mulheres conservassem o trabalho de cuidado com as/os filhas/os que eram uma de suas maiores preocupações foi organizada, paralelamente ao trabalho das mulheres, uma oficina para as crianças, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Lídia Medeiros de Noronha Pessoa e ministrada pela estudante do Curso de Especialização Luciana Maura Sales de Sousa.



Figura 06 – Ilustrativa dos passos iniciais desse processo educativo

A equipe coordenadora da pesquisa-ação foi composta, inicialmente, por estudantes do curso de Pós-graduação Lato Sensu “Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável” da UFPI, as mulheres do “grupo estratégico”, o grupo de jovens da igreja e uma mulher da comunidade que não estava inserida em nenhum grupo.

Nesse primeiro contato tínhamos que reforçar os laços de amizade e de confiança para que os objetivos da pesquisa-ação fossem atingidos, elementos fundamentais nas relações interpessoais e que, consoante o pensamento de Freire (2005, p. 94), é essencial para que a confiança se estabeleça:

A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo. Se falha esta confiança, é que falharam as condições discutidas anteriormente. [...] A confiança implica no testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos. Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo à confiança.

Entretanto, a confiança vai se estabelecendo na medida em que há reconhecimento dos limites e possibilidades individuais e coletivas que, na visão de Barbier (2004, p. 86), “trata-se, por excelência, de reconhecer o pleno emprego das forças subjetivas, isto é, estar o mais possível dentro dos efeitos de emergência e de auto-organização da complexidade do mundo”.

Nesta perspectiva, percorremos estágios (Figura 07) que permitiam a convivência, o vivenciar e o assumir do projeto político da comunidade de forma que os trabalhos fossem encaminhados e fortalecidos durante todo o processo.

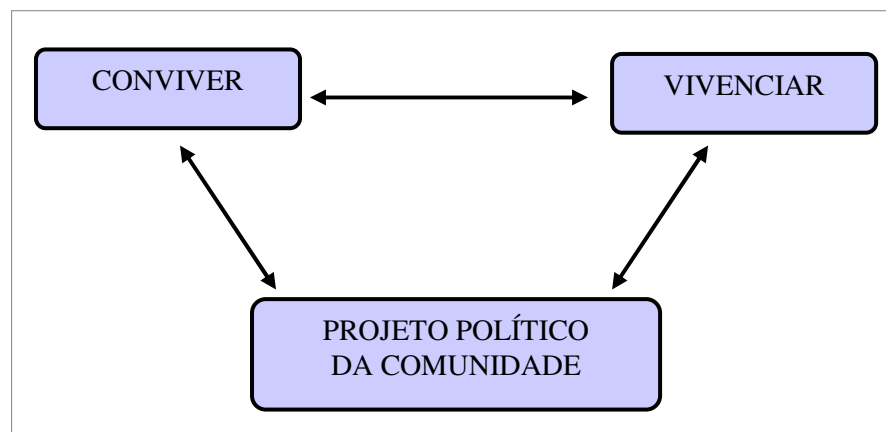


Figura 07 – Ilustrativa do processo de envolvimento da pesquisadora

Desse modo, começa então a “convivência” do grupo de pesquisadoras com as/os integrantes das oficinas, no sentido de construir relações de familiaridade, ultrapassando o limite de observadoras. Nesta etapa, aplicamos um questionário¹⁴ sócio-econômico, através de visitas às residências das mulheres inscritas na oficina de bijuteria. Estas visitas permitiram

¹⁴ Questionário feito no período da Especialização somente com as mulheres do grupo de bijuterias.

perceber a dimensão da organização do espaço físico e a relação social e afetiva dessas famílias.

A dimensão do “*vivenciar*” teve como espaço a própria realização das oficinas, que ocorriam nos finais de semana, nos turnos da manhã e tarde. Partindo desse momento, buscamos um diálogo permanente e informal com essas mulheres, sobretudo no momento do lanche, para conversarmos sem nenhum método rigoroso e formal, pois, como já registramos, existia certa resistência a perguntas formais, entrevistas com uso do gravador e outros instrumentos que, para elas, representavam motivo de inibição ao falar.

Em um dos encontros da oficina de bijuteria, buscamos trabalhar uma dinâmica em que, espontaneamente, as mulheres se manifestassem falando, escrevendo ou cantando o que estavam sentindo no seu interior e o que mudou desde o momento em que decidiram estar ali, fazendo parte da oficina. Aquele foi um momento muito rico porque, pelos depoimentos e testemunhos percebemos o desejo daquelas mulheres em conduzir o seu destino, ou seja, tornarem-se sujeitas de sua própria história. E o mais importante, propondo alternativas para essa mudança.

Em outro encontro, através de levantamento escrito em fichas e seleção posterior, identificamos como principal problema da comunidade, na visão das mulheres, o tema gravidez na adolescência. No encontro seguinte fomos surpreendidas com o relato de vida de uma jovem, sua experiência de gravidez indesejada e a realização de aborto. Apareceram aí idéias conflitantes entre as gerações – mulheres jovens, adultas e idosas.

Neste debate, a preocupação com as outras famílias, com as jovens e com as crianças ficou muito explícita na fala das mulheres. As jovens demonstraram que têm informação acerca de métodos para evitar gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis, mas levantaram vários fatores que contribuem para a existência desse problema. Um deles é a ausência de espaços de lazer para as/os jovens e a falta de um posto de saúde na comunidade.

Na dimensão de *identificação ideológica prática*, assumimos o projeto político das mulheres e a idéia do trabalho coletivo como estratégia para a transformação real na comunidade. Assim, após a realização das primeiras oficinas, realizamos a apresentação e divulgação dos trabalhos confeccionados pelas/os participantes. Nessa primeira etapa do Projeto “Sujeitos e Saberes”, foi concretizada a I Feira Arte Eliane. Nela as “oficineiras” apresentaram suas produções e puderam comercializá-las. Esse momento contribuiu, também, para a integração, descontração e comemoração pelo que foi realizado, incluindo apresentação artístico-cultural dos grupos MP3 – Movimento pela Paz na Periferia e Afoxá – Grupo Afro

Cultural. Naquela ocasião ouvimos depoimentos das representantes das oficinas e assistimos a um desfile, resultado da oficina de bijuterias. Percebemos então o quanto as mulheres estavam orgulhosas de suas produções. Nas suas expressões faciais e gestuais, ao desfilarem, sentiam-se empoderadas, criativas e valorizadas.

A experiência do *conviver* com as mulheres permitiu a busca da familiaridade, ultrapassando a situação de visitante. Ao *vivenciar* o cotidiano, atravessamos o estágio da familiaridade à intimidade, tornando-nos parte aceita do grupo, alcançamos, por fim, a fase mais importante, através da qual assumimos o projeto político da comunidade.

No que se refere ao aspecto da continuidade, a pesquisa-ação designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requer a participação das atrizes e dos atores (MORIN, 2004). Pensando assim, nossa investigação foi caracterizada como um processo vivenciado num círculo em espiral¹⁵ que aconteceu entre quatro momentos que se entrelaçam: ação social, dialógica, educativa e militante, pressupondo o planejamento, a ação e a avaliação sistemática, combinados com uma constante coleta de informações, no que diz respeito ao grupo e ao seu próprio contexto.

2.5.3 Os passos da continuidade do processo educativo

A compreensão de que as relações de gênero são construídas social e culturalmente, legitimando e perpetuando, na maioria dos casos, a dominação masculina e a invisibilidade das mulheres no mundo público, sobretudo nas esferas de decisões política, econômica, administrativa e cultural, emerge como elemento inicial para que se discutam as vivências e experiências cotidianas.

Nesse sentido, este processo é marcado fortemente pela ampliação dos objetivos da pesquisa e pelo aprofundamento de questões relativas às relações de gênero. Nesse caso, incluímos os homens – maridos/companheiros das “Mulheres Perseverantes” para que de certo modo as aprendizagens apresentadas pelas mulheres fossem, também, percebidas pelos homens e, desse modo, o crescimento ocorresse de forma coletiva. Para Thiollent (2007, p. 12):

Nos projetos cuja metodologia é baseada na pesquisa-ação, a principal transformação que ocorre no decorrer do processo é a passagem da constatação de fatos observáveis na situação para uma ação transformadora

¹⁵ Termo utilizado em Morim (2004).

apropriada. [...] Em matéria de pesquisa e aprendizagem, os resultados, interpretáveis no referencial cultural compartilhado, devem fazer sentido na prática dos grupos implicados.

O trabalho, realizado durante a pesquisa do mestrado, foi desenvolvido em momentos que se articularam entre si e que, na tentativa de uma maior compreensão, foi dividido didaticamente em **três etapas**. Assim, estivemos presente frequentemente na realização das atividades do Projeto de Intercâmbio desenvolvidas no Parque Eliane, como também proporcionamos outros momentos de discussão e estudos junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e aos maridos/, companheiros dessas mulheres. Além disso, procuramos estar presente em festas, atividades religiosas, visitas familiares, buscando a dimensão da organização do espaço físico e da relação social e afetiva dessas famílias.

1ª etapa:

Esta etapa objetivou aprofundar os vínculos e observar as relações de gênero entre as mulheres e seus companheiros, filhos/as e vizinhos/as, através da retomada dos contatos, visitas familiares, elaboração do perfil das/os participantes, além da participação nas reuniões da Associação.

2ª etapa:

Nesta segunda etapa desenvolvemos a observação participante para identificar mudanças nas relações entre as mulheres e delas com seus maridos/companheiros e filhos/as, no âmbito humano, da economia solidária, da organização política e da construção de um novo olhar sobre as relações de gênero.

A discussão sobre estas temáticas apresentou-se como uma possibilidade para que homens e mulheres, vinculados à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, através de múltiplas atividades (palestras, debates, oficinas, exibição de vídeos, etc.), passassem a elaborar uma nova compreensão de como se dão as relações entre homens e mulheres, deles/as com seus filhos/as e, ainda, de como estas relações são cultural e socialmente instituídas. Tais ações viabilizaram o despertar de novas formas de relacionamento na comunidade Parque Eliane e de diferentes formas de entender a economia.

As atividades desenvolvidas caminharam na direção de estabelecer discussões que causavam impacto na vida dessas mulheres, homens e crianças que estavam e estão engajados no Projeto “Sujeitos e Saberes na Mediação Social e Educativa: Autoativação de Comunidades Locais”.

Destacamos como prioridade a possibilidade de empoderamento das mulheres, para que elas possam melhorar a auto-estima, gerar renda e, conseqüentemente, colaborar para a melhoria das condições de vida na comunidade, aperfeiçoando significativamente suas relações sociais.

Portanto, trabalhar com a perspectiva de gênero, da economia solidária e da organização em grupos, no sentido de uma ação político-educativa transformadora, é trabalhar com a consciência de que as mulheres são portadoras de um reduzido poder na sociedade e de que esta realidade se constitui em elemento de injustiça social. Por esta razão, as atividades político-educativas desenvolvidas junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” do Parque Eliane têm como principal preocupação instigar o envolvimento das mulheres, dos homens e das crianças com as atividades desenvolvidas para que as mudanças ocorridas sejam transformadoras da realidade social e cultural e propulsoras de relações de poder/saber pautadas no companheirismo, na solidariedade, na justiça, substanciando a construção de novas relações de gênero.

Com base nesta compreensão, priorizamos o trabalho cooperativo, o comprometimento e a solidariedade entre as atrizes e os atores da pesquisa. Nossa meta era identificar problemas e encontrar soluções, ou meios de desafiá-los, tomando como ponto de partida as falas e conversas de homens e mulheres, acerca das relações de gênero vivenciadas e experienciadas em família, junto à Associação e na própria comunidade, que vêm apontando os temas e as reflexões apresentadas neste trabalho.

Um exemplo da articulação entre as ações desenvolvidas e a reflexão da realidade específica da Associação das “Mulheres Perseverantes” foi a realizada na oficina sobre “A Construção da História da Associação”. Nela as mulheres puderam sistematizar sua própria história, possibilitando a identificação de sua participação e de seu pertencimento à comunidade Parque Eliane. O relato da história foi iniciado a partir do ano de ocupação da área, onde hoje é localizado o Parque Eliane. Esta oficina foi subsidiada pelo seguinte roteiro:

1º Momento:

- Dinâmica de relaxamento – o “Jardim” - neste momento as mulheres, com os olhos fechados foram conduzidas por uma gravação a fazerem uma viagem para dentro de si, resgatando os fatos marcantes de sua participação no grupo
- Descrição de um fato ou fatos marcantes de sua participação no grupo;
- Apresentação e discussão da proposta da oficina.

2º Momento:

- Construção coletiva da Linha do Tempo, resgatando a origem da comunidade, do grupo e das práticas educativas desenvolvidas no contexto do grupo;

3º Momento:

- A partir da técnica de registro “Linha do Tempo”, elas deveriam descrever, individualmente, cada prática educativa/ação desenvolvida no contexto do grupo;

4º Momento:

- Entrega dos textos escritos, discussão e ilustração de cada texto pelas mulheres.

5º Momento:

- Lançamento da publicação.

3ª etapa

Esta etapa tinha como intuito a proposição de atividades na área de saúde da mulher, violência contra a mulher, gravidez na adolescência, cooperativismo, economia solidária, etc. Para debater as questões relativas a essas temáticas, foram desenvolvidas discussões acerca da importância da participação de homens e mulheres na elaboração e execução de políticas públicas, no combate à violência contra as mulheres e na incorporação de outros conceitos como economia solidária, cooperativismo, dentre outros. Tais discussões foram desenvolvidas a partir da realização de palestras, cursos, seminários, debates, exibição de vídeos, oficinas temáticas e outros.

A definição dos temas trabalhados partiu da necessidade da comunidade e tomou por base as discussões que foram realizadas ao longo das atividades, bem como a partir dos conteúdos significados e discutidos conjuntamente, buscando construir espaços alternativos para:

- ✓ discutir e aprofundar os problemas enfrentados na Associação de Produção;
- ✓ propor a construção de estratégias para a superação dessas dificuldades – sejam elas de ordem pessoal ou coletiva;
- ✓ exercitar novas práticas educacionais e sócio-culturais que contribuam para a (re) elaboração de novas relações de gênero.

Nestas discussões enfatiza-se a importância do respeito às especificidades das mulheres, da convivência com a diversidade e as múltiplas subjetividades, valorizando as experiências e saberes das/os participantes para que estas/estes se sintam encorajadas/os a expressá-los, confirmá-los, questioná-los, desafiá-los, reelaborá-los e/ou superá-los.

Estas etapas foram complementadas pela realização de grupos focais com a Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e com o grupo de homens (maridos/companheiros das “Mulheres Perseverantes”). O quadro, a seguir, apresenta sinteticamente como vem se dando o processo de empoderamento das mulheres do grupo “Mulheres Perseverantes”.

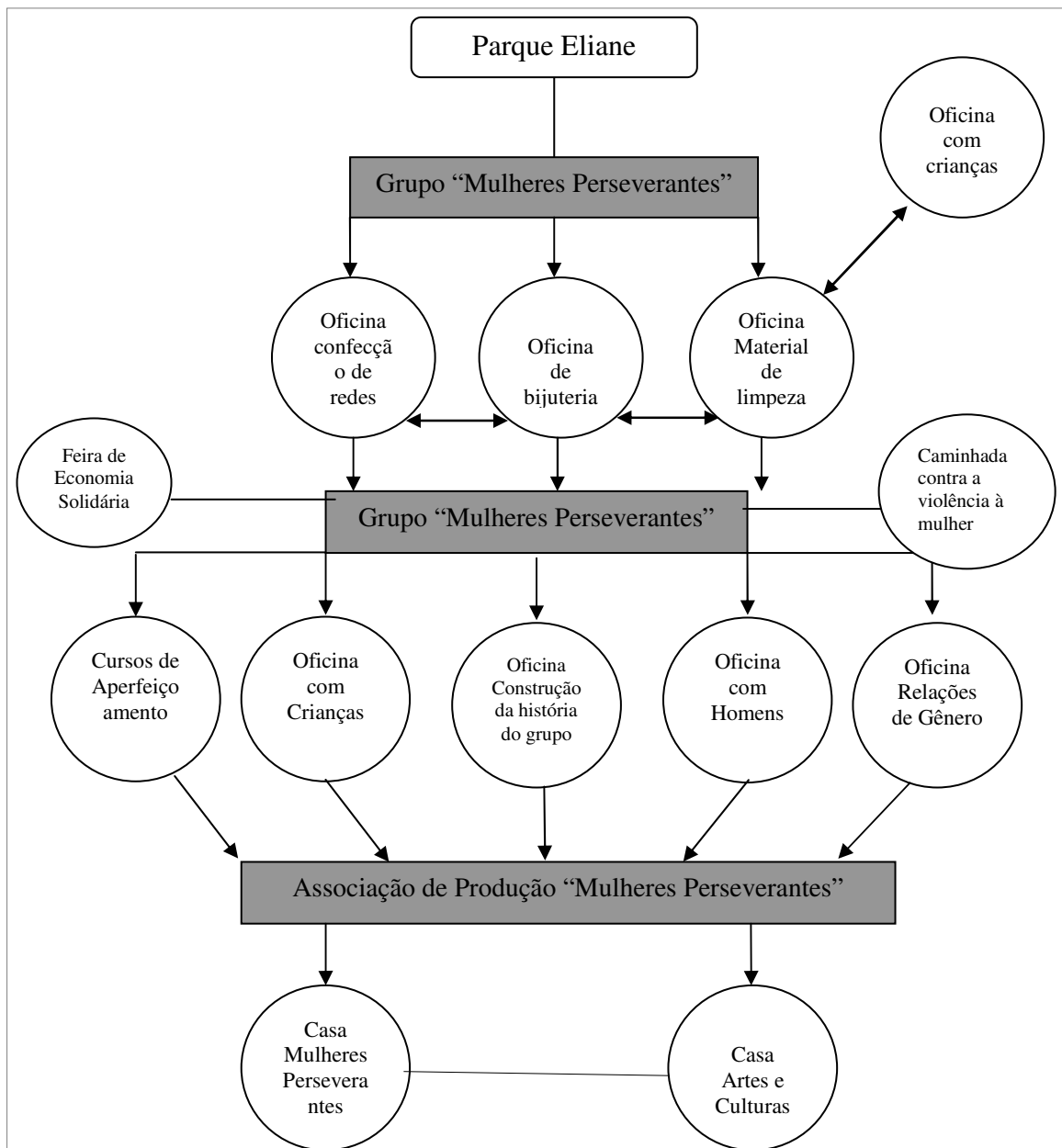


Figura 08 – Ilustrativa dos passos da continuidade do processo educativo

Toda trajetória dessa Associação de mulheres foi marcado pelo desejo de mudar de vida, conseguir uma renda e continuar cuidando de seus/suas filhos/as. Nessa perspectiva, o projeto teve início com a realização das oficinas de confecção de redes, bijuterias, material de

limpeza e, considerando a necessidade das mulheres de ter alguém para ajudar no cuidado dos/as filhos/as, foi construída a oficina com as crianças. Isto se deu inicialmente no único espaço que a comunidade possuía para reuniões – a igreja católica.

Mesmo com algumas dificuldades, a Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” continuou se reunindo com aquelas que gostariam de gerar algum tipo de renda. Foi definido, nesse percurso, que seriam realizados cursos de aperfeiçoamento em fabricação de redes de brim. Simultaneamente, as mulheres participariam de oficina sobre gênero, de construção da história do grupo, da feira de economia solidária e de caminhada contra a violência às mulheres, organizada por vários movimentos sociais de mulheres e de defesa dos direitos humanos.

Este momento foi importante porque possibilitou às mulheres, às crianças e aos homens presentes a consciência de que existem outras pessoas lutando contra a violência e que, somado à luta dos movimentos sociais, eles precisam se articular para juntos/as lutarem contra a discriminação às mulheres e todos os tipos de violência.

Esta consciência de que precisam crescer e mudar de vida em comunhão com seus maridos/companheiros, fez com que as “mulheres perseverantes” se motivassem para participar das atividades propostas pelo projeto e planejadas conjuntamente. Isto fortaleceu a integração entre elas, além de ter possibilitado a definição de ações a serem desenvolvidas conjuntamente na melhoria da relação homens/esposas/companheiras/filhos/filhas.

O projeto tinha como estratégia realizar ações através de parcerias. Nesse sentido, para construção do Centro de Vivência, destinado a toda a comunidade, foi elaborado um projeto arquitetônico com a Caixa Econômica Federal do Piauí. Levando em conta que o Grupo “Mulheres Perseverantes” não possuía personalidade jurídica para assinar o convênio necessário para efetivar a construção do citado centro, as mulheres não pensaram muito e, por unanimidade, decidiram pela criação da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”. Neste momento contaram com a consultoria de Paulo Bandeira, egresso do Curso de Especialização “Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável” e de Ana Lúcia Gonçalves Sousa, Advogada/Assessora Técnica da ADH (Agência de Desenvolvimento Habitacional). Em suas manifestações, as mulheres dizem que já têm conhecimentos que lhes credenciam a ser uma entidade reconhecida legalmente, revelando tal fato um elemento importante, que marca mais uma condição de empoderamento. Assim, vincularam-se à Associação de Produção Mulheres Perseverantes a Casa “Mulheres Perseverantes” e a Casa de “Arte e Cultura”.

2.6 Análise de conteúdo e a sistematização dos dados

Este procedimento metodológico visou sistematizar as informações e publicizar os resultados da pesquisa, possibilitando uma reflexão das atividades do Projeto de Intercâmbio Brasil/Itália – “Sujeitos e Saberes na mediação de práticas sócioeducativas”, desenvolvido no Parque Eliane e, ainda, um retorno imediato junto às mulheres participantes dessa pesquisa. Para que isto ocorresse, todos os passos foram discutidos e apresentados às mulheres da Associação de Produção. A sistematização significa, para Holliday (1995, p. 28-29):

[...] interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo.

Nesse sentido, não fugimos a formalizações porque são passos normais do tratamento científico como, por exemplo, a elaboração de relatórios e gravações, anotação no diário, fichas que sistematizavam as falas, mas, sobretudo, porque imprime o caráter dos depoimentos das/os participantes, aquilo que têm de compromisso político, obtendo-se um dado dialogal. Desse modo, os conteúdos registrados são implicações históricas, concretas de vida de pessoas, de compromissos ideológicos em jogo, de lutas que envolvem o dia-a-dia, os fins que perseguem, os resultados obtidos e assim por diante. O que mais procuramos foi explorar vivências, que aparecem mais nas conversas, nas brincadeiras, nas piadas, nas reflexões coletivas; que surgiam no depoimento espontâneo, fato que diferencia teoria e prática, de tal sorte que aquilo que se disse foi aquilo que se fez.

Assim, como processo de sistematização da pesquisa-ação construímos de forma coletiva, primeiro a história da Associação, destacando a origem da comunidade, suas principais lutas e necessidades, sua articulação com as diferentes redes sociais para conseguir sua organicidade. Este procedimento resultou no livro: *Histórias da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”*, escrito e ilustrado pelas próprias mulheres. Segundo, consideramos o “Diário de um Percurso” como um instrumento importante para compreendermos as partes e o todo desse processo de aprendizagem. Terceiro, esta Dissertação, produto de toda uma ação social, dialógica, educativa e militante, escrita individualmente como exigência acadêmica, mas produção coletiva na sua construção.

No entanto, para fazermos a sistematização dos dados no terceiro e quarto capítulo desse trabalho dissertativo, utilizamos a técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin

(1977), para analisarmos os dados do diário de um percurso e do grupo focal. Esta mesma autora define a análise de conteúdo como “como um conjunto de técnicas de análises das comunicações e de mensagens lingüísticas”.

Nessa perspectiva, seguimos os caminhos: 1) organização dos dados de forma a fazer a unitarização; 2) ordenamento através da categorização, quantificando de acordo com o número de vezes que apareciam os conteúdos; 3) organização do texto com a descrição, inferências e as interpretações, de modo que,

[...] pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos de que *a priori* não tínhamos a compreensão. (BARDIN, 1977, p. 49).

Assim, após organizar os dados coletados e proceder à leitura, delineamos um mapeamento categorial elecando as principais categorias e subcategorias para, no terceiro capítulo, identificar mudanças de comportamentos e atitudes (individuais e coletivas) das mulheres, no que tange às práticas produtivas, político-organizativas e de economia solidária, caracterizando a qualidade da participação das mulheres na Associação. Por fim, no quarto capítulo, buscamos definir a configuração das relações de gênero (mulheres e homens) no espaço da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” e destas/es com os seus/suas maridos/mulheres, filhos/filhas, conforme figura abaixo.

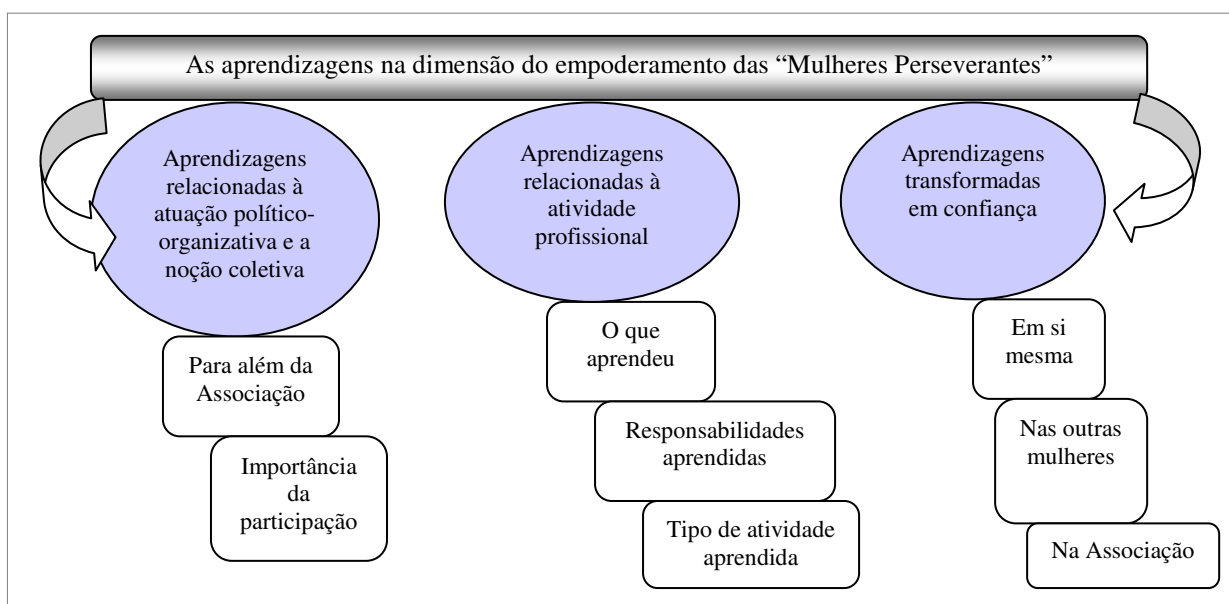


Figura 09 – Organização das categorias e sub-categorias.

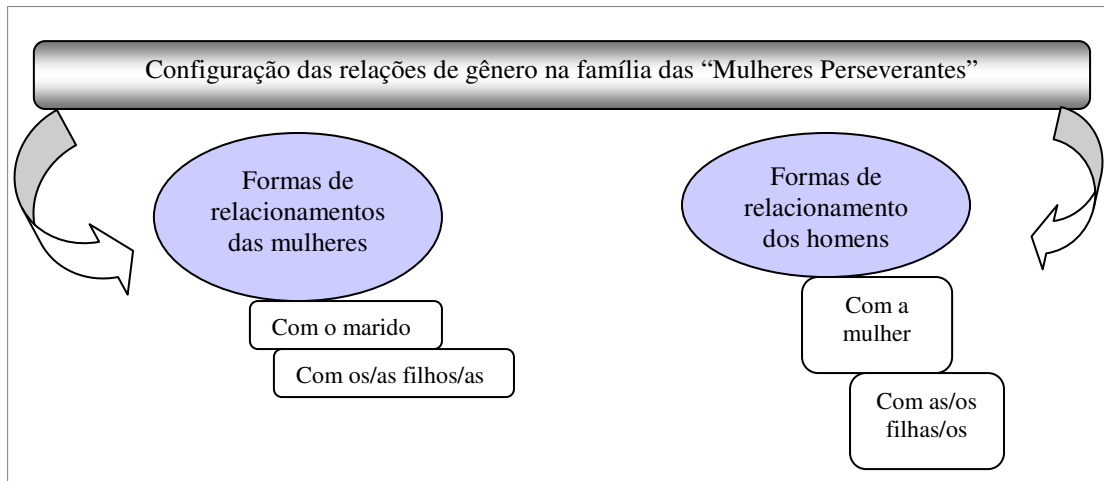


Figura 10 – Organização das categorias e sub-categorias.

Desse modo, considerando as cinco categorias acima, desenvolvemos as análises de modo que, ao final conseguíssemos atender aos objetivos propostos inicialmente. Vale ressaltar que, pela própria dinâmica da metodologia da pesquisa-ação, os dados foram incorporados e entrelaçados nos restantes dos capítulos.

CAPÍTULO III

AS APRENDIZAGENS NA DIMENSÃO DO EMPODERAMENTO DAS “MULHERES PERSEVERANTES”

Ninguém educa ninguém,
Ninguém educa a si mesmo,
Os homens e as mulheres
se educam entre si,
mediatizados pelo mundo

Paulo Freire

Neste capítulo, refletimos a cerca das concepções sobre a pedagogia feminista e a educação popular como alternativa para a construção de processos educacionais nos quais mulheres e homens se (re)fazem .

Apresentamos, também, as aprendizagens proporcionadas às mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, nas dimensões humana, político-organizativa e de incorporação da economia solidária, que demonstram o empoderamento que os processos educativos transformadores são capazes de efetivar.

3.1 Práticas educativas não-sexistas como instrumento de empoderamento

Os processos educativos aos quais nos submetemos, historicamente, são caracterizados por uma educação sexista, que privilegia os homens e reforça a sociedade patriarcal. No entanto, abordaremos aqui práticas que propõem uma Pedagogia Feminista, pedagogia essa voltada para o empoderamento e emancipação das mulheres, desconstruindo paradigmas que tornam as mulheres submissas, inviabilizando suas práticas (LOURO, 1997).

A Pedagogia Feminista parte do pressuposto de que vivemos numa sociedade marcada por desigualdades nas relações entre mulheres e homens. Nesse caso, o controle masculino sobre as mulheres é definido por relações de gênero desiguais, sendo, portanto, relações de poder, podendo na maioria das vezes subordinar e invisibilizar as mulheres e suas práticas.

As relações de gênero produzidas por este modelo patriarcal que gera desigualdades encontram suporte na discussão de classe social, surgida com o capitalismo. No entanto, uma série de transformações nas relações de gênero é introduzida pela emergência das classes, fomentada pelas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais. Além disso, o aparecimento de paradigmas, que questionam o patriarcado como categoria que situa as

mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana e a racionalidade como conceito universal, introduzindo o estudo sobre a subjetividade e a construção do psiquismo humano, como aspectos que definem a atuação de homens e mulheres em sociedade, têm proporcionado novos estudos e discussões em torno desta temática (SAFFIOTI, 2004).

Esse paradigma, resultado de uma sociedade complexa e composta de relações dialéticas, encontra suporte nos estudos de Louro (1997, p. 112-113) que em sua análise afirma:

[...] a lógica subjacente a esta proposta se assenta em alguns dualismos “clássicos”: competição/cooperação; objetividade/subjetividade; ensino/aprendizagem; hierarquia/igualdade – dualismo em que o primeiro termo representa o modelo androcêntrico de educação e o segundo termo aponta para a concepção feminista.

O modelo feminista de educação propõe um conjunto de estratégias e procedimentos que rompe com a lógica de que o saber encontra-se apenas naquele que é fonte de autoridade e transmissores únicos de conhecimento. Propõe a valorização das várias vozes, sendo o diálogo sua dinâmica problematizadora, no qual todas e todos são igualmente falantes e ouvintes, capazes de expressar diferentes saberes. As situações de aprendizagens são momentos privilegiados nos quais todos/as são levados a construir conhecimentos de forma cooperativa (LOURO, 1997). Nesta perspectiva, essas atrizes e atores sociais passam a acreditar em seus saberes, dando sentido às suas falas e aos seus desejos.

A Pedagogia Feminista pretende ser emancipatória porque possibilita a conscientização, a libertação e a transformação das/os sujeitas/os e de sua realidade. Essa proposta encontra suporte em Freire (2005, p. 78), quando afirma que:

[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores [...] mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, [...] a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível.

Além de libertadora, transformadora e dialógica, essas práticas educativas devem dar poder às mulheres de forma a permitir, tanto às práticas como às relações interpessoais, a

utilização de estratégias de “superação” do estado de submissão e de ausência do exercício do poder entre elas. Dessa forma, Louro (1997, p. 119) reforça essa idéia afirmando que:

[...] as relações sociais são sempre relações de poder e que o poder se exerce mais na forma de rede do que em um movimento indirecional, então não será possível compreender as práticas como isentas desses processos. A construção de uma prática educativa-não sexista necessariamente terá de se fazer a partir de dentro desses jogos de poder.

Nesse caso, o espaço onde vivem as “Mulheres Perseverantes” e suas práticas coletivas, torna-se o espaço político da prática do poder. Assim, as transformações produzidas partem das práticas cotidianas e das vivências dessas mulheres, possibilitando, a elas mesmas, um exercício de autocrítica.

Com essa perspectiva, faz-se necessário e importante analisar como as práticas educativas em desenvolvimento no Parque Eliane - Teresina vêm contribuindo para o exercício da cidadania e para as mudanças nas relações entre os homens e as mulheres. Desta forma, a compreensão destas práticas revelou aquelas atividades como espaço educativo de formação e elevação da auto-estima das mulheres daquela comunidade, incluindo-as nas experiências de geração de renda, bem como, permitindo o questionamento do atual modelo de gestão e produção das relações explícitas em suas práticas.

Reafirmando o pensamento de que essas práticas educativas são espaços de aprendizagens e nelas se relacionam teoria e prática, Veiga (1992, p.11) corrobora afirmando que:

[...] a prática pedagógica é uma dimensão da prática social, que pressupõe a relação teoria-prática. A prática pedagógica é, então, atividade teórico-prática, na qual está subjacente um lado ideal, teórico, idealizado, enquanto, formula anseios onde está presente a subjetividade humana, e um lado real, material, prático, objetivo. O lado teórico é representado por um conjunto de idéias constituído pelas teorias pedagógicas. O lado objetivo da prática pedagógica é constituído pelo conjunto de meios, o modo pelo qual as teorias pedagógicas são colocadas em ação.

Assim, consideramos como parte integrante dessas práticas, junto às “Mulheres Perseverantes”, o processo organizativo, a ação sistemática, a formação e capacitação para a geração de renda, a produção e comercialização dos bens produzidos coletivamente. Estes aspectos empoderam essas mulheres, tanto no que se refere à condição econômica quanto à posição frente aos homens.

Nessa perspectiva, a Educação Popular (EP) traz uma enorme contribuição para a consolidação do processo de empoderamento e emancipação dessas mulheres, haja vista que se torna um espaço de aprendizagem, constituindo-se num referencial metodológico, um modo de ser, que veio orientar os trabalhos das organizações populares, ajudando desde a construção da estratégia geral que define o tipo de intervenção, até a instrumentalização didático-pedagógica necessária para boa comunicação entre as/os educadoras/es e as/os agentes sociais/populares.

A Educação Popular, de acordo com Freire e Nogueira (1999, p. 19-20), é o “esforço de mobilização, organização popular do saber e o exercício do poder. É, ainda, capacitação científica e técnica das classes populares e tem como ponto de partida a prática política, o conhecimento do mundo feito através do mundo”.

Assim, a EP tem contribuído na mudança da histórica sócio-político e cultural do Brasil. As mudanças conseguidas até hoje, como aprovação de leis no congresso, nas câmaras e assembléias, que beneficiam as minorias, são frutos dos anseios da sociedade; as denúncias contra corrupção; a organização da sociedade civil em diversos movimentos; a luta por questões específicas, como a luta das mulheres, crianças e adolescentes, idosos; as discussões acerca da livre orientação sexual, da preservação do meio ambiente, tudo isso é resultado de anos de dedicação de militantes, ONG`s e, principalmente, dos movimentos sociais populares. Neste cenário, muda-se o jeito de viver, a linguagem, os comportamentos, os valores e, conseqüentemente, a sociedade.

Alguns estudiosos afirmam ter sido no início do século XX o surgimento da Educação Popular. Segundo Costa (2000, p. 06), a primeira experiência autônoma de educação popular no Brasil, aconteceu no contexto da industrialização com a chegada de italianos que, para manter acesos seus valores e garantir a educação dos seus filhos e filhas, criaram escolas e centros de culturas que cumpriam, também, o papel de propagação de suas idéias de organização junto aos trabalhadores/as.

Nas décadas de 1960 e 1970 surgem outras importantes experiências de Educação Popular, voltadas para a alfabetização¹⁶ de pessoas jovens e adultas, pois o analfabetismo sempre foi um dos maiores entraves para a participação social. Nesta experiência destaca-se o educador Paulo Freire, que propunha, através da alfabetização, um processo de construção de

¹⁶ Alfabetização entendida como o processo de aquisição da leitura e da escrita e como o despertar para participação crítica da realidade própria dos educandos(as), a fim de transformá-la.

um homem novo e de uma mulher nova, capazes de construir suas próprias histórias, como participantes da história de seu país.

A Igreja progressista, inspirada na Teologia da Libertação, incorporava o desafio do exercício da Educação Popular, utilizando o método Ver-Julgar-Agir. Com essa concepção, surgem no Piauí, na década de 1960, organismos de repercussão social e educacional de pensamento progressista, como: Ação social Arquidiocesana, Movimento de Educação de Base (MEB), além de organizações juvenis para leigos, com destaque para a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

Na segunda metade dos anos 1970, conforme Santos e Brito (2001, p. 33), chegaram ao Brasil missionários italianos que, após a ditadura militar, retomam os trabalhos de Educação Popular junto às CEB'S (Comunidades Eclesiais de Base), estimulando a organização das lutas sociais a partir dos bairros de maior concentração de empobrecidos. Neste período são gestadas novas práticas educativas no interior das organizações populares, a exemplo dos atos públicos, seminários, encontros, debates, cursos de formação, dentre outras.

Na década de 1980, com o processo de abertura política brasileira, surgem os movimentos sociais populares que trazem para suas agendas novas temáticas como: saúde, gênero, ecologia, raça/etnia, cultura, etc. Suas lutas e ações apresentam aspectos que vão além da relação capital-trabalho. Incorporam a possibilidade de alteração das relações entre homens e mulheres e deles(as) com a sociedade e com o meio ambiente. Esta incorporação provocou mudanças significativas entre as pessoas, entre as instituições públicas, exigindo novas posturas e comportamentos. Para Gohn (1994, p. 48) “trata-se do resgate da dignidade do ser humano, perdida sob as condições indignas de sobrevivência no meio urbano do capitalismo selvagem brasileiro”.

A partir de algumas lideranças destes movimentos de educadores/as ou assessores/as que desenvolviam tarefas de animação ou educação junto às lutas populares, estruturam-se, no Piauí, entidades de Educação Popular, hoje, conhecidas como organizações não governamentais (ONG's). Dentre elas podemos citar: o Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC (Teresina); o Centro de Assessoria ao Movimento Popular de Parnaíba – CAMP (Parnaíba); o Centro de Educação Popular Esperantinense – CEPES (Esperantina); o Centro de Educação Popular de Valença – CEPAVA, a Escola de Formação Paulo de Tarso – EFPT (Teresina).

A EP, na década de 1990, busca novas formas de se desenvolver, acompanhar e contribuir com os movimentos sociais populares para o enfrentamento dos desafios apontados pela atual realidade. Assim, no final dos anos de 1990 e início do século XXI tem início a inclusão, no contexto da Educação Popular, de temáticas como: cidadania, políticas públicas, participação popular, conselhos de gestão, orçamentos participativos, desenvolvimento local sustentável, provocando alterações na relação com o Estado e com a sociedade, exigindo maior qualificação técnica e política de seus militantes e adeptos, para propor alternativas à sociedade, bem como, a construção de um projeto popular e democrático a partir do contexto local. Para Costa (2000, p. 08), tal mudança, “exige um conhecimento acerca do programa, projeto ou política pública em execução para que não ocorra uma desqualificação no poder de barganha, despertada pela Educação Popular nos anos anteriores”.

Verificamos, portanto, mudanças de paradigma na EP. Nos primeiros anos, os objetivos estavam, predominantemente, centrados no contexto geral, na política, na estrutura da sociedade. Hoje, voltam-se, sem esquecer a perspectiva anterior, para os indivíduos – inclusão da subjetividade – sua cultura e representação. Gohn (2002) ressalta que nesse novo paradigma é necessário repensar a relação educador/a-educando/a-conteúdo e, ainda, provocar reação nos/as sujeitos/as de forma que eles(as) confrontem o recebido com o que possuem de sua experiência anterior e visão de mundo e o reelaborem. Assim, organiza-se uma nova forma de fazer educação, desenvolvida a partir dos movimentos sociais populares. São novas concepções, jeitos, instrumentos. Essa construção é uma opção político-pedagógica que busca desconstruir ideologias que durante séculos dominaram e oprimiram as classes populares.

Para Ferreira (1986), essa metodologia é a arte de dirigir o espírito na investigação de verdades. Neste sentido, a Educação Popular deverá contribuir para que os Movimentos Sociais Populares, nesta busca de verdades, encontrem novos jeitos e formas de construir uma sociedade mais justa, fraterna, solidária e igualitária.

A metodologia da Educação Popular deve fundamentar a experiência de uma prática educativa que tenha como ponto de partida a realidade e os interesses daqueles que a compõem, buscando um processo de conhecimento e instrumentação que aumente o poder de intervenção na realidade. Para Gohn (1994, p. 19), a prática da Educação Popular parte de duas questões: a educativa – cujo produto é realimentado de novos processos – e a pedagógica que são os instrumentos utilizados no processo. No entanto, compreendemos que o aspecto político da EP é o que tem dado, fortemente, sentido a sua prática cotidiana.

A EP é, portanto, uma construção histórica permanente que se dá a partir da prática dos sujeitos sociais. É um instrumento importante para construir um projeto sócio-político-cultural alternativo, baseado nas dimensões de classe, gênero, étnica/racial, ambiental, em valores libertários, solidários, fraternos, ecológicos e na reconstrução do ideário socialista para enfrentar as estruturas capitalistas. Para tanto, temos que trabalhar os aspectos objetivos e os subjetivos dos movimentos e de seus atores e atrizes e do contexto político, social, histórico e cultural em que estão inseridos.

A prática da EP encontra suporte, também, na abordagem sócio-histórica de Vygotsky. A base dessa abordagem constitui-se em explicar como se formam as características tipicamente humanas e como elas se desenvolvem em cada indivíduo. O princípio orientador da abordagem de Vygotsky (apud FONTANA; CRUZ, 1997) é a dimensão sócio-histórica do psiquismo. Este autor considera que toda função psicológica se desenvolve em dois planos: primeiro, na relação entre indivíduos e, segundo, no próprio indivíduo. O processo de desenvolvimento vai do social para o individual, ou seja, as nossas maneiras de pensar, sentir e agir são resultados da apropriação de formas culturais de ação e pensamentos contextuais.

Fontana e Cruz (1997, p. 57), ao explicitar uma idéia de Vygotsky, esclarecem que, desde o nascimento, a criança está em constante interação com o adulto. Neste processo interativo, as reações naturais – herdadas biologicamente – entrelaçam-se aos processos culturalmente organizados e vão se transformando em modos de ação, de relação e de representação das características humanas. A apropriação dos instrumentos e dos signos pelo indivíduo ocorre sempre na interação com o/a outro/a. É na sua relação com o/a outro/a que o indivíduo vai se apropriando das significações socialmente construídas. É o grupo social que, por meio da linguagem e das significações, possibilita o acesso a formas culturais de perceber e estruturar a realidade.

Pensando dessa forma é subjacente que, no processo formativo dos atores e atrizes sociais, sejam trabalhados aspectos da subjetividade para reacender sonhos, utopias, significados, na perspectivas da equidade e da solidariedade; capacitá-los nas políticas públicas, ou seja, organizar politicamente os movimentos para a mobilização social, as negociações, a construção de alianças e o sentido estratégico da participação. É estratégico, também, construir alianças com os meios de comunicação alternativos e formais para obter visibilidade para as conquistas que vão sendo obtidas.

Neste contexto, a Educação Popular deve ser pensada enquanto processo articulado a uma definição estratégica de intervenção política pedagógica que lhe dê sentido e alcance

ético e ideológico. Deve partir de uma leitura crítica da realidade, da construção coletiva do conhecimento, identificando a necessidade do grupo e construindo um diagnóstico do contexto onde vai ser desenvolvida a ação. A ação deve ser planejada, monitorada, sistematizada e avaliada constantemente.

A partir deste pressuposto, o/a educador/a popular deve trabalhar com os grupos a construção de suas identidades e suas expressões políticas; desenvolver sentido crítico em relação ao Estado, à cultura e suas expressões, desenvolvendo a EP nos processos de lutas dos movimentos e no cotidiano de vida do povo. Deve, ainda, formar para a autonomia e para o desenvolvimento da democracia e auto-confiança. O processo também avaliativo deverá ser permanente.

Nesse caso, algumas técnicas facilitam e norteiam a prática da educação popular, potencializando os/as sujeitos/as envolvidos/as:

ESTRATÉGIAS	VANTAGENS	POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO
Sistematização de experiências	- retoma as aprendizagens de práticas históricas, contribuindo para descobrir os elementos que constituem a identidade coletiva e aquilo que contribui para a constituição dos sujeitos históricos.	- deve ser utilizada no final ou durante estudos e atividades. - é necessário ser acompanhada para ser sempre reelaborada, aperfeiçoando-se o hábito da escrita.
Pesquisa/projeto	- oportuniza ao educando a busca da elaboração, da pesquisa, do conhecimento; - contato com diferentes fontes de pesquisa; - possibilita o contato direto com o objeto de estudo do início ao fim;	- pode ser aplicado em todos os níveis; - é necessário ser bem orientado e acompanhado;
Simulação	- possibilita dar uma introdução ao eixo temático, levando os educando a refletirem, comparar seus conhecimentos com os já elaborados e encontrar soluções para as problematizações;	- deve ser trabalhado a partir da idéia da construção do conhecimento;
Estudo de texto	- possibilita o acesso a diferentes tipos de texto; - possibilita o contato com outras visões; - ajuda a interpretar;	- pode ser utilizado em diferentes estudos; É necessário apenas ver o nível da turma para escolher o melhor texto;

	- faz o educando realizar comparações;	
Estudo dirigido	- possibilita uma troca – texto/questões, elaboração/reflexão;	- devem ser aplicados para desenvolver o hábito de leitura e não como obrigação ou sondagem de aprendizagem;
Linha do tempo	- permite uma volta histórica ao tempo; - possibilita uma visão geral da caminhada para poder analisá-la como processo;	- pode ser utilizada para trabalhar com qualquer grupo; - é uma forma de elaboração coletiva do conhecimento;
Mística	- através da simbologia permite-se envolver os/as participante, fortalecendo os laços que une o movimento, as pessoas; - despertar a sensibilidade para a temática a ser trabalhada;	- é utilizada em qualquer tipo de atividade, sempre no início, meio ou fim.

Quadro 01 – Demonstrativo de técnicas utilizadas na Educação Popular

Fonte: Santos (2002, p. 09).

Entendendo educação como um processo histórico, amplo, contínuo e coletivo, que acontece no cotidiano da vida dos indivíduos, podemos considerar que a prática dos Movimentos Sociais Populares têm implementado uma nova forma de educação, denominada de educação popular. Temos como exemplo o MST, a FAMCC, entidades como a Escola de Formação Quilombo dos Palmares, o MEB - Movimento de Educação de Base, dentre outros. Essa nova prática pedagógica se dá em momentos formais, como seminários, debates, cursos, oficinas assim como nos momentos de embates e conflitos em manifestações, ocupações, passeatas, shows culturais, participações institucionais.

A Educação Popular deve ser dirigida e construída juntamente com as classes populares. É um ato político e de compromisso com a transformação da realidade. O/a educando/a deve tornar-se sujeito de seu processo histórico, relacionando teoria à prática. O/a Educador/a mediará a relação entre a prática política, a prática teórica e a prática formativa. O/a educador/a não poderá ser neutro e deverá ter um engajamento social e político, de forma que possa dar qualidade ao seu trabalho formativo.

Na perspectiva de gênero, Oliveira (2007, p. 128) “afirma que o trabalho educativo implica, portanto, em reconhecer as assimetrias de poder entre mulheres e homens na sociedade, no cotidiano e em todas as dimensões da vida. “Assim, a prática educativa orientada por tal perspectiva corrobora para o alcance do empoderamento, de democracia, autonomia e liberdade das mulheres e, conseqüentemente, para a justiça social”.

Nesse sentido, temos um grande desafio, como educadora/o popular, contribuir para a construção de uma nova sociedade, como parte instituinte desse processo. Para Gohn (2002), o processo de formação dos indivíduos deve ter quatro objetivos estratégicos: o **ser**, que se refere às competências individuais; o **conhecer**, que diz respeito ao desenvolvimento de competências para saber o que conhecer; o **conviver**, que está na esfera interpessoal, na dimensão da sociabilidade dos indivíduos, no plano das relações que ele desenvolve com o/a outro/a, com as pessoas, com a cidade, com a nação; e o **fazer**, que se relaciona às competências produtivas, habilidades básicas, específicas e de gestão.

Esta autora destaca, ainda, a necessidade de que a metodologia da EP tenha mão dupla em direção ao indivíduo e à estrutura da sociedade. Sobre isto, Paulo Freire (1980, p. 28) esclarece que “A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica a utopia. Quanto mais conscientizados(as) nos tornamos, mais capacitados estamos para sermos anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso que assumimos”.

Nesta perspectiva, trabalhar esse novo jeito de educação é um desafio prazeroso, pois, leva-nos a identificar-nos com a possibilidade de nos relacionarmos com novos sujeitos sociais, capazes de nos desafiar ao contínuo aprender e ensinar, lendo e relendo o mundo e as pessoas com novo olhar. É o que oportuniza o trabalho com as mulheres do Parque Eliane, pois, reafirma que é através da organização, do respeito às diferenças e dos processos educativos críticos e reflexivos que construímos novas possibilidades de ver a vida com outro olhar. Nisso consiste o nosso compromisso com a Educação Popular. Esse modo de ser, também anima-nos para continuarmos contribuindo com a construção de uma nova sociedade.

Desse modo, de acordo com a concepção da Pedagogia Feminista e baseada nos princípios da Educação Popular, podemos introduzir as/os sujeitas/os numa nova prática social, sendo necessário, portanto, práticas cotidianas que envolvam processos de empoderamento e de emancipação.

Com esse entendimento é imprescindível que se compreenda o que significa empoderamento, buscando refletir sobre os seus múltiplos sentidos e conseqüências para um projeto de intervenção. Empoderamento origina-se da palavra inglesa “*empowerment*” que, de acordo com Laverack e Labonte (apud BECKER, et al, 2004, p. 657), pode ser definido como:

[...] o meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; ou como as mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder, por exemplo, nas relações com quem detém recursos, legitimidade, autoridade e/ou influência.

Complementando essa idéia, Vasconcelos (apud BECKER, et al, 2004, p. 657), conceitua “*empowerment*” afirmando que “significa o aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, especialmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social”. Ainda, segundo o autor, um dos aspectos fundamentais do *empowerment* diz respeito às possibilidades de que a ação local fomente a formação de alianças políticas capazes de ampliar o debate da opressão no sentido de contextualizá-la e favorecer a sua compreensão como fenômeno histórico, estrutural e político. O trabalho comunitário, que busca o *empowerment*, contribui para o surgimento de um tecido social fortalecido pelas interações que promovem, evidenciadas pelo caráter dialético e contraditório presente em todas as relações sociais e que, essencialmente, confere poder ao sujeito social envolvido.

O “*empowerment*” é um conceito complexo, apresentando diversas maneiras de interpretação. Para conceituá-lo, alguns autores utilizam-se de noções de distintos campos do conhecimento. É uma idéia que tem raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da “ação social”, presentes nas sociedades dos países desenvolvidos, na segunda metade do século XX. Nos anos 1970, este conceito é influenciado pelos movimentos de auto-ajuda e, nos anos da década de 1980, pela psicologia comunitária. Na década de 90 recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais, a prática médica, a educação em saúde e o ambiente físico.

Essa dificuldade de conceituação está refletida no modo com que esta categoria vem sendo traduzida em textos nos idiomas português e espanhol: para alguns é sinônimo de “empoderamento”, “apoderamento” e, para outros/as, de “*emancipación*”. Significados distintos, uma vez que “apoderar” é sinônimo de dar posse, “domínio de”, “apossar-se”, “assenhorear-se”, “dominar”, “conquistar”, “tomar posse”. São definições que diferem do verbo “emancipar”, que significa, por sua vez, “tornar livre, independente”. A inexistência do termo “empoderamento” na língua portuguesa e a diversidade de sentidos do termo “apoderamento”, ilustram a dificuldade de realizar a tradução fidedigna de “*empowerment*” para o nosso idioma (CARVALHO, 2004).

No trabalho desenvolvido junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” utilizamos a palavra empoderamento para designar a passagem de um estágio de submissão e auto-estima baixa para um estágio no qual as mulheres, mediante o processo de organização,

da geração de renda e discussões sobre as relações de gênero, pudessem sentir-se capazes de mudar suas vidas através da conquista de sua autonomia pessoal, na relação com a família, contribuindo para a transformação do contexto em que estão inseridas, no caso, o Parque Eliane e nesse processo, ir conquistando sua emancipação.

3.1.1 A dimensão político-organizativa da ação das mulheres da APMP

A experiência de organização do território Parque Eliane, aconteceu desde sua ocupação, em 2001 e vem demonstrando, de várias formas, como as mulheres têm alcançado seu empoderamento por intermédio da organização política e da busca da melhoria da qualidade de vida. Para estarem, hoje, residindo neste espaço, homens e mulheres começaram juntos/as, uma luta pelo direito de ter onde morar. Assim, surgiram durante esse processo, 02 (duas) Associações de Moradores/as na comunidade, o grupo de “Mulheres Perseverantes”, um grupo de jovens vinculados à igreja católica e até outros que pouco conhecemos.

No entanto, destacaremos a trajetória do grupo de “Mulheres Perseverantes”, hoje denominado Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”. Em 2004, após perceberem que não mais receberiam a cesta básica do Programa Doação à Distância, coordenado pela Fundação “Viver com Dignidade”, cerca de 12 mulheres se juntaram e começaram, observando suas próprias necessidades, a produzir panos de prato. Passados quatro anos, as mulheres sentem-se orgulhosas por pertencerem a uma Associação que elas viram nascer. A Associação é composta por 20 integrantes. Tem como objetivo organizar as mulheres em torno de projetos de geração de renda para juntas se desenvolverem, fazendo crescer a comunidade e a si mesmas.

O processo de organização da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” se deu a partir da organização de oficinas de capacitação para geração de renda. Nesse percurso, o nível de organização das mulheres e as exigências institucionais fizeram surgir a necessidade da criação de uma associação. Desse modo, as mulheres demonstraram-se felizes com mais esse passo dado na caminhada.

Foi, portanto, através da organização do espaço onde hoje moram, da organização política e social que as “Mulheres Perseverantes” transformaram suas vidas e o seu cotidiano, reconhecendo-se como mulheres trabalhadoras. Oliveira (2007, p. 78), ao se referir a essa questão assevera que:

[...] é na vivência da organização [...], das relações de trabalho, de produção e geração de renda, bem como na convivência com outros sujeitos sociais, dentro e fora do espaço territorial, e da apropriação dos seus direitos que estas mulheres vão se reconhecendo nas suas múltiplas identidades (de mulher, de mãe/avó, de trabalhadora – produtora).

Esta organização ocorre dentro de cenários marcado pela lógica da dominação masculina. No entanto, os processos que permitem o acesso da mulher ao campo político se configuram como possibilidade de construção de empoderamento, autonomia e da liberdade, aspectos intrínsecos para a ruptura das desigualdades de gênero e a concretização da transformação da vida das mulheres (OLIVEIRA, 2007). Essas condições transformam as mulheres em sujeitas políticas de sua própria história. Fischer (2006, p. 54), ao analisar essa questão, afirma que:

[...] se por um lado, a ocupação do campo político pela mulher se faz em conformidade com as estratégias de dominação masculina, por outro, abre espaços de afirmação que a transformam em sujeito político. Nas relações de poder estabelecidas no contexto do partido político, da organização sindical ou do movimento social organizado, emerge uma nova maneira de ser e de fazer política, uma prática integradora e inovadora que pode produzir efeitos de emancipação sobre o modelo político. Ou seja, a participação política da mulher no espaço coletivo pode contribuir para criar uma nova hegemonia na relação de gênero, na medida em que ela se torna sujeita de sua própria história.

Nesta perspectiva, o trabalho desenvolvido neste espaço de aprendizagem representa uma possibilidade de construção de novos cenários, tendo as mulheres como protagonistas de todo o processo.

3.1.1.1 As aprendizagens relacionadas à atuação político-organizativa e a noção da dimensão coletiva

Durante o desenvolvimento da observação participante percebemos que as práticas educativas (oficinas, encontros de estudos, encontro para produção, a comercialização, as feiras, os intercâmbios e os momentos da vida cotidiana relacionados a essas práticas) proporcionaram distintas aprendizagens às mulheres, demonstrando empoderamento e sentimento de pertencimento a um território. Essas aprendizagens têm contribuído para que as mulheres se organizem e sintam-se incluídas em sua própria comunidade.

Assim, pudemos observar que as respostas relacionadas à atuação político-organizativa expressam que as mulheres pensam sua atuação para além da Associação. Ao

discorrerem sobre a atuação político-organizativa, elas evidenciam que se sentem mais dignas e, por perceberem-se assim, sentem-se incluídas na sociedade, o que se reflete em um compromisso maior com a comunidade, com o bairro e, também, com direito de votar para escolher o presidente da Associação de Moradores/as. Desse modo, as mulheres MP04, MP10 e MP8, respectivamente, expressam sentimentos que demonstram uma vontade de atuarem para além da Associação:

[...] me sinto uma pessoa mais digna, incluída dentro da sociedade... e lutar pelo desenvolvimento da minha comunidade (Questionário).

[...] mas também é uma maneira de ajudar o próximo. Somos um grupo organizado bem antes dos cursos. Somos um grupo e depois uma empresa (Diário de um percurso - 23/08/2007).

Ao discorrerem sobre a atuação na Associação, as mulheres afirmam que melhoraram a auto-estima, passaram a acreditar que sozinhas não conseguem gerar renda e não crescem tanto como pessoas como quanto organizadas em grupo e que este coletivo resultou num espaço de trocas de saberes e aprendizagens. Esta compreensão demonstra fortes sinais de empoderamento como expressam as falas a seguir:

Estou com auto-estima elevada. No início o grupo se dividiu em dupla para confeccionar as redes. Um produzia a lona, outra os punhos e outra a varanda. Agora elas vão fazendo e colocando no grupo e vão formando as redes coletivamente. (MP08. Diário de um percurso - 23/08/2007).

Estou com 3 anos. Já me acostumei com as mulheres que saíram, senti a falta delas e já me acostumei com as que ficaram. Este grupo tem futuro, já é minha família. Sou aposentada e preciso de mais renda. As outras mulheres, as avós também precisam de renda. (MP10. Diário de um percurso - 23/08/2007).

Aí também eu acho que ele nunca deveria ficar com poucas mulheres sempre crescendo mais. Às vezes eu conheço uma pessoa eu chamo pra entrar, às vezes as meninas querem desistir. A [...] mesmo aí às vezes ela quer desistir e eu digo: Oh! [...] desistir não. Porque é uma coisa que ela desistir parece que assim fica vago. Então fica vago. Aquele lugarzinho ali fica vago. Vai chegar outra pessoa pra preencher, né? E gostei agora da [...] participando, porque ela tava só na bijuteria (rs,rs). Não se integrava muito com a gente. (MP12. Diário de um percurso - 23/08/2007).

[...] nós estamos querendo aprender mais, estamos precisando, tá entendendo? Então nós vamos sorrir de alegria. Eu sei que não é só eu que está gostando. Todas nós estamos gostando e vamos sorrir maravilhadas porque é um esforço que tá levantando. (MP11. Diário de um percurso - 09/01/2008).

[...] pra mim é uma forma de se sentir mais digna, de a gente poder ir reivindicar e ser reconhecida em qualquer lugar ou aqui no Estado ou fora do Brasil, como diz aí no estatuto – internacional – Então pra nós isso é muito gratificante, nós daqui do Parque Eliane tá sendo reconhecida com o nosso trabalho, nosso esforço e que isso não acabe. É claro que não vai

acabar nunca, vai se perseverar por quanto existir gerações e gerações esse grupo vai existir e é isso. Que ele se fortaleça a cada dia. (MP04. Diário de um percurso - 09/01/2008).

O aspecto da dimensão coletiva da atuação das mulheres foi percebido também como aprendizagem, quando da mudança do grupo para Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, pois, ao aprovarem os Estatutos, ficou simbolizado o quanto isso representava uma passagem que significou o reconhecimento do trabalho e do esforço que cada mulher dispensava para mudar de vida, conforme demonstrado em duas falas:

Pra mim significa muito coisa. Sabe por quê? Porque nós já batalhamos muito. Então agora, é a primeira coisa que tá representando o nosso esforço. É isso que tá acontecendo com a gente. No dia que nós pegamos o estatuto e dizer, está aprovado, hoje nós somos uma Associação, nós somos uma Associação de Produção do Parque Eliane, a gente já vai trabalhar com mais força, com mais garra pra mostrar o trabalho e o que a gente sabe e aprender mais (MP11. Diário de um percurso - 09/01/2008).

Nós já existimos há 03 anos e precisamos ser reconhecidas. Não temos retorno imediato, mas temos prazer no que fazemos. Queremos ser reconhecidas pelo nosso trabalho. [...] É um passo muito importante na nossa caminhada. Isso prova que nós evoluímos bastante e que nós estamos mais confiantes no nosso trabalho (MP04. Diário de um percurso - 09/01/2008).

Já temos conhecimento, já estamos organizadas, já produzimos. Queremos ser reconhecidas, ter o nosso grupo reconhecido. A aprovação do estatuto pra mim é muito importante porque é mais segurança pro nosso grupo, é mais compromisso e responsabilidade pra cada membro que nele existe. É uma maneira de fortalecimento pra nós, pra nós ter cartão aberto pra entrada e saída em qualquer lugar e também a gente não vai mais se sentir insegura, a gente vai ter mais confiança no nosso trabalho, a gente vai ter mais responsabilidade nesse grupo pequeno que está sendo construído aqui. Se nosso estatuto for valer durante dois ou três anos, durante esses dois ou três anos nós vamos cumprir com as nossos obrigações como membro desse grupo. Com a mesma responsabilidade que nós tivemos na hora de criar esse grupo e também que nós tivemos quando tomamos a atitude de registrar o nosso grupo de mulheres perseverantes (MP10. Diário de um percurso - 09/01/2008).

O grupo tem que se fortalecer para fazer coisas pro bairro. As Associações só fazem brigar. [...] Nós queremos nos fortalecer para votar, escolher o/a presidente da nossa comunidade (Diário de um percurso - 02/12/2007).

A atuação político-organizativa também é marcada pela mudança na vida cotidiana das “Mulheres Perseverantes”, pois, a partir do desejo de mudar de vida, organizaram-se em uma associação, estabeleceram um horário de trabalho, de cuidado das/os filhas/os e da casa. Essa distribuição de ocupação inclui a articulação com outros agentes e instituições públicas, a participação em feiras, reuniões e, ainda, em cerimônias religiosas já que a maioria delas está envolvida e/ou organizam missas, festejos, batizados, casamentos e outros eventos de caráter religioso e festivo. Reforçando a idéia de que é na vida cotidiana que nos

empenhamos, mesmo de forma diferente entre mulheres e homens, para construir vínculos e interações, Oliveira (2007, p. 104) faz a seguinte reflexão:

[...] a vida cotidiana faz parte da integralidade dos seres humanos, embora vivenciados por diferentes sujeitos, de distintas maneiras e em contextos diversos. [...] mesclam-se o sonhos, a realidade e a capacidade de transformar as condições precárias de suas vidas, de suas famílias e da comunidade onde vivem. Essa mistura é caracterizada pelo tempo do fazer e de se fazer, sendo e aprendendo, seja através dos esforços e empenho de cada uma, seja na troca de experiências, saberes e habilidades, no espaço coletivo do grupo e na interação com outros sujeitos sociais.

Assim, entendemos que o processo de empoderamento destas mulheres vem impulsionando a organização coletiva e o enfrentamento das dificuldades, principalmente, no que se refere ao entendimento de sua participação política para além da Associação de Produção, como para a necessidade de organização de suas atividades para garantir o aumento da comercialização dos produtos confeccionados por elas e, conseqüentemente, para o aumento da renda familiar, contribuindo significativamente para melhoria da qualidade de vida, assim como das relações familiares. Sem esse entendimento, as mudanças não seriam possíveis, pois, por mais incentivo e oportunidades que essas mulheres tivessem, era preciso que elas se sentissem mobilizadas para que as mudanças acontecessem. Essa energia existe em cada mulher, tornando-as “Mulheres Perseverantes”.

3.1.1.2 As aprendizagens e a importância da participação

Outro aspecto que caracteriza aprendizagens na dimensão coletiva da atuação e empoderamento das mulheres diz respeito à importância que cada uma dá à sua participação na Associação.

Ao discorrerem sobre a importância de sua participação, as mulheres afirmam que sua participação é importante e demonstram ter atuação ativa para contribuir com o crescimento da Associação e suscitar outros agentes comunitários a desenvolverem outros projetos, a exemplo dos maridos. Isto nos leva a inferir que as mulheres já possuem compreensão da importância de sua participação, além de perceberem que precisam ter maior inserção no bairro e atuação expressiva para que sua participação seja importante e sua contribuição possibilite o crescimento da Associação de Mulheres. Reiterando essa afirmação, a MP04 relata “minha participação é importante dentro do grupo, eu me acho participativa dentro e luto pelo crescimento do mesmo”; [...] “porque faço a minha parte, faço o melhor que posso

para que minha participação seja importante” (MP07); [...] “porque sou mais uma para fortalecer o nosso grupo e conseguir mais conhecimento na busca do melhor para nossa comunidade” (MP10).

Nesse caso, em análise, a participação das mulheres acontece quando estão integradas nos grupos de produção de rede, panos de prato, bijuterias, confecção e, ainda, na direção da Associação. A MP05 diz “eu contribuo com o que sei com as outras e aprendo com elas também”. [...] “porque eu contribuo muito e gosto de ficar no grupo” (MP08). Oliveira (2007, p. 89) reforça essa idéia afirmando que:

Historicamente, os grupos de mulheres são espaços privilegiados para que as mesmas possam expressar sentimentos e emoções (medos, desejos, dores), valores, idéias, assim como falar dos problemas enfrentados na vida cotidiana e realimentar sua auto-estima. Também é nele e a partir dele onde se reconstruem e se recriam novas formas de se relacionar consigo mesma, com os outros e com o mundo, respeitando suas diferenças e superando limites.

No que se refere à gestão da Associação, as mulheres se dividem em cargos e funções nos quais cada uma é responsável por uma atividade de coordenação, finanças, secretaria, comercialização e produção, comunicação e, ainda, pelos cuidados com a Casa das Mulheres e a Casa de “Artes e Culturas”¹⁷. A Associação é organizada em cargos de coordenadora geral, vice-coordenadora, 1ª secretária, 2ª secretária, 1ª tesoureira e 2ª tesoureira. A Assembléia Geral é o órgão máximo de deliberação e todas têm o direito de votar e ser votada, participando de todas as decisões, como afirma a MP10 “o nosso grupo já nasceu assim, tomando decisão conjuntamente. Foi levantado o que sabíamos fazer e depois foi escolhido os panos de prato” (Diário de um percurso -16/02/2008).

Tanto nos grupos de produção como na direção da Associação as mulheres participam ativamente, sendo que 15 mulheres são as que mais freqüentam e se tornaram, também, integrantes desse processo de pesquisa-ação. Percebemos que as mulheres têm uma participação considerada satisfatória, pois, conseguem ter voz expressiva em todas as decisões, debates e encaminhamentos das demandas, dos conflitos e resolução das situações problemas apresentados no processo.

Isto possibilitou inferirmos que as mulheres envolvidas nesse processo de pesquisa-ação possuem grande sentimento de cidadania, pois, as práticas educativas nas quais estão

¹⁷ As mulheres estabeleceram uma escala semanal de cuidados que dividia o grupão em grupos de duas pessoas para fazer o lanche das crianças e a limpeza das duas casas.

envolvidas despertaram nelas o desejo de organizarem-se e de participarem dos outros grupos existentes na comunidade, como é o caso a Associação de Moradores que trata de questões direcionadas à comunidade de modo geral. Foi possível inferir, também, que a atuação política organizativa das mulheres fez surgir a consciência de si e a conscientização política que as fizeram pensar num envolvimento maior, de forma que essa participação contribua para o desenvolvimento da comunidade, do espaço onde vivem. Constatamos, então, que as práticas educativas desenvolvidas, no contexto da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, têm sido um espaço educativo de construção do empoderamento e fortalecimento de relações e da organização social das mulheres.

O modo de participação das mulheres é um ato político recheado de atitudes que incorporara interesses, disposição, coragem e vontade de mudar. Refletindo sobre esse aspecto, Rúa e Abramovay (2000, p. 255) destacam que sob a perspectiva de gênero:

[...] participar expressa a busca de autonomia e pode envolver tanto posições de enfrentamento, como de colaboração e composição de interesses. Ou seja, a participação é sempre, de natureza política. Mas o envolvimento com os processos coletivos [...] pode ser afetado por vários outros fatores, não somente políticos, mas também atitudinais, além de incorporar interesses, oportunidades e disponibilidades, e as diversas configurações organizacionais assumidas pelo ambiente onde a participação se realiza.

Esse processo de participação em que as mulheres estão inseridas apresenta fatores atitudinais significativos, que as deixam, na maioria das vezes, impedidas ou com restrições de participação devido às atitudes dos maridos/companheiros das MP. O olhar ou o que pensam os homens passa a ter um valor, seja pelo consentimento da participação, seja pela compreensão colaborativa que alguns homens apresentam na relação com a Casa das Mulheres e com a Casa de “Artes e Culturas”, e, ainda, na relação de amizade com os outros homens maridos das outras mulheres. Assim as mulheres refletem sobre essa questão:

Mesmo pobres mais eles não querem assumir as necessidades que tem. E aí, tem homem que tem aquelas besteiras de não querer que a mulher por algum motivo por pequeno que seja ele achar que a mulher não deve participar. [...] Não tinha que ter outra pessoa que dissesse não por mim, porque ele não tá lá convivendo com a gente, quem tá convivendo somos nós mesmas. [...] Teve também a [...] que é uma menina que faz crochê e borda muito bem, ponto cruz, trabalha bem e trabalha ligeiro. Porque a ela não está aqui? Porque o marido dela começou lá com umas besteiras, ela vinha pra cá e ai gente se juntava e ele achava que a gente ia desviar a [...], fosse fazer alguma coisa errada porque convivia com nós. Ele passava vigiando pra ver se tinha alguém diferente. Até que um dia tive uma conversa com ele. Olha se você não tá fazendo nada, se você quiser acompanhar você é convidado a acompanhar porque no nosso grupo também tem lugar para os maridos das nossas colegas. Agora não vale

a pena ir só um e os outros ficam pensando mal. A [...] também teve problema com o marido. Por causa das dificuldades juntou uma coisa com a outra e ele exigiu muito dela e ela ficou, acho quase perdida. Mas nesta história ficou indecisa não sabia se ia ou se ficava. Um dia chamei ela pra conversar, chamei e lavei uma roupa bem lavadinha. E depois eu sei que ele foi falar pra ela completamente diferente, mas tudo que eu joguei nessa história foi pra ver se ele entendia como é que o grupo caminha. Mais aí ele contou pra ela uma coisa diferente, de uma maneira diferente, mais mesmo assim eu não fui atrás não[...] (MP10. Diário de um percurso - 29/10/2007).

Percebemos, assim, que as mulheres desejam que os homens estejam presentes e fazendo parte do crescimento que cada uma vem demonstrando. Elas sempre ressaltam a necessidade de desenvolver um trabalho com os homens, tentam estabelecer uma escala, também, de cuidados com a Casa de “Artes e Culturas” para eles. Constatamos, então, que esse interesse demonstrado pelas mulheres confirma a idéia de que sem o envolvimento dos homens não construiremos novas relações de gênero.

3.1.2 A dimensão da incorporação da economia solidária na experiência das mulheres da APMP

A sociedade capitalista, na qual estamos inseridas/os, tem gerado sérios problemas para a humanidade, especialmente, para as pessoas que residem nos países periféricos, assim considerados pelas maiores potências capitalistas. Dessa forma, a crise no mundo do trabalho provocada pela precarização das relações de trabalho e pela mundialização do capital, conseqüentemente, tem aumentado o número de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. Pobreza não só econômica, mas de afeto, de proteção, de participação, de liberdade, de autonomia, aspectos que dão o verdadeiro sentido à vida.

De acordo com o relatório do PNUD (1997), o conceito de pobreza humana diz respeito à negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano como falta de educação elementar, dos meios materiais, exclusão e falta de liberdade e dignidade que é medida pelo índice de pobreza. O Índice de Pobreza Humana (IPH) mede as carências quanto ao desenvolvimento humano básico. Essa linha de pobreza tem valores distintos para as economias do primeiro mundo e para aquelas do terceiro mundo. Para o primeiro mundo, uma pessoa é identificada como pobre quando a linha de pobreza é estabelecida em U\$ 1 (um dólar) norte-americano por dia e baseia-se no consumo de bens e serviços. É sugerida para a América Latina e Caribe uma linha de pobreza de U\$ 2 (dois dólares) norte-americanos por dia. Para a Europa do Leste e repúblicas da antiga União Soviética tem sido usada uma linha de pobreza de U\$ 4 (quatro dólares) norte-americanos por

dia. Para a comparação entre países industrializados tem sido usada uma linha de pobreza correspondente à dos Estados Unidos, que é de U\$ 14 (quatorze dólares) por pessoa correspondente a um dia.

Os países em desenvolvimento que estabeleceram linhas de pobreza nacionais utilizaram, geralmente, o método da "pobreza alimentar". Estas linhas indicam insuficiência de recursos econômicos para satisfazer as necessidades básicas mínimas de alimentação. Nos países industrializados, as linhas de pobreza nacionais são utilizadas para medir a pobreza relativa. Assim, esclaremos que uma pessoa ou uma família é pobre, ou socialmente excluída, se ela não tiver acesso a serviços essenciais (água potável, saneamento, coleta sistemática de lixo, educação) e não dispuser de renda monetária minimamente essencial para fazer face às demandas familiares que lhes são corriqueiras.

Essa situação tem permitido, de acordo com Tiriba (2001, p. 24), dividir a sociedade em 03 (três) camadas, uma composta pelas camadas sociais em ascensão e com poder de consumo; outra precariamente incluída e satisfazendo suas necessidades básicas de forma parcial; e outra excluída (desempregados/as, subempregados/as e aqueles que tentam sobreviver do trabalho por conta própria).

É, então, sobre essa camada excluída, que direcionaremos nossos olhares a partir da experiência do empoderamento de mulheres desenvolvido no contexto de produção de alternativas de sobrevivência e de construção de uma economia que parte das necessidades básicas, todavia vislumbra a autonomia, a organização e uma vida digna.

Diante desta realidade não é novo o fato de que as pessoas inovam em suas estratégias econômicas para produzir sua própria sobrevivência. O que se apresenta como inovação na nova ordem mundial é o fato de que o trabalho assalariado vem perdendo sua centralidade nas relações capital e trabalho. É, pois, a partir desse fato que as mulheres e homens começam a desenvolver as Pedagogia(s) da Produção Associada, mesmo que em alguns casos reproduzindo a “pedagogia da fábrica” (TIRIBA, 2001). Para esta mesma autora, não basta medir o grau de inserção destas atividades no mercado. É necessário:

[...] perceber os setores populares como sujeitos da produção social da vida humana e, ao mesmo tempo, contribuir para que seus empreendimentos se constituam em *locus* de criação e recriação de relações econômicas e sociais que contemplem as necessidades da grande maioria da população – hoje excluída, inclusive, do direito à manutenção da própria vida (TIRIBA, 2001, p. 27).

Se, por um lado, esses processos de empreendedorismo podem satisfazer as necessidades de sobrevivência, por outro, possibilitam, aos sujeitos envolvidos, a criação de uma economia que tenta ser alternativa à lógica excludente, pois, está permeada pela solidariedade, pela cooperação e, acima de tudo, por motivações que refletem valores e concepções sobre a vida, o mundo e sobre as pessoas, aspectos que estão fora das engrenagens capitalistas. Nesse sentido, a integração entre a dimensão econômica e a educativa desse processo é fundamental para que tanto as questões objetivas quanto as subjetivas sejam satisfeitas.

Outra questão relevante é que, no contexto de precarização do trabalho, na relação com os homens, as mulheres têm sido as que mais sofrem. Mesmo sendo as mais escolarizadas, as mulheres têm ficado fora do mercado de trabalho ou, na maioria das vezes, ganhando menos do que os homens. Continuam ganhando cerca de 35% a menos que os homens no país, segundo uma pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 2008).

Nas camadas populares, as mulheres passam a desenvolver atividades autônomas, caracterizadas pela produção artesanal e/ou semi-industrial. Como autônomas, no Brasil, as mulheres exercem, principalmente, as funções de costureiras, rendeiras, faxineiras. Esse tipo de opção acontece, na maioria das vezes, porque esse trabalho, além de contribuir para o aumento da renda familiar, é conciliado com os cuidados da casa e dos filhos/as, cuidados esses culturalmente destinados às mulheres.

Essa realidade tem possibilitado, também, o surgimento de grupos que inovam no modo de gestão e produção de economias, gerando renda e possibilidades de autonomia e elevação da auto-estima. Esses grupos, associações ou cooperativas pautam-se por princípios da economia solidária que, na visão de Paul Singer (2005, p.19), desenvolvem a prática da democracia na tomada de decisão, todos/as possuem os mesmos direitos de decisão, exigindo uma reeducação para a solidariedade e o companheirismo. Desses empreendimentos participam cerca de 1,5 milhão de trabalhadores e trabalhadoras urbanas e rurais. Destes, 45% está distribuído, segundo pesquisa feita pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, nos 09 Estados do Nordeste e 23% na Região Sul.

Para fortalecimento dessas iniciativas é imprescindível que sejam realizados acompanhamentos, formação e capacitação técnicas específicas para que mulheres e homens das camadas populares se fortaleçam e cresçam, gerando alternativas, tanto econômicas como de vida digna.

Na experiência em análise, o processo de organização, formação e capacitação técnica possibilitou aprendizagens que vão desde habilidades profissionais até aprendizagens relacionais.

3.1.2.1 As aprendizagens relacionadas às atividades profissionais e sua dimensão coletiva

No que se refere às aprendizagens relacionadas à atividade profissional, proporcionadas pelas práticas educativas, pudemos observar que as respostas estavam relacionadas ao que aprenderam, às responsabilidades aprendidas e ao tipo de atividade aprendida. Estes dados nos revelam o quanto as práticas, desenvolvidas neste contexto, foram importantes para aquelas mulheres, seja por proporcionarem oportunidades de aperfeiçoamento, seja por proporcionarem-lhes mais responsabilidades e compromissos, ao estabelecer um horário de trabalho, seja pelo fato de oferecer uma atividade profissional, ou por ser um espaço de reconhecimento do esforço e do trabalho de cada mulher para gerar renda e contribuir para a mudança de sua vida e de sua família.

Ao discorrerem sobre as aprendizagens profissionais, as mulheres evidenciaram estar vivenciando experiências que as identificam como artesãs, porque essas novas práticas lhes trouxeram novas aprendizagens ou aperfeiçoamento das habilidades já adquiridas. Constatamos, também, que as mulheres consideram o espaço da aprendizagem como um espaço de reconhecimento individual e coletivo.

Nesse sentido, é possível inferir que essas aprendizagens estão proporcionando às mulheres oportunidade de qualificação e, como conseqüência, uma atividade profissional. As aprendizagens reconhecidas pelas mulheres nos mostram que faltam a elas tanto trabalho quanto qualificação para as que já possuem alguma habilidade profissional. Assim, essas oportunidades referem-se tanto ao aperfeiçoamento como à aquisição de novas técnicas e aptidões. Esta constatação confirma o fato de que às mulheres de baixa renda devem ser oportunizadas políticas públicas que possibilitem a geração de renda para melhoria da qualidade de vida de sua família. Devem garantir também tanto a qualificação quanto a formação de valores inerentes à construção de uma personalidade persistente e de busca de aperfeiçoamento profissional para que elas saiam da condição de submissão, seja em relação ao homem, seja em relação à condição sócio-econômica.

O que notamos, no caso em análise, é que os projetos de intervenção desenvolvidos junto a esses grupos têm proporcionado às mulheres conquistas em nível de autonomia e progressivos avanços político-psicológicos, através do empoderamento e da organização

empreendedora em torno de grupos de geração de renda. Como consequência desse processo de aprendizagem e organização, as mulheres demonstravam ter consciência de, não apenas produzir renda, mas organizarem-se, melhorar a auto-estima e construir autonomia a partir de seu empoderamento. Esse pensamento gerou o processo educativo que deslanchou na organização de grupos de produção, grupo de homens, grupo de crianças, além de outras atividades que surgiram a partir dessas iniciativas.

Essas práticas educativas proporcionaram às mulheres o aprendizado de uma atividade profissional e a oportunidade, tanto de qualificação como de organização coletiva. Sobre essas oportunidades de aprendizagens, as mulheres se expressaram afirmando, “consegui aperfeiçoamento em vários cursos e a venda de alguns materiais meus”. (MP01); “eu aprendi fazer rede. Estou aprendendo agora fazer pintura e crochê. “Pra trabalhar ter uma renda” (MP03); conhecimento de aprender as coisas que eu gosto e também as oportunidades que a gente tem, pra aprender e conquistar uma renda, pois vivíamos de uma cesta básica” (MP08). “Quando tiver a casa vamos ter que ir mais vezes. Pois é o nosso trabalho” (MP11).

Ao se referirem às suas habilidades, as mulheres destacaram as que estão ligadas diretamente às atividades reprodutivas: trabalhos ligados aos afazeres domésticos, isto, talvez, pela pouca expectativa que a maioria das pessoas das classes populares possui em exercer funções que exigem um nível maior de escolaridade ou por não vislumbrarem outra vida senão a que permite o cuidado dos filhos/as, da casa e dos maridos/companheiros. Confirmando este pensamento as mulheres afirmaram:

Cozinhar, fazer carvão, lavar roupa, limpar casa; gostaria de aprender costura, corte e costura. (MP15. Diário de um percurso - 16/06/2007).

Vender verduras, fazer crochê. (MP06. Diário de um percurso - 16/06/2007)

Produzir bastante com qualquer trabalho que aparecer (crochê, bijuterias), ser uma boa mãe, boa dona de casa (MP06. Diário de um percurso - 16/06/2007).

[...] fazer rede e participar de palestras educativas, cuidar de casa e de vender (MP04. Diário de um percurso - 16/06/2007).

Varandas de crochê, redes, culinária (MP08. Diário de um percurso - 16/06/2007).

Produzir bijuterias. A minha habilidade maior é ser mãe, pra falar a verdade eu não sei fazer quase nada. Preciso de uma oportunidade para descobrir as minhas habilidades. (MP07. Diário de um percurso - 16/06/2007).

Essa noção de habilidades vinculadas à atividade doméstica demonstra o quanto essas mulheres ainda estão voltadas ao mundo privado. Desse modo, suas práticas cotidianas, após

o envolvimento com a Associação, trouxeram-lhes uma sobrecarga de trabalho, pois, tem que conciliar o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo (trabalho de geração de renda) e, ainda, o envolvimento com a vida social da comunidade, como Oliveira (2007, p. 120) reflete:

O não reconhecimento e a não-valorização do trabalho (re) produtivo são maiores ainda porque histórica e culturalmente é considerado como obrigação da mulher desempenhá-lo. Essa divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo e a visão de que é no âmbito público que a produtividade acontece e que esta se dá apenas pela mão-de-obra masculina, precisa ser desconstruída, porque é no espaço doméstico que todos se beneficiam da mão de obra feminina e de sua produtividade: da comida feita, da roupa costurada, da casa limpa, da produção artesanal, entre outras coisas. A diferença é que essa mão de obra feminina não é remunerada e tampouco é reconhecida e valorizada como força de trabalho, mesmo que haja dispêndio de energia e tempo de investimento e de dedicação.

Mesmo diante destes obstáculos, aos poucos a discussão do modo de produção das redes, da divisão da renda e da dimensão coletiva do trabalho, que faz parte do mundo produtivo das mulheres, vai surgindo e permitindo que elas reflitam sobre esse assunto. Com isso, os conceitos sobre economia solidária vão se estabelecendo, vão aparecendo e o entendimento sobre diferentes processos vai sendo percebido. Assim, as mulheres vão dando sua opinião sobre o que pensam e como devem ser os procedimentos dentro da Associação para que todas tenham direitos:

Acho que a gente não deve se preocupar com a produção individual, mas com o que o grupo produz para dividir o dinheiro. Se for falar do valor do trabalho todos têm valor, porque todos têm responsabilidade (MP10. Diário de um percurso - 23/06/2007).

Nós somos um grupo, sabemos fazer a rede e a varanda. Acho que devemos dividir igualmente. Acho que a produção da rede vale mais que a varanda (MP11. Diário de um percurso -21/01/2008).

No decorrer da pesquisa, percebemos um crescimento significativo das mulheres e da Associação, no entanto identificamos ainda algumas fragilidades no que se refere à organização, à produção e ao interesse e motivação para o trabalho. As questões familiares como os trabalhos doméstico, cuidado dos/as filhas/os e do marido prendem muito as mulheres ao lar. Consideramos que no estágio em que se encontra a Associação é necessário uma organização maior para que elas possam sentir-se seguras ao fazer opção de se dedicar à sua organização e à produção e comercialização. Consideramos, ainda, que o primeiro estágio foi o de identificação das necessidades e definição dos grupos de produção e qualificação a partir das definições por áreas. Depois, momento de organização do grupo por produção,

definição do plano de ação e a montagem de estratégias de comercialização. Para que isso ocorra, é preciso mais empenho das mulheres e maior apoio para que elas não desistam.

Nesses momentos de discussão, as mulheres concluem que a Associação deve ser espaço da prática solidária e de entendimento das dificuldades, porém, todas devem se esforçar para cumprir a sua parte na produção.

Como forma de articulação com outros grupos, as mulheres participaram da IV Feira da Economia Solidária, organizada pelo Fórum Estadual de Economia Solidária, articulação que congrega diferentes associações de produção e do Encontro da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste. Percebemos como isto foi significativo, porque elas puderam fazer intercâmbio, perceberam-se em relação com as mulheres de outras comunidades que desejam o mesmo que elas. Nessa relação/comparação testemunharam da seguinte forma:

Foi muito boa, pois, nos encontramos com outras comunidades. Estava a nossa barraca no meio das outras comunidades. Tivemos a troca solidária onde nós trocamos um dos nossos produtos pelo de outra barraca (MP10. Diário de um percurso - 12/12/2007).

Participamos das oficinas. Foi muito legal, apesar de não vendermos muito. A nossa rede era a atração da feira, era a mais bonita (MP04. Diário de um percurso - 12/12/2007).

No que se refere às condições de permanência na Associação, um aspecto foi decisivo: a criação da Casa de “Artes e Culturas”, espaço onde as mães deixam suas filhas e filhos enquanto vão à Casa das Mulheres para produzirem. Sobre esse aspecto as mulheres dizem que:

[...] E é muito bom isso acontecer, pra gente não ter mais desculpa não fui porque não posso levar as crianças, não fui porque não tinha com quem deixar as crianças. Bom, vai ser uma coisa boa, pra mim é uma boa mesmo, porque não tem condição da gente fazer um trabalho que nós faz aqui com as crianças no meio, porque a gente fica preocupada. Elas têm que brincar, elas fazem barulho, a gente tá aqui ligado em outra coisa, uma cai, uma puxa o cabelo da outra, lá vem! A gente não pode deixar essa porta aberta que deus o livre. (MP10. Diário de um percurso - 21/01/2008)

Eu gostei do funcionamento lá da casa. Apesar de que o [...] me deu mais uns probleminhas. Notei que ele mudou mais um pouco nessa questão de se relacionar assim mais com outros colegas, né. Eu tinha falado que ele tinha muita dificuldade. Ele achava que ninguém gostava dele, que a professora não gostava dele. Ele assim um pouco assim mais diferente. Nesse ponto aí eu gostei ele mudou mais um pouco e eu espero que nesse ano ele continue assim cada ano mudando mais. Já com a [...] também foi tudo bom (MP04. Diário de um percurso - 21/01/2008).

Os meus eu gostei muito, ele, também. Choravam no dia que a professora não vinha, estavam acostumados ir. Aí, eles gostaram também eu gostei do ano passado. Espero que esse ano seja melhor ainda pra eles aprenderam muito, ficaram mais educados mais, ainda. E aí pra mim,

também. O comportamento dele mudou um pouquinho, ficou mais calmo, ele era muito agitado. Mas é isso aí, gostei muito (MP05. Diário de um percurso - 21/01/2008).

Podemos inferir a partir destas falas que é extremamente necessário que sejam oferecidas condições para que as mulheres saiam de uma situação de baixa auto-estima, de submissão e que tenham alternativas para o cuidado dos filhos e das filhas, de forma a garantir segurança e tranquilidade ao realizarem seus trabalhos. Nesse sentido, é imprescindível que o poder público assuma com mais afinco essa tarefa, na medida em que investe em políticas públicas, como creche, por exemplo, para que as mulheres possam desenvolver algum trabalho fora do espaço doméstico.

3.1.3 A dimensão humana e as mudanças na prática das mulheres da APMP

As mudanças exigidas pelo contexto de empoderamento das mulheres necessitam de novas práticas, nas quais a reeducação e a desconstrução sejam paradigmas orientadores. Diante disto, as mulheres passam a se assumir como protagonistas de sua própria história e conduzem seus destinos participando ativamente das mudanças. Paulo Freire (1996, p. 46), ao se referir ao papel das práticas educativas críticas, afirma que:

[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que [...] a relação de uns com os outros [...] ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicativo, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar.

Nesse processo, que implica mudança, faz-se necessário uma releitura do mundo, a confiança em si mesma e, conseqüentemente, a confiança de que a mudança é possível. Isto implica em uma ação política que dialetiza a denúncia da situação desumanizante e anuncia a sua superação, expressando através desse ato sonhos e desejos de alteração da realidade (FREIRE, 1996).

A realidade a que nos referimos é desumanizante, oprime e subjuga as mulheres como seres incapazes. No entanto, a mulher é ser gerador de vida, capaz de criar condições para alteração de sua consciência de oprimida e, ao mesmo tempo, envolver os seres ao seu redor para uma transformação coletiva. Nesta perspectiva, Roger (apud, MENESES, 2001, p. 133), reafirma esse pensamento advertindo:

Qualquer situação de opressão, de dominação, fere o princípio de evolução da vida. Cada ser é gerador de vida, sendo importante desenvolver uma sensibilidade consciente, a fim de que o ser humano seja capaz de criar condições de vida favoráveis para si mesmo e para os outros, levando a uma transformação do pensamento oprimido, onde a sensualidade, a sexualidade, a inteligência, o poder, a maternidade, o trabalho, a comunidade, a intimidade assumirão novos significados.

A sensibilidade necessária para essa nova prática gera outra afetividade, na qual as mulheres passam a sentir a falta da convivência com outras mulheres, sentindo-se mais integradas, cooperativas e solidárias com os problemas e situações de superação proporcionadas pelos momentos de encontros. A afetividade é uma vivência que significa proteção, cuidado e possibilita o fortalecimento e a formação de vínculos necessários à sobrevivência, segurança e crescimento dos seres humanos. Meneses (2001, p. 132), ao tratar desse assunto, diz que “a maior expressão de afeto é a vivência de amar e ser amado. Isto constitui o grande sentido da perpetuação da vida humana”.

3.1.3.1 As aprendizagens transformadas em confiança em si mesma, nas outras mulheres e na Associação.

Quando nos referimos à dimensão humana e às mudanças no cotidiano das mulheres, observamos que as práticas educativas, desenvolvidas junto à Associação de Produção proporcionaram às mulheres aprendizagens que foram transformadas em confiança em si mesmas, confiança na relação com as outras mulheres e na Associação.

Assim, pudemos observar que as respostas, relacionadas às transformações da relação consigo mesma, após o envolvimento das mulheres com a Associação de Produção, demonstram que essa participação permitiu-lhes ter mais confiança em si mesma, pois se consideravam muito tímidas e, hoje, não o são mais, passando a ter mais coragem para enfrentar qualquer obstáculo e, em alguns casos, a Associação serve como uma terapia, fazendo com que as mulheres se sintam numa família, como reforça a MP14:

Ah! Já deu vontade de sair desse grupo, mais é como a [...] falou mesmo, a gente não consegue se desgarrar umas das outras (rs, rs), porque a gente se encoraja, assim como se fosse a família da gente, a gente gosta não é falsidade. Eu, pelo menos, gosto delas não é com falsidade, é como amiga mesma. Até assim pra contar um problema, posso chegar pra essa aqui, pra essa aqui e contar um problema que acontece na vida da gente. Eu acho que esse grupo aqui, eu gosto e acho... Ah! Quando eu comecei a estudar eu achei muito ruim porque eu não tava participando mais. Eu achava que tinha perdido alguma coisa. Então, aí eu ... Apesar de que o estudo é muito bom, né. Eu fiquei com vontade de voltar e não pretendo sair e já aconteceu muita coisa boa nesse grupo comigo (Diário de um percurso - 29/10/2007).

Podemos analisar nesta fala que as mulheres, ao desenvolverem algum tipo de trabalho no espaço público, transferem as experiências do espaço doméstico, como cuidado com a/o outra/o, atenção e manejo ao lidar com certas dificuldades, para esse espaço como umas expansões de suas vidas, assim, acabam expressando aquilo que sentem com a família. Em alguns casos, a Associação é um espaço que serve como terapia, significando que elas necessitam de momentos de relaxamento e descontração de dupla, às vezes, tripla jornada de trabalho, como afirma Oliveira (2007, p. 89):

Nesse lugar, começam a tomar consciência de suas múltiplas identidades de mulher – mãe, esposa, trabalhadora, cidadã e sujeito político – a colocar para fora a criatividade e adquirir confiança em si mesmas, a exercitar suas capacidades de recriar e produzir, a romper com a fala silenciada e compartilhar através da escuta dos problemas cotidianos umas das outras, que se misturam e que as aproximam, num processo de fortalecimento mútuo. Mas é, sobretudo, um espaço de reconhecimento e valorização de seu trabalho e de descoberta do poder e da força dentro de cada uma.

Ao se referirem à forma de se relacionar com as outras mulheres, demonstram que esse relacionamento acontece de forma normal. Todas se tratam igualmente, respeitando as diferenças e tentando compreender as dificuldades umas das outras. Assim afirmam esse comportamento: “é do mesmo jeito de sempre. Quando encontro em casa e na Casa de Artes e Culturas” (MP02); “Boa, apesar de algumas discussões tudo termina bem, isso faz parte da convivência de todas as mulheres do grupo” (MP04); “Normal, como qualquer outra pessoa. Não tem diferença nenhuma” (MP05); “Igual trato todas igualmente” (MP06); “Uma boa relação, trato todas iguais, tanto na casa como fora dela” (MP07); “A minha relação com as outras na casa é a mesma, para mim não tem diferença” (MP10); “Somos amigas, dentro e fora da casa” (MP15).

Podemos observar, também, que as respostas referentes às formas de relacionamento com a Associação demonstram que ela contribui para que as mulheres aprendam a conviver em grupo e possam construir mais amizade. Ao discorrerem sobre as formas de relacionamento pessoal e coletivo, demonstram ter melhorado sua auto-estima e que a participação no grupo e as novas amizades contribuíram muito para que isso acontecesse. Nesse caso é possível inferir que as práticas grupais têm um papel fundamental na construção do empoderamento e da autonomia de grupos excluídos, como é caso das mulheres.

Nesse caso, as práticas educativas, desenvolvidas no Parque Eliane, junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, têm demonstrado que as mulheres

envolvidas nesse processo sentem-se mais fortes, seguras e confiantes, pois, juntas, elas estão transformando a si mesmas e dando sua contribuição para transformar a comunidade em que vivem. Constatamos, também, que a organização na Associação foi um aspecto que contribuiu para a mudança de percepção. Retratam a contribuição que a Associação tem para construção de outra auto-estima desse modo:

Passei a ter mais confiança em mim mesma e me relacionar melhor com as pessoas [...]. E ser um exemplo para meu filho. (MP04. Questionário).

[...] eu ter conhecido muitas amigas (MP03. Questionário).

[...] uma contribuição muito boa porque eu era muito tímida e hoje não sou mais (MP06. Questionário).

[...] contribui para que eu aprenda a conviver em grupo (MP07. Questionário).

O grupo contribuiu bastante com o meu bem estar, conquistei outras amizades tendo conhecimento de cada uma delas e mi sinto muito bem em estar participando do grupo “Mulher Perseverante” (MP013. Questionário).

[...] sinto mais coragem de enfrentar qualquer obstáculo. Para mim é uma terapia. (MP10. Questionário).

Podemos perceber nas falas supracitadas que a maioria das pessoas que, de alguma forma passaram ou estão passando por um processo de exclusão e, principalmente, de discriminação, aproveitam as experiências e práticas coletivas para se auto-afirmarem e, conseqüentemente, serem reconhecidas em suas potencialidades, pois, necessitam de afeto, de atenção, de sentir que são únicas e que seus desejos não se esgotam na luta pela sobrevivência biológica. A MP10 descreve como se sente na interação com as mulheres e com o grupo:

O que eu queria é que cada uma dessas meninas, que pra mim são umas meninas, elas sentissem pelo menos um terço do que eu sinto, feliz com a existência desse grupo. Na certeza que ele só tem a crescer e esse grupo só cresce, só progride com o interesse e o amor de vocês. Tudo que a gente faz com amor, minhas filhas, é bonito e é reconhecido. Então nós devemos ser felizes, nos sentir feliz por ter essa oportunidade. De tá construindo esse grupo, de nosso grupo ser reconhecido, mais longe como grupo de mulheres, [...]. A [...] é uma pessoa fundadora desse grupo que eu conhecia, assim muito distante da gente ela não tinha esse pique que ela tem hoje, ela não era uma pessoa espontânea, ela era um pouco isolada. Eu conheci ela no grupo de evangelho a gente fazendo encontro lá na casa dela, ela assim uma pessoa tão humilde, ela não se aproximava muito da gente. E, hoje, eu acho que ela mudou muito no meio da gente, e nós ganhamos. Tem tanta coisa boa nesse grupo até eu acho que a metade das coisas boas dá pra encobrir as coisas ruins que aconteceu. E eu acho que é o seguinte: se a gente já passou por tudo isto, hoje, a gente tem milhares de motivo pra andar de cabeça erguida e crescer mais (Diário de um percurso - 29/10/2007).

Nesse depoimento podemos perceber como a interação grupal traz felicidade e reafirma a necessidade de que os seres humanos têm de amor, aconchego, ternura, compreensão e afeto. Para Sawaia (2003, p. 55), a alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto aquelas conhecidas classicamente como básicas: alimentação, abrigo e reprodução.

Desse modo, podemos afirmar que as práticas educativas transformadoras contribuem para o desenvolvimento da consciência autônoma, pois, envolvem não somente os aspectos objetivos da prática, mas, primordialmente, os processos subjetivos, porque abarcam sentimentos e desejos. Diante disso, Meneses (2001, p. 131) afirma que a “consciência emancipatória surge da ação, da reflexão sobre essa ação e da apropriação dos seus sentimentos, enquanto expressão da identidade”. Reforçando essa idéia, Sawaia (2003, p. 60) afirma que, “quando há uma ação transformadora, o afeto é indissociável da reflexão crítica, pois as idéias da alma são as afecções do corpo e não idéias inadequadas, impostas socialmente”.

Destacamos como relevantes ainda que, ao longo desse processo no qual foram realizados encontros, reuniões, cursos, feiras, almoços coletivos, festas, oficinas, foram também cultivados e vivenciados valores como amizade, solidariedade, companheirismo, cooperação e trabalho coletivo. Assim, Espinosa (apud SAWAIA, 2003, P. 61) assevera que “só as pessoas livres são gratas umas às outras e estão ligadas por fortes laços de amizade e as servis ligam-se por recompensa e medo”, reafirma que esses laços e valores, vivenciados pelas mulheres tornam-se a base para a construção de relações duradouras e saudáveis, que poderão manter o trabalho iniciado.

Verificamos como outro aspecto que caracteriza o nível de crescimento das mulheres em sua dimensão humana, a solidariedade e a aceitação das pessoas como elas são, com suas deficiências, com suas dificuldades na produção e falta de agilidade na hora de resolver os problemas. A MP10 ilustra em sua fala como deve ser essa atitude:

Eu acho que eu tenho meus defeitos, mas mesmo assim a gente tem que saber conviver com as pessoas, tem que saber aceitar as pessoas, tem que saber que no momento difícil da minha companheira eu tenho que tá ali junto com ela honestamente. Por mais pequeninha que ela seja, por mais humilde que ela seja, por mais dificuldade que ela tenha eu tenho que está lado a lado, me aproximar cada vez mais. Tanto é que aconteceu da [...], ela fez um negócio que não deu certo no grupo, mas ela deve chance ainda de participar e eu acho se ela quisesse voltar ela voltaria. Também aconteceu com a [...]. Aconteceu teve revolta e tudo, mais sempre a gente dava com aquela coisa: falta alguém. Ah, se fulano estivesse aqui! Até que [...] chegou a oportunidade. Hoje, a [...] tá aqui no nosso meio (Diário de um percurso - 29/10/2007).

Percebemos, então, que as integrantes da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” possuem potenciais e sonham em construir sua emancipação sem, no entanto, esquecer seus filhos e filhas, seus maridos/companheiros, outras mulheres e sua própria comunidade. Dessa forma, o sonho passa a não ser somente individual, mas ganha dimensão coletiva e transformadora que, conforme Meneses (2001, p. 137), é importante:

[...] atrever-se a sonhar, imaginar, encorajar a sonhar, fantasiar, desatar temores e medos das possibilidades da criação, da arte. Não ter medo do que pode o pensamento imaginoso. Conscientizar-se de que possui um hemisfério direito com potencial à espera de sua utilização. Não há ação, realização, empreendimento, ato, sem desejo, um sonho sonhado antes, realizado de forma antecipada, na mente.

Nessa perspectiva, as “Mulheres Perseverantes” prosseguem na superação de sua condição cultural de submissão pelo empoderamento que estão se apropriando, ao elevarem o seu saber-fazer, sua competência técnico-política no processo de construção das utopias e das esperanças de libertação de mulheres e homens protagonizando suas vidas e suas histórias de humanização de si mesmas, das/os outras/os e do próprio espaço onde estão inseridas/os.

CAPÍTULO IV

GÊNERO, PRÁTICAS EDUCATIVAS E EMPODERAMENTO DE MULHERES: POSSIBILIDADES DE (RE)CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Os recursos naturais só existem à medida que desejamos o que chamamos de recursos naturais. O mesmo acontece com as idéias, os valores ou os símbolos, vistos como elementos que orientam a nossa vida, mas que só o são até o ponto em que aceitamos o que eles conotam ou representam.

Humberto R. Maturana.

Neste capítulo, apresentamos um breve histórico da construção do conceito de gênero, demonstrando suas diversas concepções e a contribuição dos movimentos sociais feministas e de mulheres para a implementação de novos modos de ser e estar no mundo.

Além disso, analisamos a configuração das relações de gênero no contexto da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, enfatizando a relação estabelecida entre mulheres e homens e destes com seus/suas filhos/as.

4.1 Gênero: uma construção sócio-cultural

Para pensar em novas relações de gênero é preciso entender o que é e como se construiu o que, hoje, denominamos de relações de gênero. A história da construção e do entendimento sobre o que é gênero está intimamente vinculada à luta das mulheres e aos estudos sobre essa temática, desenvolvido por diversas estudiosas feministas.

No entanto, esta discussão não se configura num contexto teórico de consensos, pois, os estudos e as próprias relações têm se demonstrado complexas. Assim, as concepções sobre essa categoria de análise têm modificado seu enfoque, deslocando-se do objeto empírico, mulheres, para o objeto teórico, gênero. Colling (2004, p. 28) ressalta que:

A história do *gender* das norte-americanas, do *genre* francês, do *genere* italiano, do *geschlecht* alemão e do gênero português, tem um só objetivo: introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social. Relação que produz saberes, como visão nova do passado, e categoria de análise que permite reescrever a história levando em conta o conjunto das relações humanas.

Utilizando-se das idéias de Simone de Beauvoir (1980), no seu livro *O Segundo Sexo*, quando afirma “não se nasce mulher torna-se mulher”, os estudos feministas procuram compreender a condição das mulheres em suas variadas dimensões e contextos.

Assim, nas duas últimas décadas esses estudos têm sido ampliados, incluindo-se aí outros sujeitos, como homens, gays, lésbicas, transexuais, na perspectiva de compreender como se dão essas relações num contexto que não é supostamente homogêneo. Para Colling (2004, p. 28), o termo gênero:

[...] tem sido utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. A história das mulheres e a história de gênero estão interligadas, este se situa no campo relacional.

Para compreender o processo de construção do conceito de gênero, que implica uma concepção de como se pensa o mundo e as relações que se estabelecem neste espaço, utilizamos os estudos de Pereira (2004). Nestas discussões podemos perceber como se construiu e quais os fundamentos das concepções de gênero, que inspiram os estudos sobre essa temática. Sendo assim, a autora discute a concepção de gênero a partir de quatro conceitos: 1) o conceito sistema sexo/gênero, que expressa o esquema de pensamento marxista das décadas de 1960, 1970 e 1980 e reforça a idéia de que o substrato biológico existe e não pode ser colocado de lado nos estudos sobre gênero; 2) o conceito de gênero como construção cultural e como categoria radicalmente arbitrária, na perspectiva interdisciplinar; 3) o conceito de *habitus* em Bourdieu e os estudos da psicanálise contribuindo para as interpretações sobre as estruturas simbólicas, fundamentando as construções subjetivas das relações de gênero; e 4) O conceito de construcionismo e o desconstrucionismo de gênero, perspectiva de análise que ressalta a reprodução das estruturas socioculturais subjetivas.

Para compreendermos melhor este estudo, Rubin (apud, PEREIRA, 2004) apresenta o conceito de gênero como um sistema que assegura a compreensão dos sujeitos sociais sexuados, entrelaçados ao sistema de sexualidade. Nesse caso, o sistema a que se refere a autora é como um conjunto de arranjos pelo qual a sociedade transforma a sexualidade biológica. As relações não resultam da existência de dois sexos e sim de um sistema sexo/gênero. De acordo com Pereira (2004, p. 179), a análise de Rubin faz rupturas com a

teoria funcionalista, na qual os princípios dos arranjos de gênero se destinam a assegurar a reprodução social. Reflete, ainda, a teoria marxista que marcou o princípio da “igualdade”, sendo influenciada pela abordagem da dialética do materialismo histórico.

Ainda, sobre o conceito sistema sexo/gênero, Pereira (2004) afirma que outras autoras feministas dão novas dimensões ao biológico, percebendo-o como significado sensível e simbólico, mesmo expressando o gênero como o conhecimento sobre a diferença sexual. Para reforçar essa idéia, Scott (1990, p. 197) conceitua gênero como “elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos e gênero, é a maneira primordial de significar relações de poder”.

É importante, ainda, analisarmos as diferenças entre sexo e gênero na medida em que sexo diz respeito às características fisiológicas relativas à procriação, à reprodução biológica. As diferenças sexuais são encontradas em todos os mamíferos, porém, não determinam o desenvolvimento posterior em relação ao comportamento, interesses, estilo de vida, responsabilidade ou papéis a desempenhar, nem tampouco determinam o sentimento ou a consciência de si mesmo, nem das características da personalidade. Enquanto as diferenças sexuais são físicas, as diferenças de gênero são socialmente construídas, referem-se às pessoas e às relações delas entre si (STREY, 1998).

É com essa compreensão que Butler (apud PEREIRA, 2004) afirma que a diferença entre sexo e gênero está no significado social que o sexo assume, no interior de cada cultura; enquanto o gênero emerge, não como um termo em uma permanente relação de oposição ao sexo, mas como elemento que absorve e desloca o sexo.

No que se refere ao conceito de gênero como construção cultural e como categoria radicalmente arbitrária, na perspectiva interdisciplinar, Rago (apud PEREIRA, 2004) parte de aporte pós-estruturalista de Foucault e afirma ter a categoria gênero vocação relacional, sobretudo cultural, trazendo outras representações sociais como: as questões relativas à constituição dos valores culturais, à instituição do imaginário social, à produção das identidades sociais e das subjetividades.

Vendo por este prisma, os aspectos culturais, sociais e econômicos passam a ter importâncias significativas, pois, é a partir desse olhar que várias pesquisadoras feministas passam a enfocar seus estudos, valorizando a interdisciplinaridade. Apresenta, também, a possibilidade de reconhecimento de vários sujeitos/objeto de análise, além de não reduzir as discussões ao estudo da dominação patriarcal. Corroborando com esse pensamento, Maturana (2004, p. 17) afirma que:

As diferenças de gênero (masculina e feminina) são somente formas culturais específicas de vida, redes específicas de conversações. É por isso que os diferentes valores que nossa cultura patriarcal confere às diferenças de gênero não têm fundamento biológico. [...] distinções sexuais entre homem e mulher são biológicas, mas o modo como as vivemos é um fenômeno cultural; [...] tais diferenças, próprias de nossa cultura patriarcal, referem-se ao modo como vivemos culturalmente nossa diversidade biológica, a partir de um fundamento de igualdade em nosso biológico cultural.

A contribuição do conceito de *habitus*, em Bourdieu, para os estudos de gênero representa um aporte desvendador da origem da desigualdade entre os sexos, partindo da oposição entre o masculino e o feminino. Essa oposição, segundo Bourdieu (1995, p.139):

[...] provoca uma divisão arbitrária das coisas e das atividades que sendo semelhantes na diferença, são suficientemente concordantes para se sustentar mutuamente. Oposições essas, representativas das estruturas simbólicas, produzidas para diferenciar homens e mulheres, inculcando normas e valores e se encarnando nas estruturas mentais”.

Outra linha de estudo, a das feministas influenciadas pela psicanálise lacaniana, considera que a determinação sexual está no inconsciente. Isto não elimina a possibilidade de criticar a definição patriarcal do “feminino” na ordem simbólica; ao contrário, muitas psicanalistas iniciaram uma busca para registrar esta “alteridade” ou “diferença” que não é o feminino tal como é dito na cultura masculina. Esta corrente defende que a diferença sexual se funda, não apenas em anatomias distintas, mas em subjetividades vinculadas a um processo imaginário: o sexo se assume no inconsciente, independente da anatomia (LAMAS, 2000).

De acordo com Lamas (2000, p. 20), “ainda que o gênero esteja inscrito culturalmente e inculcado inconscientemente, ele é transformável, alterável e reformável, não pela vontade, mas sim histórica, cultural e psiquicamente”.

Outras abordagens de destaque para os estudos de gênero são os conceitos de construcionismo e o de desconstrucionismo de gênero, perspectivas de análise pós-moderna que ressaltam a reprodução das estruturas socioculturais subjetivas e resistência na subversão de novos modelos interpretativos de gênero. Partem de estudos sobre as sociedades complexas, nas quais a realidade das relações de gênero, segundo Pereira (2004, p. 185), tem mostrado que cada grupo humano elabora estruturas sistêmicas e que as relações de gênero, em seus papéis, são determinadas por convenções sociais. Este conceito tem como princípio a

luta pela igualdade e defesa do direito à diferença e que, segundo Bernardes e Guareschi (2004, p. 200):

[...] oferece-nos a idéia de uma desnaturalização da realidade, ao entender que a realidade é uma proposição explicativa, através da qual o mundo não estaria anterior à experiência que fazemos dele, mas a de que construímos conhecimentos acerca desse mundo ao mesmo tempo em que este constrói conhecimentos a nosso respeito.

É, então, nessa lógica que os movimentos feministas se inserem de forma toda especial no processo de construção do conceito de gênero e, necessariamente, de cidadania das mulheres. Como discute Touraine (2007, p. 19), [...] “o movimento feminista transformou profundamente a condição das mulheres em diversos países e permaneceu mobilizado lá onde a dominação masculina ainda conserva sua força”.

Os movimentos de mulheres assumem uma visão crítica das contradições e das limitações das grandes transformações históricas, a exemplo das revoluções americana e francesa que excluíram as mulheres dos parlamentos e dos governos, negando-lhes o direito básico de votar e de ser votada. Essa luta emerge em meados do século XIX e se consolida na primeira metade do século XX, período em que as mulheres começaram a dar visibilidade às suas reivindicações, garantindo esse direito em praticamente quase todos os países do mundo, o que na visão de Rago (1998, p. 28), é:

[...] na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista.

Ainda conforme Rago (1998, p. 30), “as mulheres incorporam a dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a divisão corpo/mente, sentimento/razão. O pensamento feminista trouxe a subjetividade como forma de conhecimento”.

As conquistas obtidas pelas mulheres se devem às suas organizações em movimentos sociais. A organização da luta feminista teve início nos Estados Unidos, sendo que no Brasil os movimentos sociais populares têm efervescência maior a partir dos anos de 1980. Esse período, pós-ditadura, caracteriza-se pela luta de rua, pelas grandes manifestações, pelos embates políticos, que objetivavam a melhoria das condições de vida da população.

Reivindicavam-se escolas, creches, postos de saúde, transporte. Nesses momentos, a presença da mulher partia de necessidades imediatas, daquelas ligadas ao seu cotidiano, ao seu bairro.

Na década de 1990, as ações dos movimentos sociais caracterizavam-se pela institucionalização de suas bandeiras de luta e de sua organicidade, garantindo o desenvolvimento de ações e agendas mais articuladas e propositivas em âmbito regional, nacional e até mundial. Nessa perspectiva, foram realizadas conferências internacionais, como a de Beijing¹⁸, em 1995, na qual foi elaborada uma plataforma de reivindicações, com o compromisso dos países presentes em assumir a luta pela melhoria da condição de vida das mulheres. Neste período, no Brasil, foram aprovadas cerca de 30 leis voltadas, direta ou indiretamente, para a afirmação e ampliação dos direitos das mulheres, podendo-se destacar a legislação sobre: planejamento familiar, união estável; cotas por sexo para as eleições proporcionais, proteção ao mercado de trabalho das mulheres; registro de paternidade.

Diante desse contexto, as mulheres passam a compreender que a luta por direitos, cidadania e igualdade não está restrita somente ao sexo feminino, que é necessário envolver diversos segmentos e, prioritariamente, os homens. A temática sobre a mulher passa, então, a ser discutida a partir das relações de gênero, compreendida como as relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens que, na idéia de Saffioti (2004, p. 44), implica “o respeito a uma categoria histórica que pode regular não apenas relações entre homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher e é uma construção social do masculino e do feminino”.

Esclarecendo essa questão, Strey (1998) afirma que a construção cultural do gênero é evidente quando se verifica que ser homem ou ser mulher nem sempre supõe o mesmo significado em diferentes sociedades ou em diferentes épocas. Ou seja, ser homem ou mulher depende dos costumes de cada lugar, de cada sociedade, da experiência cotidiana das pessoas, variando de acordo com as leis, as religiões, a maneira de organizar a vida familiar, a vida política de cada povo ao longo da história. As relações de gênero e as representações de gênero também não variam apenas de um povo para outro, já que dentro de uma mesma sociedade elas também podem mudar de acordo com a classe social, com a raça, com a idade.

¹⁸ A Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, China, de 4 a 15 de setembro de 1995, reuniu 189 países com representantes de cerca de 180 delegações governamentais e 2.500 organizações não-governamentais para discutir várias questões relacionadas com a mulher. Neste evento foram abordados os temas: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Nesta ocasião, foram assinados dois documentos: o primeiro de natureza política – a Declaração de Beijing; e o segundo – a Plataforma de Ação, que identifica os obstáculos que existem para o pleno desenvolvimento das mulheres e traça estratégias e ações com vistas a sua superação, dando condições para a ampliação dos mecanismos de pressão política (BRASIL, 2008b).

Nesta perspectiva, podemos assegurar que as relações de gênero construídas social e culturalmente vêm ao longo do tempo sofrendo modificações. Para os gregos, a mulher era excluída do mundo do pensamento, do conhecimento, tão valorizado pela sua civilização. Com os romanos é instituído juridicamente o “paterfamília”, legitimando a discriminação feminina e atribuindo ao homem todo poder sobre a mulher, os/as filhos/as, os servos e os escravos (COLLING, 2004).

Recorrendo a Reis (1992), podemos fazer breve análise sobre o papel desempenhado pela mulher nos diferentes tipos de família para compreendermos como a visão que temos relativa a esse assunto foi se formando. O autor, em seu texto "Família, Emoção e Ideologia", analisa quatro tipos de família, ressaltando os diferentes papéis da mulher.

Assim, na família aristocrática a mulher tinha como função a organização da vida no castelo e o seu trabalho era desvalorizado. Já na família camponesa, o trabalho feminino passou a ser valorizado, não pela sua importância, mas pela necessidade da presença da mulher no trabalho do campo. É na família proletária que a mulher começa a se dedicar ao lar, dedicação essa que foi reforçada no século XIX com o surgimento da família pequeno-burguesa. O lar passou a ser o espaço exclusivo da mulher, com a função de cuidar da casa, do esposo e da educação dos filhos, tornando-se dependente exclusivamente do marido. Foi nesse tipo de família que a mulher passou a ser considerada angelical, frágil, incapaz de resolver qualquer tipo de problema sem orientação do pai ou do marido/companheiro.

Essa compreensão da mulher como sexo frágil, incapaz de sobreviver sem ajuda do homem, que se consolidou no século XIX, no seio da família burguesa, sobressaiu-se das demais e predominou, por muito tempo, sendo presente até hoje.

De acordo com Anyon (1990), a visão tradicional a respeito da questão de gênero que enfoca o homem como provedor, administrador da vida familiar e a mulher como sexo frágil, submissa e restrita ao espaço doméstico, está desconectada das necessidades da realidade atual e acrescenta ainda que:

A contradição predominante enfrentada por muitas das mulheres da classe trabalhadora e da classe média baixa consiste em que a carga de feminilidade (ser submissa, subordinada ao homem, dependente e doméstica) está em franca desconexão com as necessidades cotidianas de suas vidas [...] manifesta-se na ruptura entre a vontade de seus maridos de que permaneçam em casa e sejam submissas – e a necessidade de reconhecimento de sua competência e de auto-estima (p. 14).

Para compreendermos em que se fundamentam essas mudanças, lembramos Saffioti (1979, p. 181) quando registra que:

[...] é com base na análise das flagrantes incongruências entre um mundo em mudanças e idéias consagradas sobre a condição da mulher nas sociedades competitivas, que poderemos elaborar argumentos contra a sabedoria convencional, na medida em que esta faz parte constitutiva do conjunto de mitos que situam a mulher, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, num plano inferior àquele que coloca o homem e que tentam explicar tal inferioridade em termos de uma evolução desarmônica da sociedade.

Frente a esses elementos de análise, pressupomos que é imprescindível procurarmos desconstruir essa realidade para que se construa uma relação na qual haja igualdade e, de fato, homens e mulheres exerçam verdadeiramente a cidadania, pois, não existe democracia sem direitos sociais iguais, voltados para todos/as os/as cidadãos e cidadãs de acordo com suas necessidades, pautadas pelas suas diferenças (LOURO, 1997).

Ainda com relação à desconstrução do real, Louro (1997, p. 31-32), em seu texto “Gênero, sexo e sexualidade”, explicita a necessidade da desconstrução do gênero, acrescentando que:

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significa problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implica observar que o pólo masculino contém o feminino [...] e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido. [...] a desconstrução faz perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita.

Para essa mesma autora, as relações de gênero carregam uma lógica dicotômica, na qual a idéia que prevalece é a de que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um pólo dominante e outro dominado. No entanto, o processo de desconstrução permite perturbar essa idéia de relação de via única e observar que o poder pode, na verdade, fraturar e dividir internamente cada termo da oposição dessa relação.

É a partir da perspectiva da discussão de gênero como construção cultural que este trabalho de dissertação está sendo realizado, pois compreendemos que as relações são construídas socialmente e a cultura passa a ter uma significativa importância para a definição dos papéis sociais de mulheres e homens. Este estudo é, também, fundamentado em aspectos

dos estudos da psicanálise, porque parte da compreensão da articulação entre aspectos sociais, culturais e psíquicos capazes de serem transformados, alterados e modificados.

Entendemos, portanto, que, para mudarmos qualquer situação de subordinação e exclusão existente em nossa sociedade, é imprescindível que nossas emoções, e não só a razão determinem o que fazemos ou deixamos de fazer. Nesse caso, podemos afirmar que precisamos modificar a nossa forma de ver e estar no mundo para assim modificar as relações entre mulheres e homens. Nesta perspectiva, Maturana (2004, p. 33) afirma que:

[...] o fluxo do emocionar muda com o fluir das coordenações de ações. Portanto, ao mudar o significado das palavras modifica-se o fluxo do emocionar e nesse caso a cultura passa a exercer um papel de construção desse novo emocionar, pois, ao surgir uma comunidade humana começa-se a conservar umas redes de conversações como a maneira de viver dessa comunidade, desaparecendo ou mudando quando tal rede de conversações deixa de ser preservada.

Para compreendermos as mudanças culturais ocorridas em uma determinada sociedade ou grupo social é preciso entender como ocorrem as mudanças no emocionar, as mudanças nas subjetividades. Por isso, devemos, então:

[...] ser capazes de caracterizar a rede fechada de conversações que [...] constituem a cultura que vive tal comunidade. Devemos também reconhecer as condições de mudança emocional sob as quais as coordenações de ações de uma comunidade podem se modificar, de modo a que surja nela uma nova cultura (MATURANA, 2004, p. 35).

Assim, entender como se formou a cultura patriarcal é indispensável para compreender como é possível a construção de novas relações de gênero. Na cultura patriarcal discutimos como lutar contra a pobreza e o abuso, combater a contaminação ou enfrentar a agressão da natureza. Vivemos como se todos os nossos atos necessitassem do uso da força e como se cada ocasião para agir fosse um desafio. Tentamos o controle do mundo natural, dos outros seres e de nós mesmos e ao tolerar a diferença pensamos que poderíamos levar o/a outro/a ao bom caminho. Em nossa cultura patriarcal vivemos na desconfiança da autonomia dos/as outros/as, vivemos decidindo pelas outras pessoas o que é bom para elas e estamos em constante respeito às hierarquias, que exigem obediência. Estamos sempre prontos a tratar os desacordos como disputas ou lutas (MATURANA, 2004).

Ao se contrapor a esse modo de vida patriarcal, Maturana (2004) apresenta a cultura matrística como uma alternativa em que mulheres e homens constroem juntos os rumos da

sociedade e de sua cultura inspirados nos povos agricultores e coletores que viveram entre sete e cinco mil anos antes de Cristo. Segundo esse mesmo autor (2004, p. 39), tais:

[...] povos não fortificavam seus povoados, não estabeleciam diferenças hierárquicas entre os túmulos dos homens e das mulheres, ou entre os túmulos dos homens, ou entre os túmulos das mulheres. [...] esses povos não usavam armas como adorno, e que naquilo que podemos supor que eram lugares cerimoniais místicos (de culto), depositavam principalmente figuras femininas. [...] as atividades de cultos eram centradas no sagrado da vida cotidiana, num mundo penetrado pela harmonia da contínua transformação da natureza por meio da morte e do nascimento [...].

Assim, ao introduzir a cultura patriarcal, que é um pensamento linear e que ocorre num contexto de apropriação e controle, construímos conversações que refletem sentimentos de guerra, luta, negação mútua na competição, exclusão, autoridade e obediência e poder, o bom e o mau, tolerância e intolerância. Ao contrário, a cultura matrística ocorre num contexto de amor e consciência da interligação de toda a existência, desenvolvendo sentimentos de participação, inclusão, colaboração, compreensão, acordo, respeito e co-inspiração.

Para melhor compreendermos as idéias de Maturana (2004), apresentamos, a seguir, um paralelo desses dois modos de vida:

NA CULTURA PATRÍSTICA	NA CULTURA MATRÍSTICA
Conversações	
<ul style="list-style-type: none"> • Apropriação 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação
<ul style="list-style-type: none"> • A fertilidade surge como uma noção que valoriza a procriação, num processo contínuo de crescimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • A fertilidade surge como uma visão da abundância harmoniosa de todas as coisas vivas, numa rede coerente de processos cíclicos de nascimento e morte;
<ul style="list-style-type: none"> • A sexualidade das mulheres se associa à procriação e fica sob o controle do patriarcado; 	<ul style="list-style-type: none"> • A sexualidade das mulheres e dos homens surge como um ato associado à sensibilidade e à ternura;
<ul style="list-style-type: none"> • A desconfiança é vista como um <i>a priori</i> nos relacionamentos interpessoais. 	<ul style="list-style-type: none"> • A confiança é vista como um <i>a priori</i> nos relacionamentos interpessoais;
<ul style="list-style-type: none"> • As relações interpessoais são baseadas no modelo autoritarismo-obediência-vigilância-controle; desejo de domínio; 	<ul style="list-style-type: none"> • As relações interpessoais são baseadas no modelo amizade-cooperação-companheirismo-consenso; desejo de interessoalidade;
<ul style="list-style-type: none"> • A guerra e a competição são encaradas como virtudes e modos naturais de convivência; 	<ul style="list-style-type: none"> • Questionamento da guerra como instrumento de solução de desavenças;
<ul style="list-style-type: none"> • O pensamento é o linear. Não aceita 	<ul style="list-style-type: none"> • O pensamento é o sistêmico: aceita

refletir sobre os paradoxos e diferenças, e valoriza a seqüencialidade e a repetição;	refletir sobre os paradoxos e diferenças, e valoriza a circularidade e a diversidade;
<ul style="list-style-type: none"> • Não aparece uma posição intrínseca entre homens e mulheres, mas estas são subordinadas aos homens em função da apropriação da procriação como um valor; 	<ul style="list-style-type: none"> • Não aparece uma oposição entre homens e mulheres nem subordinação de uns com os outros.
<ul style="list-style-type: none"> • O viver patriarcal de homens, mulheres e crianças surge, ao longo de toda a vida, como um processo natural. 	<ul style="list-style-type: none"> • O viver matrístico de homens, mulheres e crianças surge, ao longo de toda a vida, como um processo natural.

Quadro 02 – Comparativo dos modos de vida patriarcal e matrístico.

Fonte: Maturana (2004, p. 75-76).

Ao analisar esses dois modos de vida podemos afirmar que, construir novas relações de gênero implica em mudanças culturais que subtendem alterações no modo de convivência cotidiana das pessoas, de forma que essas possam modificar suas subjetividades tendo como ponto de partida as mudanças nas relações com as crianças, jovens e com os idosos, pois, é nas relações intergeracionais que uma cultura se mantém e se preserva.

Com a intenção de provocar mudanças na prática, tanto individual quanto coletiva, o projeto de intervenção “Sujeitos e Saberes”, através da pesquisa-ação, procurou em todo seu processo envolver mulheres, homens, crianças, jovens e idosos num contexto em que as relações se configuram numa cultura patriarcal.

Desse modo, consideramos que, aos poucos, as atividades desenvolvidas nesse processo de pesquisa-ação vêm colaborando para o empoderamento das mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” na dimensão em que possibilita a construção de novas relações de gênero. Destacamos a seguir como se relacionam mulheres e homens, nesse contexto.

4.1.1 A configuração das relações de gênero na família das “mulheres perseverantes”

A configuração das famílias¹⁹ brasileiras vem aos poucos sofrendo variações, são famílias chefiadas por mulheres, famílias sem filhos, famílias compostas pelo pai e seus

¹⁹ Diferentes pensamentos expressam o conceito de família. Para uns o conceito de família nos remete à idéia de um grupo de parentes co-residentes, cujo parentesco pode advir de consangüinidade, aliança ou adoção. Para esse grupo, a finalidade precípua de sua existência é a manutenção econômica, a identificação individual e coletiva. É, também, o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral de seus membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar de seus componentes (SILVEIRA, 2000). Para outros a “família é quem você escolhe pra viver. Família é quem você escolhe pra você, não precisa ter conta sanguínea. É preciso ter sempre um pouco mais de sintonia” (RAPP, 2005).

filhos/as, famílias recompostas. Dentre os múltiplos fatores, a participação efetiva das mulheres no espaço público tem contribuindo significativamente para que mulheres e homens atuem de outro modo nesse novo redesenho. Portanto, do singular família passa-se a utilizar o termo famílias para demonstrar outras composições familiares. Apesar de, nessas novas configurações, ser exigido aos homens a colaboração no trabalho doméstico e no cuidado com as/os filhas/os, ainda é da mulher a tarefa de cuidado dos/as filhos/as, mantendo-se os homens apenas como coadjuvantes.

Assim, na pesquisa realizada junto às mulheres da APMP e seus respectivos maridos/companheiro podemos observar que a maioria dos casais preserva a relação e tentam de alguma forma dividir responsabilidades. A seguir, veremos, a partir de dados dos grupos focais realizados com mulheres e homens, separadamente, como se configuram suas relações no espaço da família.

4.1.1.1 Relação das mulheres com seus maridos

As famílias das “mulheres perseverantes” mantêm o padrão da família nuclear formada pelo marido, esposa e os/as filhos/as. Em alguns casos os/as filhos/as são acrescidos pela presença de netos ou netas. São famílias pequenas, em média formadas por 05 (cinco) pessoas.

Ao desenharem e, posteriormente, descreverem suas famílias nos encontros do grupo focal, as mulheres e os homens, citam componentes como filhos, netos, afilhado adotivo, maridos, um cachorro de estimação e uma árvore, figuras que compõem o quadro familiar. Em algumas vezes, a presença do cachorro é tão importante que o comportamento desse animal chega a ser comparado com o da criança.

Aqui é minha casa. Aqui é uma palmeira. Ela tem dois cachos de coco. Aqui é meu marido saindo e eu também, aqui é a [...] e aqui é o Deque (cachorro) e outro pé de planta. Lá em casa nós somos só três. Dois adultos e uma crianças, quatro com o Deque. O Deque é atencioso mais a [...] não, mas com fé em Deus ela vai melhorar. (MP11)

Aqui é eu e meu marido. Aqui é minha casa eu estou sentada fazendo crochê. Minha pitbul Lilica (rs,rs,rs). (MP01)

Aqui é minha casa, minha esposa [...] e a menina (HP01).

Eu desenhei eu, meu marido e meus dois netos, mas são doze pessoas dentro da minha casa. Estão juntos na hora do almoço e do jantar. (MP15)

Aqui sou eu, a mulher e os dois meninos e o pé de cajá (HP03).

Aqui é minha família. Aqui é um adotadinho, meu afilhado que tá sempre na minha casa. (MP14).



Figura 11: Ilustração da MP14

Fonte: Grupo focal realizado com as mulheres

Eu desenhei só eu, mamãe e o [...]. Tem mais gente em casa mais se for botar tudinho precisa ser três cartolinas. (MP03)

Não consegui me expressar através do desenho, minha gente. Mas lá em casa é eu, meu esposo, duas crianças. (MP04)

Fiz eu, o [...], a [...], a neném, o cachorro. Estamos em frente a casa. Estamos aqui reunidos olhando para o pancada (HP05).

Aqui é minha família. Família unida. Aqui sou eu fazendo crochê de tarde, aqui é a nenê, brincando de boneca. Aqui é [...] andando de bicicleta. Aqui é o [...] lavando o carro. (MP05)



Figura 12: Ilustração da MP05

Fonte: Grupo focal realizado com as mulheres

Constatamos, a partir desses depoimentos, que as mulheres embora vivendo em condições muito contraditórias, possuem uma visão aparentemente harmônica do espaço onde vivem mantendo uma relação integrada com a natureza e com os animais. Essa relação demonstra certo distanciamento de alguns valores do mundo capitalista (desrespeito com o meio ambiente, por exemplo) e forte vínculo com as origens rurais de onde a maioria dessas famílias veio.

Demonstram, ainda, em seus desenhos, a importância que a casa tem para formação da identidade da família no território Parque Eliane. Uma das mulheres apresenta sua casa e expressa seu sonho, que é o da maioria dessas mulheres de um dia poder vê-la em melhores condições:

Sejam bem-vindas a minha casa. Eu sonho de ver minha casa como eu gostaria dela ser. Mas um dia nós chegamos lá, ainda falta muita coisa. Aqui é minha família, meu esposo, meus dois filhos. Aqui é o [...] mais a [...] e a mimosa. Aqui é eu e o [...]. Plantei meu pezinho de manga, daqui uns dias vou botar uma redinha lá (rs,rs,rs). Eu tou só sonhando em botar a rede lá, né (MP08).

Possuir uma casa em boas condições passa a ser, neste contexto, uma das prioridades, pois, como já nos referimos no Capítulo I, o déficit habitacional em Teresina chega a ser de 47 mil casas.

No que se refere à configuração da relação das “mulheres perseverantes” com seus maridos, podemos observar que se apresentam através de várias formas de relacionamentos. Estas formas, numa cultura patriarcal, se configuram com traços explícitos de conservação do papel da mulher, traços que demonstram dureza na relação e traços que evidenciam a cooperação na relação entre eles e elas.

As falas abaixo demonstram traços explícitos de conservação do papel da mulher como a responsável pelo cuidado de casa e dos filhos/as. Na maioria das vezes, as mulheres abdicam do próprio lazer e da companhia do marido para cuidar dos filhos/as e da casa.

[...] Lá em casa às vezes o marido acha que tem que ir pra festa, sai eu não vou. Ele faz muito isso. As pessoas têm até vergonha de dizer: Ele vai é muito pra festa. As pessoas dizem: por que tu vai? Ele diz assim: ah! sou homem, eu posso ir. Eu não vou deixar meus meninos sozinhos pra ir pra festa (MP04).

Ele trabalha de noite e eu trabalho de dia, mas ele me ajuda de dia. A gente se encontra dia de segunda a noitinha. Ele gosta mais quando eu passo o cafezinho, ali ele acha que eu fiz o almoço, a janta, tudo, ta entendendo, aí ele gosta. Na hora que ele chega do serviço o café tá no ponto, ele gosta (MP06).

Verificamos, nesse caso, que as mulheres acabam não dando prioridade ao descanso e ao lazer, preferindo cuidar dos filhos/as. Isto ocorre, de acordo com Oliveira (2007, p. 110), porque “o tempo das mulheres para descanso e lazer não acontece na mesma frequência e qualidade vivenciadas pelo homem. Tal discussão sobre o tempo tem facilitado a percepção de como as mulheres organizam a vida cotidiana em torno do trabalho reprodutivo e como a divisão sexual é alimentada, no âmbito familiar, pela separação cultural entre trabalho de homem e trabalho de mulher”.

Já as expressões relatadas, a seguir, apresentam como algumas mulheres enfrentam situações problemáticas em relação a seus maridos. Na maioria das vezes, chegam a ser violentas para marcar posição diante de situações como o alcoolismo, a ausência do marido em casa e em momentos importantes da caminhada dessas mulheres como expressam as falas das MP15, MP10 e da MP05, respectivamente:

Eu brigo muito, sou muito abusada, muito antipática. Até com o meu marido. No dia que eu me zango, pego o facão vou atrás dele. Ele entra dentro do quarto e eu fico no pé da porta. Lá em casa o negócio é quente (rs,rs,rs). Quando os filhos é pequeno a gente é mandada, humilhada, a gente é pisada. A gente aquece tudo porque tem os filhos. Depois quando os filhos crescem é que a gente se liberta. É como aquela história. O que vir é lucro. No meu caso eu digo isto. Eu sempre digo pra [...]: O que vir é lucro. A gente não trabalha, é sustentada por ele.

Nosso relacionamento é médio. Existe um pouco de incompreensão porque. Então é um pouco assim meio ruim porque ele não me acompanha, nos lugares que eu vou, principalmente, nos lugares que eu preciso de uma companhia, né. Ele nunca pode me acompanhar. Tem momentos que ele não quer aceitar a minha caminhada, mas ele aceita porque ele já me achou caminhando na comunidade. Quando eu comecei com o grupo ele achou que não dava certo, que eu não me aquietava. Ele bebia muita cachaça e me desaquietava, foi capaz.... Nunca me bateu, graças a Deus nunca chegou a esse ponto mais a bebida, chegava a me dizer coisa que eu nunca tinha ouvido quando eu era sozinha. E por isso chegou o dia de eu sair de casa, passei uns dias fora de casa. Ele andava choramingando, se mal dizendo das coisas. Disse que ia vender a casa, era pra mim assinar pra vender a casa, que não dava pra ele ficar aqui. Eu imaginei! Se ele vender essa casa ele vai morrer no meio da rua ou vem então, ele vem de novo pra onde eu to, pra minha casinha.

O relacionamento na família é bom. Eu só brigo assim com ele quando eu não quero que ele vá pra Palmeiras, fico zangada, mas dentro de casa é bom.

No entanto, alguns traços de inovação são demonstrados quando as mulheres se referem à divisão das tarefas. Assim relata uma das mulheres:

[...] E a minha convivência com meu marido... Todo casal briga, tem dificuldade, mas em termos assim, de ser um bom pai, um bom marido ele é. Ele me ajuda. Se eu estou lavando

uma roupa ele faz o almoço, se eu estou limpando a casa ele faz o almoço. Ele tá presente em tudo. [...] Minha família é tudo, minha casa. Minha família em primeiro lugar. (MP08)

Esta constatação nos leva a pensar que, a atitude das mulheres em organizarem-se, ter mais acesso à informações e por serem casais mais jovens (73% estão na faixa etária de 20 a 40 anos) tem interferido no comportamento dos homens, no que se refere à divisão das tarefas, mesmo que não haja uma mudança radical na divisão sexual do trabalho.

As falas relativas a esta questão apresentam, ainda, a preocupação das mulheres com as dificuldades financeiras e com o alcoolismo. Segundo vimos, estes aspectos trazem grandes ameaças para a relação conjugal, na maioria das vezes, é o grande causador de desavenças na família e brigas entre o casal, determinando o grau de satisfação ou não com a relação. As MP04, MP08, MP11 retratam essa situação:

[...] A convivência é boa. A gente tem algumas dificuldades, assim financeiras, mais nada que possa dizer que a convivência seja ruim [...].

[...] Mas só tem um defeito, gosta de uma cachacinha. Nossa briga maior é por causa da bebida, mas não porque ele chega em casa bagunçando, é porque eu não gosto que ele beba, né. A antipática mesmo sou eu, da história.

Eu mais o [...] não andamos brigando não, graças a Deus. Só brigamos por causa dumas cervejinhas, mas só eu que falo. Ele chega se joga em cima de uma cama, não diz nem um, nem dois. Quem quiser falar que fale. Ele não tá nem aí. Só vai dormir e comer [...]

Ao discorrerem sobre suas famílias constatamos a existência de dois grupos de casais: um formado com casais mais jovens (73% na faixa etária de 20 a 40 anos) e outro por casais mais idosos (27% na faixa etária entre 41 a mais de 60 anos). No grupo mais jovem, os dados nos revelam um nível maior de conflito entre a possibilidade de construção de uma relação mais cooperativa e a conservação do papel da mulher como a responsável pelo cuidado da casa, do marido e dos/as filhos/as. No grupo de casais mais idoso/a, observamos a manutenção de traços de conservação do papel da mulher caracterizando uma relação que parece já estar no fim e que por isso não poderá mais ser modificada e o que importa é aceitar e tolerar um ao outro. Assim demonstram os depoimentos:

[...] o nosso relacionamento é obrigado ser eterno, porque nós dois já somos idosos. Nós não podemos mais se largar um pro lado outro pra outro porque não tem quem queira nós, né. Então nós vivemos se tolerando e tentando [...] (MP10).

[...] Não venha dizer que você nunca foi humilhada. Tem palavra que dói mais do que uma pancada. O mundo vai se acabar não. Nós vamos se acabar, o mais novo e o mais velho e

nunca vai ter igualdade. Tu entende, nós com os homens. Eu acho que nunca vai ser igual. Porque foi uma coisa que ficou do começo do mundo, não foi? Muda alguma coisa, mas não muda tudo (MP15).

Nesse sentido, é possível inferir que a maioria das mulheres está casada há muitos anos, pois, possuem em média 8 anos de casadas ou que vivem juntos, sendo que o casal que tem mais anos de vida conjugal possui 22 anos de casados ou vivem em união consensual e o mais jovem 7 anos. Assim, constatamos que essas mulheres preservam a relação conjugal apesar das dificuldades financeiras e do alcoolismo como consequência das condições sócio-econômicas. Tentam incluir os homens na divisão das tarefas domésticas, mesmo que eles encararem essa função apenas como “ajuda” às mulheres e não como responsabilidades.

4.1.1.2 Relação das mulheres com suas/seus filha/os e netas/os

Os discursos referentes à configuração das relações das mulheres com seus/suas filhos/as demonstram que as mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” mantêm seu papel de cuidadora dos/as filhos/as ou dos netos/as como sua maior preocupação. No entanto, embora de forma incipiente, há demonstração de algumas mudanças quais sejam, no compartilhamento com o marido das responsabilidades do cuidado, encarada, pelo homem, como “ajuda” à mulher e não como cooperação na divisão da responsabilidade pela educação e cuidado com as/os filhas/os e netos/as. Ao se referir à relação materno-infantil, Maturana (2004, p. 15) afirma que este:

[...] é um fenômeno biológico humano que envolve a mãe, não como mulher, mas como um adulto numa relação de cuidado. Nessas condições, tanto a mulher quanto o homem estão, em igualdade de condições, biologicamente dotados. Desse modo, [...] a maternidade é uma relação de cuidado, não uma tarefa associada ao sexo.

Estes atos de compartilhamento resumem-se ao fato dos pais irem deixar as crianças na escola, após as mães terem preparado o café, dado banho e arrumado as crianças como relatam as falas, a seguir:

Aqui é o [...] quando sai pra escola com o pai dele, com os colegas deles, quando vai pra escola pela manhã. [...] lá dentro de casa, deitada na rede. E eu estendendo as fraldas e lavando as roupinhas dela (MP12).

A convivência é boa. Acordo bem cedo pra fazer o café, acordo os meninos pra tomar banho, tomar café ir pra escola. Aí vou deixar a [...] na escola de bicicleta. E assim é minha vida, o

relacionamento de pais e filho eu acho que não é muito diferente não. A gente conversa bastante, eu brinco com meus filhos. União também (MP04).

Eu era sustentada pelo meu marido com cinco filhos. No dia que ele me agredir, pode sair de casa. Ou você sai ou eu saí (MP11).

Tenho 04 filhos, ele vai deixar os meninos no colégio, aí eu chego meio dia tá tudo em casa e todo mundo tem obrigação de ajudar um ao outro (MP06)

Aqui é minha família. Família unida. Aqui sou eu fazendo crochê de tarde, aqui é a nenê, brincado de boneca. Aqui é o [...] andando de bicicleta. Aqui é o [...] lavando o carro (MP05).

O cuidado é uma atividade indispensável para a sobrevivência da humanidade. Sendo assim, é necessário que se desenvolvam novas aprendizagens em torno desta questão para que homens e mulheres se tornem responsáveis por essa função. Corroborando com as idéias de Maturana (2004), Boff (1999, p. 90) define a palavra “cuidado”, afirmando que este é um termo derivado da palavra latina *cura*, que em sua forma mais antiga se escrevia *coera* e era usada num contexto de relações de amor e de amizade. Outros derivam cuidado de *cogitare-cogitatus* e, ainda, *coyedar*, *coidar*, *cuidar* que tem o sentido de cura: cogitar, pensar, colocar atenção, mostrar interesse, revelar atitude de desvelo e de preocupação. O autor afirma ainda que existam dois modos de ser no mundo: o modo de ser trabalho e o modo de ser cuidado.

Para ele essa atitude de trabalho-poder sobre o mundo corporifica a dimensão do masculino no homem e na mulher e o modo de ser cuidado revela a dimensão do feminino no homem e na mulher (BOFF, 1999). Neste caso, o fato de o cuidado estar restrito às mulheres, como consequência de um modelo de sociedade, que privilegia a relação capital-trabalho em detrimento das funções de trabalho-cuidado, podemos perceber claramente a divisão sexual do trabalho, na qual mulheres e homens são submetidos, através das várias práticas e espaços educativos a manterem tais relações.

Assim, muitas barreiras deverão ainda ser rompidas, pois impedem as mulheres de construir novas relações, sendo uma delas a maneira de educar as crianças. Para Boff (1999, p. 97):

[...] o grande desafio para o ser humano é combinar trabalho com cuidado. Eles não se opõem, mas se compõem e ao mesmo tempo se complementam. Juntos constituem a integralidade da experiência humana, por um lado, ligada à materialidade e, por, outra, à espiritualidade.

Outro fator a ser destacado diz respeito ao fato de que, sendo a Associação formada por dois grupos de casais – um mais jovem e outro mais velho e com mais tempo de casado -

há forte presença, junto a esses casais de relações intergeracionais, de outros membros que não apenas pais e filhos, em decorrência do cuidado dispensado aos netos, filhos adolescentes e, até mesmo, pelo contato que as crianças mantêm ao frequentarem a Casa de Artes e Cultura e lá se encontrarem com crianças de diferentes idades. A fala da MP15 expressa de forma significativa este fato:

A convivência mesmo é só o [...] o que fica dentro de casa, passa o dia, dorme e a confusão é grande porque eu brigo muito, sou muito abusada, muito antipática. No dia que vou pescar, porque eu não tou mais pescando por causa do negócio das redes, não tou mais pescando. [...] Agora ele vai mais com o neto. O neto tá grandinho, ele vai com ele botar os anzóis de tarde, agora pescar mesmo longe ele vai com o irmão. É só isso, a gente vive da pesca. E os filhos que ajuda (MP15).

Nessa perspectiva, os dados demonstram, também, uma preocupação dessas mulheres com os/as filhos/as adolescentes expressando o desejo de que eles/as encontrem um rumo que lhes dê segurança e estabilidade e não caiam na marginalidade com o uso de droga, como é o que tem acontecido com a maioria dos jovens²⁰. O depoimento a seguir demonstra esta preocupação:

A convivência com meus filhos e com meu esposo é boa, mas com meus adolescentes é muito difícil, porque quem tem filhos adolescentes, sabe?. Teimosos. Mas, sei que eu tento mostrar o lado bom, o lado bom. O trabalho. Tento mostrar a ele que o trabalho é ótimo. Não importa que trabalho seja, mas que o trabalho é ótimo (MP14).

Nesse caso, a relação entre mãe e filhas/os e netos, pais e filhas/os e netos se resume em dizer o que os/as filhos/as devem fazer e não em ouvir o que pensam e desejam os/as filhos/as.

Constatamos, também, que a maioria das mulheres, mesmo desejando se organizar, aumentar a renda familiar mantém uma dependência dos maridos, principalmente, se as/os filhas/os ainda são pequenos e necessitam de uma maior atenção. Em alguns casos, por superproteção às/aos filhas/os se recusam a sair para o lazer com seus maridos para ficar com as/os

²⁰ De acordo com Kouri (2004, p. 2), “a violência juvenil é normalmente entendida através das atitudes transgressoras físicas, verbais e simbólicas de jovens contra outros jovens, contra pessoas da vizinhança nas ruas e bairros onde moram, contra colegas ou autoridades nas escolas e, inclusive, contra os pais, e contra a sociedade em geral”. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior parte das vítimas de homicídios executados concentra-se na população masculina com idade entre 15 a 24 anos, mortos através de disputas entre gangues e, sobretudo, nas chacinas envolvendo grupos de extermínio, cujos agentes são, muitas vezes, recrutados entre as polícias civis e militares dos estados, quando não pelas ações das próprias polícias. No Brasil, entre dezembro de 1987 e novembro de 2001, 3.937 crianças e adolescentes morreram na cidade do Rio de Janeiro, por ferimentos à bala. Em São Paulo, apenas no ano de 2002, foram registrados 66 chacinas com um total de 219 mortes, com mais de cinquenta por cento dos casos envolvendo crianças e adolescentes, e na cidade do Recife, de janeiro de 2001 a dezembro de 2002, 332 pessoas foram vítimas de grupos de extermínio, grande parte delas constituída por jovens de até 25 anos (KOURI, 2004).

filhas/os em casa. Dessa realidade, podemos inferir que os/as filhos/as têm determinado, de certa forma, o tipo de relacionamento que a mulher mantém com o marido. Na maioria das vezes, as mulheres se submetem a determinada situação para preservar as/os filhas/os.

4.1.1.3 Relação dos homens com suas esposas

Os discursos referentes à configuração das relações dos homens, maridos das mulheres da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, demonstram que os homens têm uma visão positiva do relacionamento com suas esposas, pois, a maioria compreende que tem uma família unida, vivem bem, em paz e na harmonia e que as crianças possuem seus espaços e momentos de alegria e prazer, assim demonstram as falas:

Uma família unida, todo mundo junto, vive bem, eu e a mulher se entende dar muito bem... [...] (HP02).

Graças a Deus nós vivemos na paz, só na harmonia boa, não tem muitas brigas. [...] Então na minha casa, aqui, tá demonstrando que nós temos a união, sempre alegria, as crianças brincando. E é um lar de paz, graças a Deus (HP06).

Meu relacionamento é o seguinte (rs,rs,rs). No caso... a gente se dá superbem (HP01).

O relacionamento com minha nega é bom. Eu saio de manhã cedo, chego de noite, ela tá dormindo, mas as vezes ela tá acordada. Aí... A convivência lá é beleza demais, melhor do que aquilo ali estraga. Estamos levando a vida. Estamos com sete anos, estamos entrando nos oito anos. Namorei seis anos com ela e ela não queria casar comigo não. (rs,rs,rs) (HP05).

Verificamos que a idéia de paz e harmonia demonstrada pelos homens é muito limitada. O simples fato de não haver grandes brigas e violência física não significa necessariamente estar em paz e em harmonia, porque a violência manifesta-se de várias formas, dentre elas a violência simbólica, presentes sempre de forma camuflada nesse tipo de relação.

Tais discursos demonstram também, que ao admitirem haver pequenas brigas no relacionamento, os homens afirmam que esses tipos de comportamento são comuns. Podemos, então, inferir que, eles fazem confusão entre divergências, natural entre pessoas que pensam diferentes e conseguem expressar suas idéias e as pequenas brigas, que poderão ser conseqüência de situações constrangedoras, como eles mesmos se referem quanto citam o desemprego como um dos maiores causadores de problemas na família. Esses desentendimentos são provocados tanto pelos homens como pelas mulheres e são conseqüência, na visão dos homens, da inexistência de dinheiro, provocada pelo desemprego,

pois, a maioria dos homens é desempregada e vive do subemprego (53% são desempregados, 27% são autônomos e apenas 13% são empregados) e pela convivência, dentro da família, com pessoas que pensam diferentes uma da outra. Essas análises estão expressas nos depoimentos a seguir:

Às vezes uma briguinha, mais é difícil, mas só quando a gente tá sem dinheiro mesmo, a gente começa a se esquentar e esquece o amor (HP01).

Nós não temos briga em casa. Temos 23 anos de casados, às vezes a mulher fala um pouquinho mais alto, mas é difícil, só quando ela se zanga, quando faço uma coisa que ela não quer, mas o mais tá bom (HP02).

[...] o mais a vida tá boa, só o desemprego que tá atingindo a gente, a família, o resto tá bom (HP04).

E sobre a convivência com minha mulher, eu respeito muito ela, nós brinca muito e briga também, mas só que briga razoável, mas toca a vida pra frente (HPO3).

As brigas são poucas. Mas lá sempre tem uma discussãozinha porque são cabeças diferentes, nunca são cabeças iguais, não é o mesmo raciocínio, sempre de um lado tem uma desavençazinha, mas se não tiver estraga. Nunca a gente sabe o que passa pela cabeça do outro. As vezes a gente nasce da mãe da gente e ela não sabe o que se passa na cabeça da gente (HP06).

No que se refere à divisão das tarefas, em casa, a maioria dos homens admite que fazem trabalhos domésticos – lavam louças, limpam a casa, fazem comidas - admitindo até o cuidado com a mulher. Essa mudança no comportamento dos homens com relação ao trabalho doméstico também é apontada pela pesquisa do IBGE (2006). De acordo com os dados da pesquisa, entre 1995 e 2005 observou-se um tímido aumento da participação dos homens no cuidado de afazeres domésticos de cerca de 2,0 pontos percentuais na população de 10 anos ou mais de idade e uma variação um pouco menor entre a população ocupada (0,8 pontos percentuais). A análise destes percentuais entre a população masculina revela uma maior participação dos homens no cuidado de afazeres domésticos, um aumento de 5,1 pontos percentuais entre os homens ocupados, mas ainda longe de se afirmar uma divisão de tarefas entre homens e mulheres no ambiente doméstico. Em média as mulheres gastam 25,2 horas semanais no cuidado de afazeres domésticos contra 9,8 horas dos homens.

Podemos constatar que o trabalho doméstico, mesmo tendo a participação dos homens, não é executado em regime de colaboração, pois, a maioria se refere a este trabalho como momentos de “ajuda” e são realizados quando o homem está sem nenhum outro trabalho para ser executado fora de casa, como é relatado nas falas abaixo:

Ajudo nas tarefas domésticas. Às vezes eu ajudo, quando ela está muito aperreada, ajudo. As vezes, também, quando ela tá com preguiça aí eu: por deixa aí que faço aí. Só não sei fazer comida, mais limpo a casa. (HPO3)

Eu sei cuidar de casa e da mulher. Sempre quando estou em casa, de manhã tem sempre muita vasilha pra mim lavar, sempre deixo tudo lavado. (HP04)

Verificamos ainda que esta “ajuda” nas tarefas domésticas não chega a ser um trabalho em colaboração ou de co-responsabilidade para com a mulher, pois, como defende Maturana (2004, p. 18):

[...] a colaboração é um fenômeno puramente biológico quando não implica um acordo prévio. Quando o faz, é um fenômeno humano. Ela surge de um desejo espontâneo, que leva a uma ação que resulta combinado a partir do prazer. Na colaboração não há divisão de trabalho. A emoção implícita na divisão do trabalho é a obediência.

Assim, é o modo patriarcal de como são realizados os afazeres domésticos que nega a colaboração como princípio valorativo nas relações entre homens e mulheres, definindo atividades associadas ao gênero masculino ou feminino. No caso desse estudo, que é uma intervenção, consideramos ser imprescindível buscar discutir estes conflitos a partir de práticas educativas, nas quais, entre vários assuntos, as tarefas domésticas e os cuidados com as/os filhos sejam refletidos e passem a ser assumidos pelos homens, em regime de colaboração e co-responsabilidade com as mulheres.

4.2 As relações de gênero construídas no contexto da APMP

As relações construídas, no contexto da cultura patriarcal, que se expressam no resultado desta pesquisa, demonstram que as mulheres e homens envolvidos nesse processo submetem-se a variadas situações que demonstram que o homem, ainda, mantém seu poder de provedor, mesmo que em poucas situações apareçam sinais de renovação e de conflito eminentes da possibilidade de mudanças. Vimos também que são as mulheres quem mais se preocupam com os filhos e as filhas e com o relacionamento na família.

É perceptível que a cultura patriarcal já está estabelecida como regra, contudo, os diferentes modos de apresentar ações e emoções podem ser modificados e transmitidos às crianças como novo modelo a ser vivenciado. Maturana (2004, p. 43) reforça esse pensamento afirmando que:

[..] uma cultura é uma rede de coordenações consensuais de ações e emoções [...]. Quando estas também começam a ser conservadas transgeracionalmente, na rede de conversações que define essa comunidade, ocorre uma mudança cultural. [...] O patriarcado como modo de vida não é uma característica do ser do homem. É uma cultura e, portanto, um modo de viver totalmente vivível por ambos os sexos. Homens e mulheres podem ser patriarcais, assim como ambos podem ser e foram matrísticos.

Dessa forma, o crescimento da criança passa, segundo Maturana (2004), por duas fases opostas: 1) ocorre na infância de meninos e meninas, como membro da cultura de suas mães, num viver centrado na biologia do amor como domínio das ações que tornam o outro um legítimo outro em coexistência conosco; 2) começa quando a criança principia a viver uma vida centrada na luta e na apropriação e subordinação. A criança vive em contínuo esforço pela apropriação e controle da conduta dos outros, lutando sempre contra novos inimigos.

Assim, podemos afirmar que essa experiência mostra as mulheres e os homens, participantes desta pesquisa-ação, vivendo em conflito entre a cultura matrística e a cultura patriarcal instituída no cotidiano deles, seja por conservar o patriarcalismo seja por apresentar traços de inovações.

Diante desse contexto, o emocional patriarcal é reforçado porque o que existe mais forte em nossa sociedade são experiências nas quais as crianças e os adultos se engajam, como forma de sobrevivência, dentro de arranjos sociais criados para a sustentação do patriarcado, partindo de modos de vida baseado na hierarquia, dominação, verdade e obediência, caracterizando-se como autonegação e negação do/a outro/a.

Ao apresentar essa discussão, verificamos que a relação de gênero estabelecida entre homens e mulheres preserva o machismo e que as mudanças ocorridas, até agora, não significam necessariamente modificação na relação de poder estabelecida, há séculos.

Fruto de uma sociedade patriarcal, o machismo se tornou um comportamento não só dos homens, mas, também, das mulheres que, ao educar filhos e filhas, vão preservando esse comportamento. Entendemos, portanto, que o machismo é uma construção histórico-social. Como tudo que é social é passível de transformações, percebemos hoje modificações na forma de como homens e mulheres se relacionam. Esta nova forma de relacionamento tem gerado explícitos conflitos e novas relações. Supomos que o conflito representa o ponto de partida para a mudança, pois compreendemos ser este um passo para a desconstrução das

representações sociais²¹ machistas que há séculos dominam as relações de gênero existentes na nossa sociedade.

Entretanto, as práticas educativas desenvolvidas junto a grupos sociais devem servir como tentativas de construção de alternativas que se contraponham a este sistema instituído e contribuam para a elaboração de discurso contra-hegemônico. Dessa forma, as mulheres, através de suas organizações, carregam consigo o desejo de transformação, de mudança ao se tornarem protagonistas de sua própria história, como reforça Touraine (2007, p. 23):

[...] as mulheres [...] não acreditam no necessário desaparecimento da identidade feminina, não se consideram vítimas, até mesmo quando sofrem injustiças ou violências e, nos convenceremos disso rapidamente, as mulheres carregam dentro delas projetos positivos, bem como o desejo de viver uma existência transformada por elas mesmas.

Para que um novo modelo se estabeleça como nova cultura, tornando-se prática social essas mulheres deverão garantir, por meio de processos de reflexão e de ações intencionais, que esse novo modelo se torne característica da forma de vida cotidiana, assim como das idéias, verdades ou crenças. Essas experiências se tornam práticas na medida em que, em conexão com o sistema nervoso, valores, imagens, temores, aspirações e desejos, façam parte da vida pessoal de cada ser. Conforme nos informa Maturana (2004), é por causa dessa relação entre o funcionamento do sistema nervoso de uma pessoa e a cultura à qual ela pertence que se estabelecem modificações consistentes, que são mantidas de modo transgeracionais. Então, para construirmos novas relações de gênero deveremos ter outras experiências que nos levem a vivenciar outros modos de vida diferentes do patriarcado.

²¹ Conceito definido por Moscovici, (1978, p. 42), que "corresponde, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por, outro, à prática que produz a dita substância" e, segundo Jodelet (2001, p. 17), "serve como guia no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar de decisões e posicionar-se frente a eles de forma defensiva".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises desenvolvidas durante o processo de pesquisa-ação realizado no Parque Eliane, junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, verificamos que a maioria das mulheres e homens, que residem naquela comunidade são oriundos das cidades do interior do Estado do Piauí e do Maranhão. Essas famílias deslocaram-se para Teresina em busca de melhores condições de vida e, através da ocupação da terra, começaram a construção de uma nova identidade, agora, urbana. Assim, esse território tornou-se espaço tanto de construção como de afirmação de identidades individuais e coletivas.

Sendo a realidade urbana caracterizada por inúmeros problemas, a grande maioria dessas famílias é desempregada ou vive do subemprego. As mulheres comercializando cosméticos, produzindo artesanato como redes, bijuterias, panos de prato, pinturas, bordados e crochês e os homens trabalhando como biscateiros, pedreiros, pintores, dentre outras atividades.

Assim, diante dessa realidade, as mulheres organizaram-se numa Associação de Produção com intuito de reverter essa situação. Nesse sentido, a Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” tornou-se instrumento importante para modificação do modo de vida dessas mulheres. Desse modo, ao considerar as mudanças ocorridas na dimensão político-organizativa podemos constatar que a Associação contribuiu significativamente para melhorar auto-estima dessas mulheres, acabando com a timidez, proporcionando mais amizades, segurança, fazendo com que se sintam numa família. A maioria das mulheres revelou que o ambiente da Associação é espaço importante para a construção de novas relações de amizade, companheirismo e organização, elementos que as fortalecem como mulher e como grupo de produtoras em busca de autonomia e cidadania, como afirma a MP10:

E outra coisa boa que eu vejo nesse grupo pra mim é esse aconchego que a gente tem aqui. Eu tenho muito motivos pra me afastar dele mais eu não tenho força de me afastar, porque eu tenho minhas filhas que moram longe, elas têm mais dificuldades de vir aqui mais do que eu de ir lá, mas eu me apeguei muito a esse grupo, me apeguei muito, acho se a maioria dos membros desse grupo tivesse apego por ele a metade do que eu tenho, muitas coisas que acontece a gente deixava, levantava a cabeça e seguia em frente sem nenhum temor a nada porque sinceramente eu aprendi muito pouco materialmente, mais, assim fazer as coisas, mais com as pessoas eu continuo aprendendo muito mais porque apesar da minha pouco leitura eu tenho assim uma maneira de aprender a conviver com as pessoas do jeito que elas são.

A Associação torna-se espaço, também, de construção da consciência de si e da consciência política, que leva estas mulheres a preocuparem-se com o espaço onde estão inseridas. Essa consciência política está recheada de atitudes, que incorporam desejos, interesses, disposição e desejo de mudança.

Constatamos que as práticas educativas desenvolvidas naquele espaço, através do Projeto “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Sócioeducativas: autoativação de comunidades locais”, demonstrou que as aprendizagens tornaram-se instrumento de superação da relação de submissão e baixa auto-estima, através do empoderamento e elevação da autonomia das mulheres. Percebemos, ainda, que as atividades ali desenvolvidas são vistas como oportunidades para auto-afirmação, reconhecimento de si e da/o outra/o, de formação e capacitação técnica para o trabalho, contribuindo para o desenvolvimento da consciência autônoma, porque envolve aspectos da prática, assim como dos processos subjetivos. Representam, também, a possibilidade de construção de novos cenários, tendo as mulheres como protagonistas.

No que se trata da configuração das relações entre mulheres e homens, a experiência desenvolvida junto a esse grupo demonstrou que, apesar de se conservarem como famílias nucleares, apresentam modificações na forma de se relacionarem. Além de preservarem suas relações familiares, os homens mantêm seu papel de provedor e falam de modo positivo das relações com suas esposas, sendo ainda as mulheres as que mais se preocupam com a relação e com os problemas familiares.

As mulheres confirmaram através de suas práticas, que sem o envolvimento dos homens no debate dessa questão não conseguirão instituir outra cultura, pois, é nítido que a discussão de novas relações de gênero compreende a construção de novas referências culturais, nas quais os homens passam a agir em colaboração com as mulheres, assumindo tarefas como co-responsáveis pela família.

Dessa forma, constatamos que são as mulheres quem mais necessitam de condições que garantam segurança e tranquilidade para realizar seus trabalhos, sejam longe ou próximo de suas residências. É imprescindível que o poder público assuma essa tarefa e invista em políticas públicas, como a implantação de creches, por exemplo.

Observamos, assim, que o projeto de intervenção, proporcionado pelo Intercâmbio Científico Cultural, desenvolvido entre a UFPI/Brasil e UNIVR/Itália, no Parque Eliane, a partir da pesquisa-ação, tem contribuído para uma ação conscientizadora e militante e, ainda,

para o exercício da prática da educação popular, na qual se mostrou possível a relação entre teoria e prática e a produção coletiva do conhecimento.

Consideramos importante, também, lembrar que é essencial reforçar práticas educativas que tragam à tona questões de gênero, pois se aflorarmos os conflitos e refletirmos sobre eles, poderemos perceber as contradições existentes e, desses conflitos, quem sabe, uma nova cultura poderá surgir.

Por fim, podemos afirmar, que apesar das limitações, este trabalho vem colaborando no desenvolvimento de estudos e pesquisas, oportunizando às mulheres, crianças, homens e jovens, envolvidos no projeto, o fortalecimento da organização, a partir da qualificação profissional e capacitação política oferecida na perspectiva de fomentar a geração de renda e o fortalecimento do protagonismo de cada sujeita/o envolvida/o. A contribuição também ocorre pela possibilidade de construção de outra cultura, na qual a prática social e a educação das crianças se construirão com o intuito de transformar a realidade, modificando as subjetividades e o modo de pensar o mundo e a relação nele e com ele.

Vale ressaltar, enfim, que algumas dificuldades se apresentaram no percurso do processo, no entanto, esse trabalho de pesquisa-ação abriu caminhos para novas pesquisas e aprofundamentos acerca de temas como a educação infantil, educação e masculinidades, a contribuição das avós na educação dos netos, a inserção dos jovens através da educação, além das relações de gênero, na perspectiva da educação infantil como prática matrística, dentre outros. Basta adentrarmos este universo e persistir na caminhada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M. et. al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

ANYON, Jean. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. n. 73, p. 13-25. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1990.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Líber Livro, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

BECKER, Daniel, et al. *Empowerment* e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. **Ciência e saúde coletiva**, v. 9, n.3, p.655-667, 2004.

BERNADES, Anita Guazelli; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A cultura como constituinte do sujeito e do conhecimento. In: STREY, Marlene; NEVES, CABEDA; Sônia T. Lisboa, PREHN, Denise R. (Orgs.) **Gênero e cultura: questões contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves (Orgs.). **Vinte Anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília/DF: Cáritas Brasileira, 2003.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano**. Petropolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008a.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Convenções internacionais**. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/legislacao/legislacao_convencao_internacional.htm>. Acesso em: 30 nov. 2008b.

BUARQUE, Sérgio Cristovam. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Recife: INCRA-IICA, 1997. (Mimeo).

- CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. 21^a. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.
- CARVALHO, Sérgio Resende. Os múltiplos sentidos da categoria “*empowerment*” no projeto de Promoção à Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 4. Rio de Janeiro, 2004.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luci; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- COSTA, Mônica Rodrigues. Breve Ensaio sobre a trajetória da Educação Popular. **Gaveta Aberta**. n. 6, Recife: EQUIP, 2000.
- COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene; NEVES, CABEDA; Sônia T. Lisboa, PREHN, Denise R. (Org.) **Gênero e cultura**: questões contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- DA MATA, Daniel; LALL, Somik V.; WANG, Hyoung Gun. Favelas e dinâmica das cidades brasileiras. **Ensaio de economia regional e urbana**. Brasília: Ipea, 2007.
- DA MATA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Anuário 2000 – 2001**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/2001/anu2001-2.xml>> Acesso em: 30 nov. 2008.
- FAÇANHA, Antonio Cardoso; PINTAUDI, Silvana Maria. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ... **Carta CEPRO**. v. 22, n.1, p.59-69. Teresina: CEPRO, jan./jun. 2003.
- FEITOSA, Sônia Maria Ribeiro. **Lixo Domiciliar**: desafio ambiental do Parque Eliane, 2007. 50f. Monografia (Especialização em Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento sustentável) Coordenação de Pós-graduação em Educação da UFPI. Teresina, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FONTANA, R; CRUZ, N. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.
- FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2006.
- FLICH, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional**. 2. ed. Belo Horizonte: [s.ed], 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Educação Popular na América Latina no Novo Milênio: Impactos no novo paradigma. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 11, n. 19, p. 97-128, jan./jun., 2002.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Disponível em: <[http://www. ffclrp.usp.br/paideia/artigos /24/03.doc](http://www.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/24/03.doc)>. Acesso em: 20 de jul. 2007.

HAESBAERT, Rogério. Concepção de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et. al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. João Pessoa: UFPb, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio: Síntese de indicadores 2003**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2006**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2001.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Cultura da violência e o medo do outro: observações sobre medos, violência e juventude no Brasil atual. **Revista de Antropologia Experimental**. Disponível em: <[http://www.ujaen.es/huesped/rae/ articulos2004/koury2004.pdf](http://www.ujaen.es/huesped/rae/articulos2004/koury2004.pdf)> . Acesso em: 20 dez. 2004.

KRUPPA, Sônia M. Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humana. In: SINGER, Paul A. (Org.) **Economia solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005. p. 21-30.

LAMAS M. Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n. 84/85, mar./ago., 2000.

LARROSA, Jorge. Dar a palavra: notas para uma dialógica da transmissão. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR. (Org.) **Habitantes de Babel**: políticas e poética da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 281-295.

LEGENDRE, Renald. **Dictionnaire actuel de l'éducation**. 2. ed. Montréal: Guérin, 1993.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

MATURANA, Humberto R. Conversações Matrística. In: MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e Brincar**: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.

MENESES, Ana Maria Teixeira de. Mulheres: frutos de dominação e fruto para a libertação. In: STREY, Marlene Neve et al. (Org.). **Construções e perspectivas em gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Conceito de Metodologia de Pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Ciência, Técnica e Arte**: O desafio da pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAIS, Maria da Piedade; DA GUIA, George Alex; PAULA, Rubem de. Monitorando o Direito à Moradia no Brasil (1992-2004). **Revista Políticas Sociais**. Brasília, IPEA, 2006.

MOREIRA, Herivelto; CALLEFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador de sua Prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORIN, André. **Pesquisa-ação integral e sistêmica**: uma antropedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emílio Roger; MOTTA, Raúl Domingos. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformações das Desigualdades de Gênero?** Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de Assentamentos do Cariri Paraibano. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPB, João Pessoa, 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento 1997**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

PEREIRA, V. L. Gênero: dilemas de um conceito. In: STREY, Marlene; NEVES, CABEDA; Sônia T. Lisboa, PREHN, Denise R. (Org.) **Gênero e cultura: questões contemporânea**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pillar. (Org.) **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: ED. Mulheres, 1998.

REIS, José R. T. Família, Emoção e Ideologia. In: CODO, Wanderley et all. (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: contexto, 1991.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. A semeadura da palavra: fragmentos de poemas campestinos. **Linguagem & Ensino**. v. 8, n. 2, p. 121-144, Pelotas - RS, 2005.

RUA, Maria das Graças, ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani, **A Mulher na Sociedade de Classes: Mitos e Realidade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Ana Célia de Sousa, ANDRADE, Luciana Farias de. **Da invisibilidade ao protagonismo: a experiência de empoderamento do grupo de mulheres do Parque Eliane – Teresina/PI**. 2006.57f. Monografia (Especialização em Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável) UFPI, Teresina, 2006.

_____. **Educação Popular: um caminho para a reconstrução de utopias**. Teresina, 2002. (mimeo).

_____; BRITO, Paulo Afonso. **Movimentos Sociais no Piauí: Sonhos, Lutas e Desafios**. Teresina: Rede de Educadores do Nordeste, 2001.

SAWAIA, Bader Burihan. Fome de Felicidade e Liberdade. **Educação e Participação**. São Paulo: CENPEC/ Fundação Itaú Social/ UNICEF, 2003.

SILVA, Álamo Pimentel Gonçalves da. **O elogio da convivência e suas pedagogias subterrâneas no semi-árido brasileiro**. Porto Alegre, 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **A Economia Solidária e os Novos Paradigmas de Desenvolvimento: sustentabilidade, solidariedade e territorialidade**. Brasília, 2004.

SILVEIRA, Maria Lúcia. **Família: conceitos sócio-antropológicos básicos para o trabalho em saúde**. Família. Saúde Desenvolvimento. v.2, n. 2, p.58-64, jul./dez. Curitiba, 2000.

SINGER, Paul A. Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: SINGER, Paul A. (Org.) **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005, p.13-20.

SPINK, Mary Jane P. e MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane P. (Org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2004.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil para análise histórica. **Educação e realidade**. v.16, n.2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

STREY, M. N. et al. **Psicologia Social Contemporânea: Livro-texto**. Petrópolis, RJ. Ed.Vozes. 1998.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. **Parecer Técnico**, processo: 074-1829/97. Teresina, 1997a.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo. **Projeto Vila-Bairro**. Teresina, 1997b.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia da produção associada**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Vozes, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2007.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ; UNIVR. UNIVERSIDADE DOS ESTUDOS DE VERONA. **Projeto Científico-cultural “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Sócioeducativas autoativação de comunidades locais”**. Teresina, 2003.

UNB. Universidade de Brasília. **Desenvolvimento sustentável: Eco 92**. Disponível em: <http://www.unb.br/temas/desenvolvimento_sust/eco_92.php>. Acesso em: 25 jan. 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas/SP: Papirus, 1992.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo: Vozes, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
 CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
 PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEd/ UFPI
 CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

O Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí vem ampliando as atividades de pesquisa com o intuito de contribuir com a melhoria das práticas educativas de professores e professoras e, conseqüentemente, com qualificação da atuação político-pedagógica de vários agentes sociais no Estado.

Neste sentido, gostaríamos de convidar-lhe para participar, como voluntária, de uma pesquisa que será realizada sobre as práticas educativas do Projeto de Intercâmbio Científico-Cultural “Sujeitos e Saberes na Mediação de Práticas Sócio-educativas: auto-ativação de comunidades locais”, desenvolvido entre a UFPI - Universidade Federal do Piauí/Brasil e a UNIVR – Università Degli Studi Di Verona/Itália, desenvolvido no Centro de Vivência – “Infância/Mulher/Território”, no Parque Eliane, zona sul de Teresina.

Este trabalho de pesquisa será realizado pela mestrande Ana Célia de Sousa Santos, sob orientação da Professora Dr^a Maria do Carmo Alves do Bomfim. Em caso de dúvida, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Relações de gênero e empoderamento de mulheres: a experiência da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”

Pesquisadora Responsável: Ana Célia de Sousa Santos

Professora Orientadora: Dr^a. Maria do Carmo Alves do Bomfim

Endereço: Universidade Federal do Piauí – Centro de Ciências da Educação Programa de Pós-Graduação em Educação.

Telefone para contato: (86) 3227-8549 / 9976-8944

DESCRIÇÃO DA PESQUISA

Este trabalho de pesquisa pretende analisar como as práticas educativas desenvolvidas junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, vêm contribuindo para a construção de um processo de emancipação e empoderamento de mulheres nas dimensões humana, político-

organizativa, de incorporação da economia solidária e construção de um novo olhar sobre as relações de gênero.

Para concretização dessa investigação, iremos trabalhar com os seguintes procedimentos metodológicos, nos quais precisaremos de sua colaboração:

- **Observação participante:** estarei integrada no projeto de intercâmbio, participando assiduamente de todos os momentos realizados pelo projeto e pela Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” de forma que atendam aos interesses do problema da pesquisa. Esta observação seguirá com anotações feitas através do **diário de um percurso**.
- **Questionário com perguntas semi-estrutura:** para levantamento de dados sócio-econômico e informações que ajudem a analisar a importância da Associação na vida das mulheres e de suas famílias;
- **Grupo Focal:** será utilizado para aprofundamento de temas relacionados aos objetivos e para responder questões que não foram respondidas com as técnicas citadas acima;

Espero com esse trabalho de pesquisa colaborar na construção de reflexões políticas e pedagógicas que poderão ser significativas na construção de novas relações de gênero, seja na academia, na escola ou nos movimentos sociais.

A sua contribuição será de grande importância para a realização desse trabalho de pesquisa, no entanto, a participação é voluntária e você terá toda a liberdade de desistir quando assim avaliar necessário. Como também poderá se recusar a responder a qualquer questionamento que possam causar-lhe algum constrangimento.

As informações obtidas, durante os vários procedimentos da pesquisa, serão mantidas em sigilo, a menos que requerido por lei ou por sua autorização. O acesso aos dados para verificar informações somente será permitido à própria pesquisadora, a equipe de estudo e ao Comitê de Ética.

Ana Célia de Sousa Santos
Coordenadora da pesquisa

APÊNDICE B



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO PROF. MARIANO DA SILVA NETO
PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEd/ UFPI
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO COLABORADOR NA PESQUISA

Eu _____, RG nº _____, abaixo assinado, concordo em fazer parte do estudo: Relações de gênero e empoderamento de mulheres: a experiência da Associação de Produção “Mulheres Perseverantes” na condição de colaboradora, fornecendo as informações necessárias para o desenvolvimento da investigação acerca das práticas educativas desenvolvidas junto à Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”, pelo Projeto de Intercâmbio-Científico Cultural “Sujeitos e Saberes na Mediação de Prática Sócioeducativas Autoativação de comunidade locais”. Tive pleno conhecimento das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo citado. Discuti com a mestranda Ana Célia de Sousa Santos sobre a minha decisão em participar neste estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo, voluntariamente, em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a sua realização. A retirada do consentimento da participação no estudo não acarretará em penalidades ou prejuízos pessoais.

Teresina, _____ de _____ de _____.

Nome do responsável: ANA CÉLIA DE SOUSA SANTOS

Assinatura _____

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
Questionário/Perfil

Nome:	
Endereço	
Bairro	
Município/Cidade	UF
CEP	
Telefone para contato	Celular próprio
E-mail:	
<p>1 – Data de Nascimento: ____/____/____</p> <p>2 – O lugar onde você reside é:</p> <p>1) Zona urbana () 2) Zona rural ()</p> <p>3 – Qual é a sua raça/cor?</p> <p>1) Amarela () 5) Índio ()</p> <p>2) Branca () 6) Mestiço ()</p> <p>3) Negra () 7) Mulata ()</p> <p>4) Pardo () 8) Outra:</p> <p>4 – Sexo:</p> <p>1) Masculino () 2) Feminino ()</p> <p>5 – Qual é seu estado civil?</p> <p>1) Solteira/o () 4) Separada/o ()</p> <p>2) Casada/o () 5) Vive junto ()</p> <p>3) Viúva/o ()</p>	<p>6 – R.G. Nº _____ - ____/____</p> <p>7 – Escolaridade?</p> <p>1) Analfabeto ()</p> <p>2) Alfabetizado ()</p> <p>5) Médio incompleto ()</p> <p>6) Médio completo ()</p> <p>7) Superior incompleto ()</p> <p>8) Superior completo ()</p> <p>9 – Situação de trabalho</p> <p>1) Empregado () 3) Desempregado ()</p> <p>2) Autônomo () 4) Aposentado ()</p> <p>5) Outra: _____</p> <p>10. Renda</p> <p>1) Sem renda</p> <p>2) Menos de 1 Salário Mínimo ()</p> <p>3) 1 Salário Mínimo ()</p> <p>4) mais que 1 Salário Mínimo ()</p> <p>5) mais de 2 Salário Mínimo ()</p>

11. Quais as contribuições, do grupo, para sua vida pessoal?

12. Você considera importante a sua participação no grupo “Mulheres Perseverantes” ?

13. Quais os tipos de atividades que você já participou ?

14. Qual a relação que você mantém com as outras mulheres fora da Casa ?

15. Qual atividade de lazer você participa ?

15.2 – Quanto você se diverte você vai com marido/companheiro e filhos/as ?
 Sim
 Não

APÊNDICE D

GRUPO FOCAL 01 – COM AS MULHERES

OFICINA: A HISTÓRIA DO GRUPO “MULHERES PERSEVERANTES”

Objetivo:

- Sistematizar a história construída pelas mulheres participantes do Grupo “Mulheres Perseverantes”, possibilitando a identificação de sua participação e de seu pertencimento.

Dinâmica:

- Construção da Linha do Tempo

1º Momento:

- Dinâmica de relaxamento – o jardim
- Descrição de um fato ou fatos marcantes de sua participação no grupo;
- Apresentação e discussão da proposta da oficina.

2º Momento:

- Construção coletiva da Linha do Tempo, resgatando a origem da comunidade, do grupo e das práticas educativas desenvolvidas no contexto do grupo;

3º Momento:

- A partir da Linha do Tempo construída, descrever, individualmente, cada prática educativa/ação desenvolvida no contexto do grupo;

4º Momento:

- Entrega dos textos escritos, discussão e ilustração de cada texto pela mulheres.

5º Momento:

- Lançamento da publicação.

Material:

- tarjetas – 4 cores (rosa, amarela, azul, verde)
- pinceis
- cd
- som

APÊNDICE E

GRUPO FOCAL 02 – COM OS HOMENS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

OFICINA

Data: 24/02/2008

Local: Casa das “Mulheres Perseverantes”

Objetivo:

- Integrar, os homens (maridos e companheiros das mulheres do grupo “Mulheres Perseverante), de forma a definir ações a serem desenvolvidas conjuntamente;
- Construir uma idéia sobre a relação desses homens com suas esposas/companheiras, filhos e filhas;

Programação

1º Momento:

- Dinâmica de integração com o palito de fósforo.

2º Momento:

- Através do desenho todos os homens deverão expressar como é sua relação com suas esposas/companheiras, filhos e filhas;
- Socializar o desenho através da fala, apresentando suas idéias;
- Organizar um mural com os desenhos apresentados;

3º Momento:

- A partir das expectativas, definir quais ações/atividades serão realizadas.

Material:

- Som
- CD
- Papel em branco
- Pincéis
- Coleção de cera ou madeira
- Fita Gomada

APÊNDICE F**CONVITE****DIA INTERNACIONAL
DA MULHER****PALESTRAS**

Temas:

- **Violência contra a Mulher**

Dia: 28/03, às 15h

Delegada Dr^a Eugênia

- **Alcoolismo na Família**

Dia: 30/03, às 9h

- **Doenças Sexualmente Transmissíveis**

Dia: 04/04, às 15h

Enf. Mestranda Anneth

- **Gravidez na Adolescência**

Dia: 11/04, às 15h

Prof^a. Mestranda Mirian

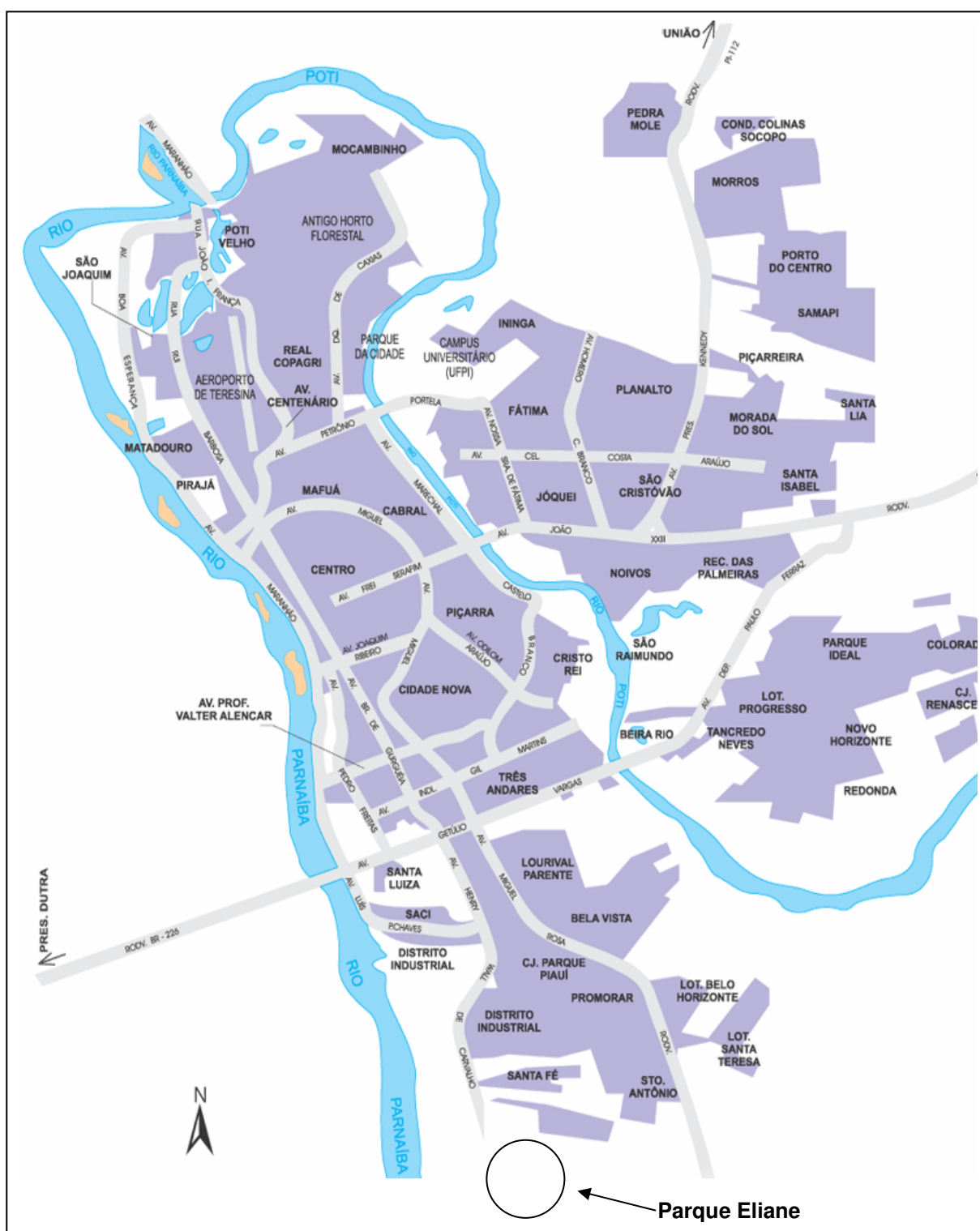
Local: Igreja São Sebastião

Promoção: Associação de Produção “Mulheres Perseverantes”

ANEXO

ANEXO 01

Mapa de Teresina: localização do Parque Eliane



ANEXO 02

**RELAÇÃO DAS FAMILIAS DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO
“MULHERES PERSEVERANTES”**

	MÃE	PAI	FILHOS/FILHAS	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE
1	Nilva Maria	Roberval	Geovana Jéferson	8 anos 7 anos	F M	Ensino Infantil
2	Ivanilde Silva	Flávio	Flávio Ivonara	2 anos 5 anos	M F	Ensino Infantil
3	Luciane Rodrigues	Henrique	Luiz Fábio	2 anos 7anos	M M	Ensino Infantil
4	Maria Valdinéia	Edivan	3	13, 13, 15 anos	2M e F	Ensino Fundamental
5	Albaniza Moraes	Gilberto	Jackson Jeferson Jacíara	8 anos 2 anos 9anos	M M F	Ensino Fundamental
6	Gorinete	Edinaldo	Mateus	8 anos	M	Ensino Fundamental
7	Maria Aparecida	Gilvan	Isaque	6 anos	M	Ensino Infantil
8	Maria José - avó	Paulo	Suiany	2 anos	F	Não frequenta
9	Geane Rodrigues	Francisco	Gleiciane Geisiane	7 anos 4 anos	F F	Ensino Infantil e Fundamental
10	Edineide(Neide)	Francisco	Pedro Henrique Iasmim	7anos 4 anos	M F	Ensino Fundamental
11	Regina Maria	Raimundo Nonato (falecido)	Edilene Erenilson Natália Abraão	21 20 19 18	F M F M	
12	Amparo Evangelista - avó e Isolda (mãe)	Antonio	Railane Rubens Ronei	9anos 7anos 5anos	F M M	Ensino Fundamental
13	Marta	Jailton	Não tem filho			
14	Maria do Amparo	Adonato	Não tem filho			
15	Joseni (Didi)	Antonio	02 filhos	16 e 18 anos	M	Ensino Médio

ANEXO 03

DESENHO PRODUZIDO DURANTE O GRUPO FOCAL COM OS HOMENS



ANEXO 04

DESENHO PRODUZIDO DURANTE O GRUPO FOCAL COM OS HOMENS



ANEXO 05

DESENHO PRODUZIDO DURANTE O GRUPO FOCAL COM AS MULHERES



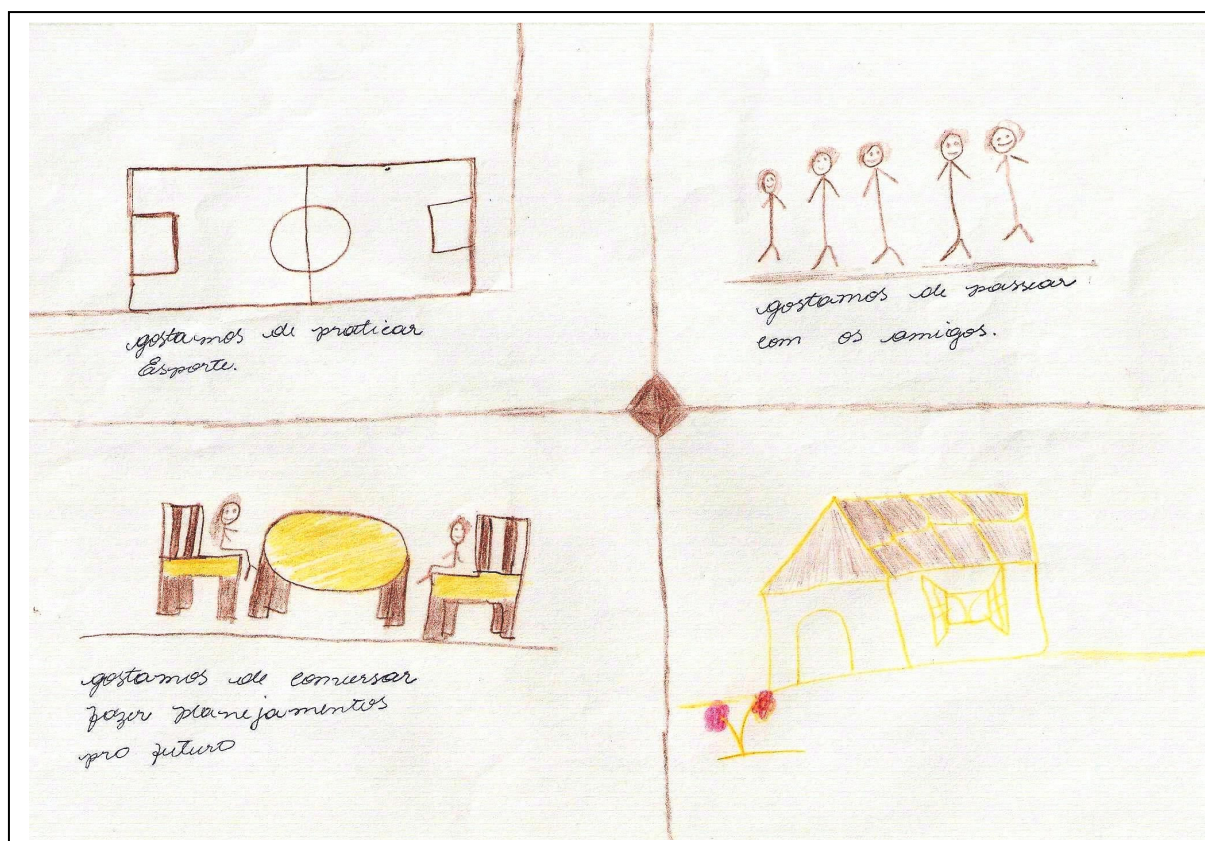
ANEXO 06

DESENHO PRODUZIDO DURANTE O GRUPO FOCAL COM AS MULHERES



ANEXO 07

DESENHO PRODUZIDO DURANTE O GRUPO FOCAL COM AS MULHERES



ANEXO 08

DESENHO PRODUZIDO DURANTE O GRUPO FOCAL COM AS MULHERES



ANEXO 09

DESENHO PRODUZIDO DURANTE O GRUPO FOCAL COM AS MULHERES

